

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
PORTUGUESA (1837 – 1893)**

TATIANA QUINTELA DE AZEREDO BASTOS

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
PORTUGUESA (1837 – 1893)**

TATIANA QUINTELA DE AZEREDO BASTOS

2007



UFRJ

**GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
PORTUGUESA (1837 – 1893)**

TATIANA QUINTELA DE AZEREDO BASTOS

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao programa de pós-graduação em
História Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção
do título de mestre em História.**

Orientadora: Monica Grin

**Rio de Janeiro
Maio / 2007**

**GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
PORTUGUESA (1837 – 1893)**

TATIANA QUINTELA DE AZEREDO BASTOS

Orientadora: Mônica Grin

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre História.

Aprovada por:

Presidente, Profa. Monica Grin

Profa. Giralda Seyferth

Profa. Ana Rios

Prof.

Prof.

Rio de Janeiro

B327

BASTOS, Tatiana Quintela de Azeredo.

Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade

Rio de Janeiro : UFRJ/ PPGHIS, 2007.

148 p.: il.; 29cm.

Dissertação (mestrado) – UFRJ / PPGHIS /
Programa de Pós-graduação em História, 2007.

Orientadora: Prof^a Mônica Grin

Referências Bibliográficas: f. 128-137

1. Gabinete Português de Leitura. 2. Identidade Portuguesa. I. Grin, Mônica. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social. III. Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade portuguesa (1837-1893).

CDD 027.081531

Agradecimentos

Essa dissertação não seria possível sem o auxílio direto ou indireto de diversas pessoas. Entretanto, devo ressaltar o fundamental apoio dado pela professora Monica Grin, orientadora deste trabalho; e as professoras Giralda Seyferth e Ana Rios, com suas representativas sugestões em minha qualificação e em suas aulas. Também acrescentaram nas diversas etapas deste trabalho os professores Jorge Corrêa e Lacy Barca. Com certeza, não seria possível concluir essa dissertação sem as suas preciosas intervenções.

Ao longo destes dois anos, tive oportunidade de trocar e crescer com inúmeros amigos. Todos foram fundamentais na manutenção de uma “suposta” sanidade, tantas vezes posta à prova, ao longo da escrita deste trabalho. Mesmo com receio de esquecer alguém, destaco alguns amigos: Nélia Paula, Jorge, Raphaela, Augusto César, Flavinha, Aia, Inêz, Rodrigo Veloso, Thiago Leitão, Margô, Sueli, Lacy, Marçal, Alexandre – primo, Patrícia, Tati Calvo, Luciano Caldas, Diego (JF), Rei, Alexandra, Leozinho, Noemi, Maria Helena, Tininha, Aloísio, Conrado, Cláudia, Helena, Bia, Paula, Adriana, Lúcia, Flávio, Helô, Bruno, Eduardo, Josiane, Vanessa, Suzana, Walter, Shoji, Wallace e Jadir¹.

Não poderia deixar de agradecer à minha família pelo apoio e suporte de tantos anos. Obrigada mamãe, papai, vovó Martha, avô Carlos, Guga e Rapha. A partir da conclusão deste trabalho, poderei tentar recuperar um pouco do tempo roubado de nosso convívio.

¹ Um agradecimento especial ao Diego Gusmão Diaz que me ajudou muito no levantamento de referências na Biblioteca Nacional para o terceiro capítulo.

RESUMO

GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PORTUGUESA (1837 – 1893)

TATIANA QUINTELA DE AZEREDO BASTOS

Orientadora: Mônica Grin

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre História.

A presente dissertação analisa a forma como os integrantes do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro tentaram legitimar uma representação identitária cujo significado e simbologia não, necessariamente, refletia o imigrante trabalhador, muitas vezes hostilizado pelos nacionais. Trata-se de analisar as estratégias de valorização da imagem do imigrante português no Brasil, elaboradas por essa instituição, em seu processo de interação com a comunidade imigrante a qual ela representa, e com a sociedade brasileira, com ênfase nas últimas décadas do século XIX. Estudar esta instituição pode ampliar a compreensão da construção da identidade do imigrante português no século XIX, dentro de um contexto ambíguo de definição. Uma identidade cuja ênfase encontra-se no passado de glórias, conquistas e riquezas tal como pouco a pouco ela foi sendo delineada nos discursos dos integrantes do Gabinete Português, nos grandes eventos da instituição, nos seus apelos simbólicos e nos períodos de acirramento do antilusitanismo. O nosso principal foco de análise é a compreensão desse processo que permite, ademais, reconhecer o papel de uma instituição imigrante, suas estratégias de representação e interação na interface entre a comunidade imigrante da qual ela é parte e a sociedade mais ampla na qual ela busca se legitimar.

Palavras-chave: Identidade Portuguesa; Gabinete Português de Leitura;

Rio de Janeiro

Maio / 2007

ABSTRACT

Gabinete Português de Leitura: Building a Portuguese Identity.

TATIANA QUINTELA DE AZEREDO BASTOS

Orientadora: Mônica Grin

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre História.

This Master's thesis examines how the members of the Portuguese Reading Cabinet in Rio de Janeiro have tried to legitimate an identitary representation which meaning and symbology not always reflected the immigrant worker, often hostilized by the Brazilian citizens. This work aims at analyzing the strategies for the valorization of the Portuguese immigrant's image in Brazil, created by this institution in the process of integration with the immigrants' community which it represents, and with the Brazilian society as a whole, highlighting the last two decades of the 19th century. This study may deepen the understanding of the construction of the Portuguese immigrant's identity in the 19th century, within an ambiguous context of definition. An identity emphasizing a past of glories, conquests and richness, as little by little it was outlined in speeches delivered by members of the Portuguese Reading Cabinet, in the great happenings of the institution, and in its symbolic appeals and during the times in which a wave of anti-Lusitanism swept the country. Our main focus of analysis is to understand such process, which may also allow us to recognize the role developed by an institution constituted by immigrants, its strategies of representation and interaction in the interface between the immigrants' community of which it is an integral part and the enlarged society in which it attempts to legitimate itself.

Palavras-chave: Portuguese Identity; Portuguese Reading Cabinet

Rio de Janeiro

Maio / 2007

Sumário

Introdução	pp. 01
Capítulo I	
pp.15	
1.1 A presença dos imigrantes portugueses no Brasil: o debate historiográfico na segunda metade do século XIX e na República Velha	
pp.15	
1.2 Meados do século XIX: em busca de uma história nacional	pp.16
1.3 Final do século XIX: intensificação das disputas por uma identidade nacional	pp.21
Capítulo II	pp.34
2.1 Real Gabinete Português de Leitura: história, simbologias e dinâmica institucional	pp.34
2.2 Modificações do Gabinete: mudanças geracionais	pp.44
2.3 A biblioteca	pp.48
2.4 O Acervo	pp.53
2.5 Sede própria do Gabinete Português de Leitura	pp.55
2.6 Tricentenário de Camões: uma festa em vários atos	pp.79
2.7 Então, a inauguração do prédio <i>manuelino</i>	pp.91
2.8 O Gabinete Português no período de acirramento do antilusitanismo	pp.99
Capítulo III	pp.102
3.1 O Gabinete Português de Leitura visto de fora: uma instituição paradoxal	pp.102
3.2 Falecimento e homenagem ao presidente do Gabinete, Eduardo Lemos	pp.118
3.3 Representações nas inaugurações do prédio sede do Gabinete Português de Leitura	pp.120
Conclusão	pp.125
Bibliografia	pp.128
Anexos	pp.138
Tabela Base para os dados percentuais da movimentação dos livros do Gabinete Português de Leitura	pp.138

Revista Ilustrada
Gazeta Luzitana

pp.142
pp.148

Introdução:

As discussões a respeito da construção da identidade, da etnicidade e da imigração têm demandado trabalho árduo de estudiosos do tema. As tensões raciais e étnicas obrigam constantemente a reformulação analítica de questões que parecem surpreender o tema da identidade no mundo e no Brasil. A tentativa de inclusão ou rejeição do “outro” estão presentes diariamente nos meios de comunicação acessíveis a uma massa cada vez maior de receptores. A urgência do tempo “pós-moderno” faz com que reformulemos, inclusive, nossa visão a respeito de estudos de longa duração ou mais aprofundados. Em um momento em que o “agora já é passado”, por que estudar uma associação de imigrantes portugueses fundada no penúltimo século do milênio passado?

A investigação histórica como forma de análise possibilita uma ampliação no leque de opções para a compreensão da produção humana. Acreditando nesta afirmação é que o estudo desta “velha associação” toma um caráter inovador e reflexivo.

Consciente da impossibilidade de um tratamento exaustivo do tema, proponho como objetivo desta dissertação iluminar algumas questões relativas à construção identitária do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro durante o século XIX. Esta instituição fundada em 14 de maio de 1837 e formada por imigrantes portugueses merece uma análise mais detida quanto a sua história, não somente por ser a primeira associação portuguesa fundada no Brasil independente, mas, principalmente, por se tratar de uma instituição constituída por integrantes do que podemos chamar uma elite de notório poder econômico dentro da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e representativos na busca por uma identidade lusitana, associada muitas vezes a valores relativos à grandeza do Império português e ao legado desse Império na própria formação da identidade brasileira. Tais valores de exaltação mais aristocrática e erudita do passado português, são construídos e permanentemente re-significados por essa elite.

O Gabinete Português de Leitura nasce como uma instituição eminentemente cultural e voltada para a constituição de uma biblioteca de acervo universal. Os aspectos simbólicos existentes tanto nos discursos dos integrantes do Gabinete, quanto na constituição arquitetônica de seu prédio sede, dão sentido a identidade pretendida por seus integrantes.

Na definição de poder simbólico de Pierre Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”², é válida para a análise dos mecanismos de representação simbólica da identidade e da cultura do imigrante português, tal como pretendida pelos integrantes do Gabinete Português. Essa identidade é formada e apóia-se em duas matrizes principais: 1) a cultura livresca exibida pela biblioteca; e 2) a mobilização e reprodução do glorioso passado do Império Português. Cabe ressaltar, que o Gabinete se constitui em um momento no qual a imagem do imigrante português estava sendo definida em torno de interpretações ambíguas, ora enaltecendo, ora combatendo sua presença em solo brasileiro.

Os integrantes da diretoria do Gabinete faziam parte de uma “elite”³ econômica ativa na sociedade carioca. De uma forma geral, a diretoria do Gabinete era composta por imigrantes portugueses que vieram “fazer a América”, chegando muito jovens ao Brasil e ascendendo na pirâmide social através do comércio ou profissões liberais. Apesar de ser um instituto de cunho cultural, sua diretoria fazia mais parte de uma elite econômica do que propriamente cultural. Esse é um ponto importante na presente dissertação, pois nos permite identificar as formas através das quais a elite do Gabinete procura construir a imagem do instituto e da identidade do imigrante português na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que essa comunidade não era usualmente definida como atuante nas esferas políticas oficiais ou na *intelligentsia* brasileira.

O Gabinete Português de Leitura já foi fruto de produções acadêmicas de grande fôlego, como, por exemplo, os trabalhos de Flávia Miguel⁴ e Arthur Gomes⁵. Em ambos os trabalhos, porém, não há a preocupação com a construção da identidade do imigrante

² Bourdieu, Pierre “O poder simbólico”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 7-8.

³ Utilizamos a categoria elite em sua definição mais geral, “A elite em sua significação mais geral, denota um grupo de pessoas que, numa sociedade qualquer, ocupa posições eminentes. Mais especificamente, designa um grupo de pessoas eminentes num determinado campo – principalmente a minoria governante e os círculos onde é recrutada.”. Cf. Dicionário de Ciências Sociais / Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação; Benedicto Silva, coordenação geral; Antônio Garcia de Miranda Netto.../ et al./ Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

⁴ SOUZA, Flávia Miguel “ Tradição, civilização e cultura. A reconstrução da imagem do imigrante português no Brasil através de um estudo da revista *Convergência Lusitana* 1979-1998” Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS, 2002.

⁵ GOMES, Artur Nunes “Sob o signo da Ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro”. UNICAMP, 1998, mimeo.

português ao longo do século XIX a partir do concurso do próprio instituto. Percebemos para outros grupos étnicos, principalmente para o caso dos alemães e dos judeus, a produção mais freqüente de análises orientadas para a construção de fronteiras identitárias sobretudo em relação à sociedade mais ampla.

Há uma ambigüidade no caso dos portugueses que complexifica a sua própria construção identitária. O peso do passado colonizador acaba naturalizando simbolicamente o seu lugar de formador da identidade nacional brasileira. Nesse caso o português é uma matriz constitutiva da identidade brasileira. Entretanto, essa naturalização parece ser apenas simbólica. A trajetória dos imigrantes portugueses, sobretudo a partir do século XIX é marcada pelas dificuldades de adaptação e integração à sociedade mais ampla, à exemplo das outras experiências imigratórias. Os imigrantes portugueses, nesse sentido, parecem não ter se beneficiado dessa “naturalização”. Há aqui, portanto, um ponto que justifica essa investigação. Usando o título de um importante livro de Leo Spitzer, “Lives in Between”⁶ os portugueses imigrantes no Brasil vivem entre dois mundos. Um simbólico, no qual ele é também brasileiro, “elemento” que compõe o mito romântico de formação da identidade brasileira, e o outro real, do imigrante estigmatizado, antagonizado pelos “nacionais”, tentando sobreviver, se integrar e se valer das oportunidades da nova nação, tal como outros grupos imigrantes. Nessa perspectiva, o estudo de uma instituição como o Gabinete Português de Leitura ganha uma dimensão que transpõe a sua versão apenas institucional. Trata-se de vislumbrar através de seus membros e da sua dinâmica institucional, em que medida essa ambigüidade é considerada e problematizada e em que medida essa instituição assume o lugar de formuladora de uma definição mais consolidada (ainda que à imagem da elite) e menos ambígua da identidade portuguesa. Esse foi o desafio que norteou a pesquisa da presente dissertação.

Ainda que em menor escala, se comparado ao estudo de outros grupos étnicos no Brasil, a imigração portuguesa no final do século XIX foi foco de inúmeros trabalhos acadêmicos. Maria Manoela Silva⁷, em sua tese de doutorado, procura analisar a imigração lusa por

⁶ Leo Spitzer investiga em seu livro as trajetórias de Stefan Zweig, Cornelius May e André Rebouças como subjetividades cindidas entre dois mundos. Cf. Spitzer, Leo, 1989. *Lives in Between: Assimilation and Marginality in Austria, Brazil, West Africa, 1780-1945*, Cambridge, Cambridge University Press.

⁷ Silva, Maria Manoela “Ambição e horror à farda” ou a saga de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, segundo a Gazeta Luzitana (1883-1889). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1991

intermédio de um periódico denominado *Gazeta Luzitana*, que circulou em meados da década de 1880. A partir desta publicação, a autora busca “reconstruir” as tensões sociais do mundo cotidiano, tendo como campo privilegiado o mundo do trabalho. Selecionou, então, dentro do periódico a seção de queixas, que era utilizada por todos os segmentos da comunidade portuguesa sem distinção social. Isso teria trazido problemas ao jornal que passa a enfrentar pressões tanto por parte do consulado português – alvo privilegiado de críticas por parte do periódico – quanto de nacionalistas exacerbados.

Outra abordagem presente em seu trabalho trata do grande número de imigrantes portugueses voltados para o setor primário de produção e que, entretanto, não estão devidamente contemplados pela historiografia sobre o tema. Valendo-se de relatórios produzidos em Portugal a respeito da emigração dos excluídos do setor agrário, compara com os relatórios brasileiros que pouco fala desses imigrantes no setor primário. A autora ressalta que há pouca produção monográfica a respeito da influência dos portugueses nesse setor, sendo o centro urbano e os setores terciários mais contemplados pela historiografia sobre imigração portuguesa.

Quanto à questão da situação de trabalho do imigrante português no Rio de Janeiro, Maria Manoela Silva destaca, com base nos editoriais da *Gazeta Luzitana*, uma inexpressiva presença de denúncias a respeito de sua precária situação. Para a autora, dois motivos podem ser ressaltados: 1º) o desapontamento com a não-efetivação da projeção do Brasil como o “eldorado” para o imigrante português; e 2º) a tentativa de negar a atual situação do imigrante português que outrora detinha o domínio das terras brasileiras. Embora contestador, esse periódico encontra-se ainda imbuído dos desenhos simbólicos sobre a emigração portuguesa para a sua ex-colônia – o Brasil. Não explorando a mudança de *status* do colonizador/ dominador para o de imigrante/dominado presente, apesar do antagonismo entre civilizador/colonizador e incivilizado/colonizado, presente no imaginário dos nacionais brasileiros.

Para Maria Manoela da Silva as manifestações do antilusitanismo não seriam:

“Simples reflexos das condições concretas de produção, mas algo bem mais complexo, expressões multifacetadas do imaginário social sedimentado ao longo de sucessivas gerações

em tenso e frustrante convívio entre colonizadores e colonizados”⁸..

Como vimos, para a autora, tais manifestações seriam permanências de um antagonismo originário sempre latente no imaginário social dos brasileiros desde, sobretudo, a independência da metrópole. As disputas no mercado de trabalho é um aspecto relevante do antilusitanismo, mas não o único.

Já o que se observa na dissertação de Gladys Sabina Ribeiro não é a permanência, mas antes uma releitura do antilusitanismo motivado em fins do século XIX por uma situação de conflito nas disputas por trabalho entre nacionais e imigrantes portugueses. A autora não nega a existência ao longo do século XIX e início do XX de sentimentos contrários aos portugueses. Reforça, contudo, que a efervescência do antilusitanismo em diferentes conjunturas é mais o resultado das condições sociais do conflito do que propriamente permanências simbólicas de antagonismos entre colonizador e colonizado.

De uma perspectiva mais política, em artigo intitulado “Imagens do cotidiano dos imigrantes portugueses no Brasil (1880 – 1890)”, Maria Manoela da Silva se contrapõe à opinião corrente de uma linha historiográfica, representada por Boris Fausto, que compreende os imigrantes portugueses como “passivos, acomodados e sem expressão significativa nas lutas políticas do país” (SILVA, s/ dt, p.3). A autora procura demonstrar primeiramente a existência de diversas rebeliões lideradas por imigrantes lusos contra as precárias e insustentáveis situações de estalagens rurais, demonstrando assim uma atuação mais afirmativa do imigrante português, ao contrário da versão passiva presente na historiografia. Decerto que a rotulação de passividade do imigrante luso não dá conta das práticas sociais desses atores históricos mesmo que não necessariamente expressas através de vigorosas reivindicações, sejam elas diretamente dirigidas ao setor público brasileiro ou à iniciativa privada.

Gladys Sabina Ribeiro, ao analisar as rivalidades existentes entre brasileiros e portugueses no período compreendido entre 1890 e 1930, no Rio de Janeiro, demonstra que o sentimento antilusitano estava vinculado à questão da disputa pelo mercado de trabalho, vale dizer, sendo manifestado conforme os interesses em jogo e pela questão da “luta de classes”. Os períodos de maior ou menor tensão social entre brasileiros e portugueses

⁸ Op. cit. P. 481

manifestavam-se de acordo com a conjuntura sócio-econômica, sem perder do horizonte, entretanto, a questão da construção da nacionalidade brasileira em suas expressões xenofóbicas.

Fundamentada em processos criminais que envolviam portugueses, a autora busca trazer à tona as influências que as “representações” que se faziam desses imigrantes tinham para as formas de seu controle social dentro de um quadro mais amplo de controle e normatização do mundo do trabalho. Nos processos criminais analisados, os portugueses ressaltavam quase sempre o caráter ordeiro e trabalhador dos patrícios, enquanto o trabalhador nacional era identificado como vagabundo e preguiçoso. Todavia, considerando a questão da construção da identidade com base nas associações portuguesas, no caso a Gabinete Português de Leitura, não era a visão do imigrante português trabalhador que se buscava exaltar ou valorizar. O português que se exaltava era o português dos grandes feitos e conquistas. Era o Portugal das glórias antigas cantadas por Camões que se queria afirmar.

Em uma outra linha de estudo, Maria Helena Beozzo Lima⁹, ao realizar uma abordagem antropológica das associações portuguesas no Rio de Janeiro e da construção de uma identidade étnica, distingue no discurso dos imigrantes portugueses um consenso quanto à identidade portuguesa ser um “somatório” de identidades regionais originárias. Não havia barreiras à entrada relativas às formas de associação por razões de diferenças regionais. A participação simultânea em diferentes associações seria a evidência de uma comunidade imaginada, todavia menos cindida por regionalismos. A autora identifica duas categorias: o imigrante português (aquele que pretende retornar à Portugal), e o imigrante do Brasil (aquele que ressalta a nova vida e as relações travadas em solo brasileiro e o desejo da permanência). A vida associativa representava muitas vezes a possibilidade de ascensão social para o imigrante, uma forma de estabelecer laços de solidariedade a fim de amenizar os possíveis choques na dinâmica de integração à sociedade brasileira.

Essas associações, assim como as de caráter filantrópico, exerciam um importante papel social na vida dos imigrantes e de seus descendentes. Os integrantes buscavam ver atendidas suas necessidades, mas a ajuda nem sempre alterava de maneira substantiva a sua

⁹ LIMA, Maria Helena Beozzo de. “A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português”. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Mimeo, 1973

situação de imigrante pobre ou empobrecido. Essas associações eram uma espécie de família estendida, ampliada e, quando muito, um substituto mais ou menos funcional do minimalismo social do Estado brasileiro.

Como visto acima, a questão da disputa pelo mercado de trabalho amplamente tratada pela historiografia brasileira não será aqui nosso objeto de maior interesse. Interessa de uma outra maneira entender as correlações simbólicas e reais entre a representação dos portugueses e de Portugal pelos integrantes do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e a comunidade de imigrantes em processo tenso de integração à sociedade brasileira. Em que medida essa associação representa os portugueses e funciona como um marcador relevante da identidade dos portugueses no Brasil ou se, ao contrário, a omissão, o distanciamento e o elitismo da instituição funciona como um elemento de cisão e segmentação da comunidade portuguesa no Brasil. De uma perspectiva mais ampla cabe perguntar: há uma representação coesa dessa comunidade no Brasil? Até que ponto as clivagens de classe social impedem uma representação mais homogênea dessa comunidade, a exemplo de outras comunidades imigrantes no Brasil? Acreditamos que a análise da instituição do Gabinete Português e o discurso de seus integrantes no século XIX nos possibilita uma visão singular de uma possível forma de “lusitanidade” forjada dentro da sociedade carioca.

O século XIX foi marcado pelo surgimento de diversas associações, sejam elas étnicas, religiosas, beneficentes, sociais e, mais intensamente no final do século, políticas. José Murilo de Carvalho¹⁰ afirma serem essas organizações e associações formas de participação popular de grupos à margem da esfera política oficial. Muitas vezes eram às associações, mais do que ao próprio estado, que a população recorria para ver suas demandas atendidas.

A imigração portuguesa após a independência do Brasil e principalmente após a proclamação da República revela singularidades e dilemas nas formas de sua construção. Do conforto de ser matriz que deu origem ao povo brasileiro, observa-se crescentemente o desafio de lidar com sentimentos antilusitanos, com raízes em disputas sociais com segmentos da sociedade mais ampla, que acaba por impor definição mais rígida de fronteiras identitárias, reforçando uma “identidade lusitana”, todavia sempre ambígua.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo “*Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Portanto, estudar uma instituição que procura se habilitar como mobilizadora de cultura, através da constituição de uma biblioteca e que valoriza uma identidade que tem no passado glorioso e na cultura erudita seus pilares, é no mínimo curioso quando do lado de fora dessa instituição tem-se um mundo cuja versão sobre os portugueses e sobre Portugal nem sempre corrobora aquela auto-representação.

O Gabinete Português de Leitura, como exposto, foi a primeira associação fundada por imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro. A Beneficência Portuguesa é fundada três anos após, em 15 de março de 1840, tendo como um dos idealizadores José Marcelino da Rocha Cabral, principal fundador do Gabinete Português. A discussão a respeito da fundação de uma entidade que suprisse as carências da comunidade portuguesa foi inicialmente abordada dentro dos quadros do Gabinete Português, não recebendo grande apoio de seus integrantes¹¹. Especificamente nas décadas de 60 e 70 foi muito comum o surgimento de associações portuguesas de cunho Beneficente, como são os casos da Caixa de Socorros D. Pedro V¹², fundada em 1863, da Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, fundada em 1863, e da Assistência Dramática Beneficente, fundada em 1877. Já a década de 80 foi mais marcada pela fundação de associações de mútua-ajuda, principalmente após a formulação da lei de sociedades anônimas.

Apesar da biblioteca do Gabinete Português de Leitura não ser o nosso foco principal, utilizamos como base para a análise dos dados de frequência do instituto, lugar de origem da compra dos livros e língua original das publicações no acervo, o expressivo trabalho da Tânia Maria Bessone¹³. Sua contribuição ao estudo do que a autora chama de “círculo de leitores” engrandece a história do livro e sua inserção da sociedade carioca, ainda carente

¹¹ Lauro Gomes de Araújo em seu estudo a respeito da Beneficência Portuguesa pontua que a idéia de José Marcelino da Rocha Cabral era que esta instituição completasse os objetivos do Gabinete, visto que considerava que além da cultura, o imigrante português também necessitava ser amparado na doença e na velhice. Segundo sua análise, os integrantes do Gabinete Português consideraram que esta nova instituição traria mais benefícios aos brasileiros do que aos portugueses, o que representou um apoio pouco expressivo por parte deles nos primeiros anos da fundação da Beneficência Portuguesa.

¹² Maria Beatriz de Silva Nizza em seu livro sobre a associação Caixa de Socorros D. Pedro V afirma que a idéia de fundação desta instituição nasceu dentro do Gabinete Português de Leitura em 31 de maio de 1863. Em seu estudo a respeito da Caixa de Socorros, a autora mapeia as formas associativas existentes no período de fundação e as mudanças ao longo do tempo. As décadas finais do século XIX marcaram uma valorização às organizações de mútua-ajuda em detrimento das filantrópicas. Segundo a autora, o proletariado crescente ansiava precaver-se contra as doenças, a invalidez, entre outros males, ao invés de optar pela caridade.

¹³ BESSONE, Tânia Maria. Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no. Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

de estudos complementares. O Gabinete Português de Leitura estava entre as bibliotecas que divulgavam dados como o número de leitores e idiomas consultados¹⁴. Como podemos analisar tendo como base as informações disponibilizadas pela pesquisadora, o Gabinete Português, apesar não ser o de maior freqüência de leitores, estava inserido no universo letrado carioca.

	1890	%	1891	%	1892	%	1893	%	1894	%
Escola Militar	732	19,3	1144	23,6	416	11,8	2000	34,1	-	-
Escola Politécnica	230	6,1	318	6,6	445	12,6	322	5,5	646	20,6
Biblioteca do Exército	448	11,8	309	6,4	263	7,5	352	6,0	-	-
Escola de Medicina	637	16,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabinete Português	418	11,0	317	6,5	-	-	364	6,2	399	12,7
Biblioteca da Marinha	357	9,4	379	7,8	465	13,2	338	5,8	272	8,7
Biblioteca Municipal	-	-	1133	23,4	924	26,2	1231	21,0	873	27,8
Biblioteca Nacional	962	25,4	1241	25,6	1014	28,7	1252	21,4	949	30,2
Total dos anos	3784	100	4841	100	3527	100	5859	100	3139	100

Fonte: Anúncios do Jornal do Comércio *apud* Bessone, Tânia. Op. cit. Pp. 105 e 106

A Biblioteca Nacional era a mais freqüentada dentro do universo de leitores, seguida, não raro, pela Biblioteca Municipal, ambas públicas e de livre acesso. O Gabinete Português, dentro deste quadro, é a única biblioteca mantida por um grupo étnico que mantém um percentual próximo às demais bibliotecas, com exceção da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Municipal. Desta forma, estudar o Gabinete Português de Leitura também é representativo do universo livresco e letrado do século XIX.

A dissertação será dividida em três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo procuraremos trazer para a discussão os elementos formativos da visão do português no século XIX a partir da produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no período e dos principais autores contemporâneos, com maior ênfase nas pesquisas que tem articulado a manutenção da identidade imigrante vis a vis as exigências da identidade nacional da sociedade mais ampla na qual ela se insere, e os discursos produzidos por intelectuais proferidos no Gabinete Português de Leitura no século XIX. Para melhor compreensão dos autores propostos e dos documentos analisados, recorreremos ao embasamento teórico a respeito dos conceitos de etnicidade e identidade, constantemente

¹⁴ Além do Gabinete Português de Leitura, a Escola Militar, A Escola Politécnica, A Biblioteca do Exército, a Escola de Medicina, a Biblioteca da Marinha, a Biblioteca Municipal e a Biblioteca Nacional também divulgavam, constantemente ou esporadicamente, as suas freqüências, obras consultadas e idiomas mais utilizados.

trabalhados nas ciências sociais. Frederik Barth delineou as bases para uma “ruptura epistemológica” na antropologia em relação ao conceito de etnicidade¹⁵. Barth propõe analisar os grupos étnicos a partir de suas fronteiras e de suas interações culturais e não mais pela compreensão de grupos étnicos como “ilhas” isoladas. Para o autor, “quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e caracterizar outros, passam a formar grupos étnicos”¹⁶. Trata-se de uma definição de identidade étnica auto-atribuída. A relação de fronteira entre os portugueses, mais especificamente os integrantes do Gabinete Português de Leitura, e a sociedade mais ampla é determinante na formulação de sua identidade.

Cardoso de Oliveira em seu livro “Identidade, Etnia e Estrutura Social”¹⁷ nos faz refletir a respeito da dupla dimensão interconectada da identidade, definindo-a de forma pessoal e social. Tanto identificar como ser identificado são aspectos importantes nessa formulação. Durante muito tempo, o aspecto de identificar o “outro” gozou de maiores análises no campo da antropologia e da sociologia. A historiografia em suas análises naturalizava e essencializava quase sempre esse “outro”, especialmente quando o que estava em jogo era a definição clara e naturalizada da identidade nacional.

O grupo étnico possui características culturais próprias, não necessariamente assemelhadas à cultura dominante. Porém, a identidade étnica não excluiu o indivíduo ou seu grupo de possuir outras formas de identidade dentro da cultura dita ampla ou de outros grupos étnicos. Afirmar a existência de culturas próprias, não significa negar as trocas e ressignificações existentes nas fronteiras entre eles¹⁸.

“Um português que é só português, não é português”. Eduardo Lourenço¹⁹ utiliza essa frase do poeta português Fernando Pessoa para classificar a identidade portuguesa. Ser português, então, seria um ser cosmopolita, englobador; porém, ao mesmo tempo, limitado

¹⁵ MORIN, Françoise e SALADIN D'ANGLURE, Bernard. 1997. Ethnicity as a political tool for indigenous rights. In: C. Govers e H. Vermeulen (eds.), *The politics of ethnic consciousness*. London: MacMillan., 1997. pp. 157-193.

¹⁶ Barth, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Lask Tomke (org.) “*O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*”. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. pp.32.

¹⁷ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Identidade, etnia e estrutura social”. SP: Ed. Pioneira, 1976.

¹⁸ Boaventura em seu livro “Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade” desenvolve a questão do contato não como uma fronteira – algo demarcado – mas como algo mais fluído como uma borda, uma região híbrida, ampliando as possibilidades existentes neste contato.

¹⁹ PESSOA *apud* LOURENÇO, Eduardo *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

por sua heterogeneidade. Boaventura Santos²⁰ afirma que Portugal possui uma cultura semi-periférica em relação à Europa, estando ora próximo à cultura europeia, ora próximo a de suas “colônias”, constituindo-se uma ilha, nem tão próxima da Europa e nem tão distante de suas colônias. A falta de homogeneidade interna seria dada pela negação sempre presente do que lhe é externo, ainda que pensar o que é “ser português” não seja uma questão para os portugueses. Estes procuram afirmá-la através da língua e do espaço territorial, que poderia ser o além-mar.

Esta singularidade da constituição do que é “ser português” é também explicada pela construção histórica do Estado português. Este teria sofrido influências externas ao longo de sua formação, porém a própria diferenciação lingüística em relação à Espanha e a afirmação frente ao “estrangeiro” teriam dado novos rumos a sua formação, colocando sempre um distanciamento do outro²¹.

Outra diferenciação do português é que este foi colonizador e emigrante nas suas próprias colônias. Joel Serrão classifica muito bem esses dois aspectos em um verbete do dicionário da história de Portugal. O passado histórico de Portugal nesse sentido amplia a classificação de colonizador da América, colocando também a presença do emigrante neste processo. Portugal, então, não foi somente um país colonizador. As colônias, em especial para o nosso trabalho – a América portuguesa, foram ao mesmo tempo “civilizadas” (construção do discurso de progresso) e receptoras de emigrantes, que muitas vezes não possuíam condições de permanecer em Portugal. A diferenciação feita pelo autor condiz com o envolvimento do Estado português, ou empresas nacionais, na transferência do indivíduo ou de grupos para as colônias. Entretanto, se o nacional se aventurasse por conta e custo próprio, seria, então, definido como emigrante e não mais colonizador.

“(…) *emigrante* é o gênero do qual *colonizador* é a espécie, reservemos esta última denominação, num aspecto de natureza sociológica, para o indivíduo que abandona o solo pátrio com destino a uma colônia, e devido à iniciativa do Estado ou integração em empresa de âmbito nacional por ele promovida. E chamemos *emigrante* tão-só àquele que resolveu abandonar o País por motivos pessoais, livremente concebidos

²⁰ SANTOS, Boaventura de Souza. “Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade”. Porto: Ed. Afrontamento, 1994.

²¹ O estado semi-periférico de Portugal teria, principalmente no final do século XVI, produzido essa singularidade no “ser português”. Por um lado o Estado português não diferenciava a cultura do nacional face ao exterior e por outro não houve uma real homogeneização cultural no interior de Portugal.

independentemente de solicitações oficiais e até, muitas vezes em oposição a estas. Se aceitarmos esta convenção, poderemos adjectivar de *colonizadora* a emigração metropolitana para as ilhas atlânticas (nos séculos XV e XVI), para o Brasil (até fins do século XVII e, em dadas circunstâncias até data posterior)... Trata-se, todavia, de emigração *tout court* o grosso dessortra que, a despeito de sucessivas proibições oficiais, se processou para o Brasil durante o século XVIII, assim como a que se verificou, com o mesmo destino, ao longo do século XIX e do primeiro quartel da centúria atual.”²²

Alguns aspectos interessantes podem ser ponderados para se pensar a singularidade da construção identitária portuguesa, como, por exemplo, a expressiva importância da emigração na formação deste português. Não é por acaso que a *saudade* está geralmente presente nas lembranças do passado, além de ser presentificada no “ser português”.

Em que pese o sentido de ser colonizador, ou seja, possuir um carácter civilizador, a identidade de imigrante se afirma muitas vezes pela necessidade de emigrar, uma vez que Portugal não oferecia, sobretudo no século XIX, condições para a permanência de seus nacionais. A colônia ao mesmo tempo em que recebe os colonizadores e obtém o “progresso”, dá a possibilidade para o emigrante “fazer a América” e retornar ao seu país²³. Vale lembrar que no processo da construção da memória de um grupo ou sociedade, a idealização do passado é bastante recorrente, assim como o é para o indivíduo. A terra natal para o imigrante português possui um carácter idealizado, apesar de em muitos momentos não se tratar de um desejo real de retorno.

O segundo capítulo procurará dar conta desta “identidade portuguesa” a partir do Gabinete Português de Leitura. Identidade que foi pouco a pouco construída nos discursos de seus integrantes, nos períodos de tensão antilusitana e nos conflitos com a “comunidade lusitana” postos em públicos através dos periódicos do período. Para tanto, utilizamos como fonte as atas da diretoria e do conselho deliberativo, os relatórios da diretoria do Gabinete, os Estatutos da instituição, publicações comemorativas do Gabinete, publicações de opositores do Gabinete e dois periódicos de maior circulação no período, o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*. Esse capítulo busca iluminar os mecanismos de construção de uma representação letrada e erudita do português e de sua cultura, possuindo

²² SERRÃO, Joel “Emigração” IN: Dicionário de História de Portugal. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965. p.20.

²³ Não estamos aqui trabalhando com dados quantitativos de retorno real destes emigrantes, mas com o ideal de retorno.

como agentes desse intento uma elite portuguesa que se define mais pelos dotes econômicos e vocação para empreendimentos comerciais, do que propriamente por uma elite cuja vocação é intelectual e reconhecida na comunidade portuguesa e fora dela. Como caso exemplar, analisaremos as tensões ocorridas entre o orgulho português dos imigrantes lusitanos nas comemorações do terceiro centenário de Camões e a difícil e tensa concessão a um brasileiro, Joaquim Nabuco, para ser o orador da festa promovida pelo Gabinete Português.

O terceiro capítulo será voltado para a visão do “outro” frente aos quatro grandes eventos promovidos pelo Gabinete Português de Leitura no século XIX, a saber: o terceiro centenário de Camões e o estabelecimento da pedra fundamental do edifício sede em 10 de junho de 1880; homenagem póstuma a Eduardo Lemos, ex-presidente do Gabinete e integrante expressivo da instituição em 4 de outubro de 1885; a primeira inauguração do edifício em estilo manuelino em 10 de setembro de 1887; segunda inauguração do prédio sede em 22 de dezembro de 1888. Para esta análise trabalhamos com o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta Lusitana*, *O Paiz*, *Revista Ilustrada*, *A Estação* e a *Nação Portuguesa*, além das charges referentes ao terceiro centenário de Camões publicadas na *Revista Ilustrada*. Acreditamos que a partir desta seleção de periódicos se possa fazer uma análise da forma como essa identidade portuguesa construída pelos integrantes do Gabinete foi interpretada e mesmo legitimada por parte da sociedade brasileira e mesmo pela “comunidade portuguesa”. A questão que pretendemos desenvolver nesse capítulo é: qual a imagem construída por este “outro”. Será que a formulação identitária proposta pelos integrantes do Gabinete Português de Leitura se adequa eficazmente à visão do “outro”, seja o “brasileiro”, seja parte da “comunidade portuguesa”? Ou será que o que se opera de fato é um descolamento entre a auto-imagem “elitista” e auto-congratulatória que o Gabinete tenta construir sobre toda a comunidade de portugueses, face a versão que os imigrantes comuns tem de si mesmos e a sociedade brasileira dos portugueses, ou melhor, dos imigrantes portugueses?

É nosso objetivo com esse trabalho, dar uma contribuição ao estudo da presença dos imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro e as formas institucionais pelas quais eles se representavam e se mobilizavam. Estudar uma instituição como o Gabinete Português certamente possibilita uma oportunidade única para a compreensão dos

mecanismos e dinâmicas internas de um setor significativo da “comunidade lusitana”, sobretudo na segunda metade do século XIX.

1.1 A presença dos imigrantes portugueses no Brasil: o debate historiográfico na segunda metade do século XIX e na República Velha

A escrita histórica foi um processo de disputas e de tensas definições ao longo do século XIX e princípios do século XX. Uma das concepções históricas mais enfatizadas nesse longo período é a busca pelo tratamento de temas sobre a formação do Estado-nação e a identidade nacional. O paradoxo existente entre o papel da identidade do colonizador português na formação da identidade do brasileiro e a presença vigorosa do imigrante português que a cada ano entrava no país independente refletia-se, quase como ambigüidade, no imaginário sobre a identidade nacional.

Ao longo da produção intelectual brasileira houve respostas distintas e contraditórias em relação aos significados do papel de Portugal, dos portugueses e da legitimação do processo de construção da nova nação brasileira ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX. Propomos neste capítulo inicial analisar parte dessa construção intelectual a respeito dos portugueses e de Portugal, que tem nos integrantes do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro seus principais agentes e veiculadores. Acreditamos serem as instituições portuguesas, principalmente o Gabinete Português de Leitura, espaços privilegiados para que se compreendam e se analisem as tentativas de manutenção de uma identidade imigrante “positiva”, vis-à-vis as exigências da identidade nacional brasileira, elaboradas na sociedade mais ampla na qual ela se insere.

Há um interessante paradoxo quando então consideramos, por um lado, um movimento de inclusão do português na definição da identidade nacional brasileira e, por outro, a emergência de um contexto muitas vezes hostil à presença desse mesmo português em terras brasileiras, sobretudo no contexto do pós-independência. Trata-se aqui de entender como intelectuais brasileiros envolvidos com temas raciais e com a questão do imigrante de finais do XIX representam o português nos termos do paradoxo apontado acima. Para este fim, selecionamos um grupo de intelectuais que se propunha estudar não apenas os estoques raciais formadores da identidade brasileira, mas também a questão da imigração. Muitos dos autores estudados, além de intelectuais reconhecidos, possuíam projetos eugênicos para a sociedade brasileira.

1.2 Meados do século XIX: em busca de uma história nacional

O processo de produção historiográfica brasileira no século XIX não se diferenciava completamente dos movimentos ocorridos na Europa, apesar de possuir singularidades. No Brasil, a escrita histórica não ocorre nos espaços acadêmicos das universidades. Tem antes, como principal espaço produtor e irradiador de reflexões sobre a história nacional no período imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), inaugurado em 1838 e composto por uma elite intelectual selecionada. Essa identidade definia-se internamente por meio de um discurso unificador que teria na tríade “Nação, Estado e Coroa” entidades unificadoras, preenchidas pelos três elementos raciais a ela integrados: o branco, o índio e o negro. Essa tríade funcionava também como demarcadora de fronteiras identitárias em oposição aos processos de formação de identidade das diversas repúblicas surgidas após o processo de independência das colônias espanholas. (Salgado, 1988).

A identidade brasileira era representada como portadora também da herança civilizadora européia no Novo Mundo²⁴, o que promovia a valorização da monarquia de origem portuguesa, como representante desse estoque civilizatório e “racial”. O Imperador, já em meados do século, reforçava essa construção de identidade nacional, ora financiando as pesquisas do IHGB, ora interferindo diretamente na seleção de pesquisas desse Instituto. Apesar de o IHGB não ser diretamente um braço do Estado, ele não se constituía, tampouco, em um espaço de crítica ao poder.

O IHGB do Rio de Janeiro seria responsável pela centralização, manutenção, guarda e transcrição dos documentos referentes à história brasileira, tendo como veículo divulgador oficial a revista do próprio instituto. Joaquim Manoel de Macedo afirma que:

“Não é um arrojo de orgulho, é uma verdade incontestável: a coleção de nossas revistas se têm tornado em um cofre precioso, onde se guardam em depósito tesouros importantíssimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, e legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença para as coisas da pátria”²⁵

A grande incidência de temas étnicos, regionais e visões de viajantes possibilita-nos pensar nas questões valorizadas para a escrita da história nacional. A presença do indígena na historiografia produzida distingue-se, de certa forma, da idealização feita pelos

²⁴ Guimarães, Manoel Luiz Salgado "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

²⁵ Macedo, Joaquim Manoel *Apud* Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *op. cit.* p.23.

indigenistas literários. Ainda que estudá-los signifique resgatar a origem nacional com base em seus “primeiros habitantes”, o que se privilegia é pensá-los na chave do progresso civilizatório – do selvagem ao civilizado, este último sendo o estágio valorizado. Apesar da valorização da escrita histórica local e da instituição de outros Institutos Históricos pelo Brasil, a perspectiva política do Império legitimava a idéia de uma historiografia nacional.

O historiador Francisco Adolfo Varnhagem em carta ao imperador afirma serem os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira baseados em “inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração (...)”²⁶. O “outro” na definição da identidade nacional não poderia ser o colonizador português, visto que se reivindicava ser ele parte da identidade nacional em sua porção européia. A definição da nação brasileira apresenta-se como representante da idéia de civilização no Novo Mundo, incorporando apenas simbólica e marginalmente o indígena e o negro como potenciais portadores desse ideal de civilização.

Manoel Luiz Salgado Guimarães afirma que:

“Assegurava-se desta forma a possibilidade de continuidade com Portugal e da construção das metáforas de parentesco para caracterizar as relações entre o Brasil e a antiga metrópole”²⁷.

Como, então, a história de Portugal e dos portugueses era retratada nas páginas da revista do IHGB ao longo do século XIX? A história nacional, como vimos, não poderia ser produzida em oposição à antiga metrópole. Entretanto, era necessária a construção de diferenciações e de fronteiras para se afirmar uma identidade brasileira distinta da portuguesa.

As páginas da revista do IHGB contemplaram, no século XIX, um número reduzido de estudos sobre Portugal e os portugueses. Não existe referência específica à história de Portugal²⁸, limitando-se somente a artigos e transcrições de documentos primários que abordam a relação de Portugal com o Brasil. Muitos documentos analisados não possuem

²⁶ Carta de Francisco Adolfo Varnhagem ao imperador, datada de 14 de julho de 1857 *apud* Guimarães, Manoel Luiz Salgado "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

²⁷ Guimarães, Manoel Luiz Salgado. *Op. cit.* p.7

²⁸ Trabalho final de Curso apresentado na disciplina “Cultura Histórica oitocentista: linguagens e tradições”, ministrada pelo professor Doutor Manoel Luiz Salgado Guimarães. Programa de pós-graduação em história social da UFRJ (PPGHIS), 1º semestre de 2005.

autor definido e compreendem um período relativamente longo da relação entre os dois países.

Selecionamos um documento exemplar ao nosso estudo “Povoação do Brasil relativamente à origem e influência dos primeiros povoadores portugueses nos costumes nacionais²⁹”, produzido por Jozé Silvestre Rebelo, membro integrante do IHGB, que propõe uma leitura da formação da população brasileira a partir do descobrimento das terras de Vera Cruz e sobre os primeiros colonizadores aqui chegados. Rebelo afirma, em seu trabalho, que os portugueses não foram os primeiros navegantes aportados. Os anteriores, contudo, não deixaram tripulação em suas incursões. Somente com a chegada de Pedro Álvares Cabral dois europeus foram deixados nas terras de Vera Cruz.

Este artigo foi publicado em 1882 e está inserido em uma discussão sobre o tipo de colonizador que veio para o Brasil e deu origem à nação brasileira. Acreditou-se, durante um período, que os primeiros homens vindos para a América portuguesa fixar moradia eram degredados e, como tal, possuíam caráter e índole repreensíveis. Seja pela forma de trabalho inicial – comércio com pau-brasil – ou pelo local inóspito, não houve nos primeiros movimentos colonizadores a vinda expressiva de mulheres europeias para as terras de Vera Cruz, segundo sua análise. Esse pequeno número de mulheres europeias, se comparado com a grande quantidade de homens solteiros envolvidos com o comércio de pau-brasil, naturaliza a relação com mulheres indígenas. Essa afirmação é referendada por Rebelo com a citação de Pedro Lopes “mulheres que não eram inferiores em formosura das existentes em Lisboa³⁰.”

Ainda sob a análise de Jozé Rebelo, os espanhóis e portugueses, em maior número estes últimos, foram os primeiros europeus na província de São Vicente. Outras localidades tiveram composições distintas, destacando a província de São Paulo, que segundo o autor, foi povoada com vinte e sete famílias de cavalheiros fidalgos – “pessoas de bom costume”. Essas primeiras famílias foram responsáveis pelo povoamento do interior e de outras províncias. Somente após a descoberta do ouro e diamante, uma grande quantidade de portugueses, oriunda especialmente da região do Minho e Beira-Alta, migra para a América

²⁹ Rebelo, Jozé Silvestre “População do Brasil relativamente a origem e influência dos primeiros povoadores portugueses nos costumes nacionais.” 45 (65): 327-340, 1882.

³⁰ *Op. cit.* P. 330.

portuguesa. Jozé Rebelo afirma que grande parte dos cidadãos do Brasil é descendente dos colonizadores dessa região e posteriormente postula que o reino português nasceu daquelas regiões. Interessante observar que há uma valorização desses colonizadores, que senão nobres, “ao menos de ‘sangue limpo’ e formador de gente ativa, laboriosa e industriosa a seu modo”³¹.

Ao abordar a questão do envio de degredados para povoar as terras da América portuguesa, Jozé Rebelo afirma que estes não eram os condenados às penas maiores. Ou seja, mesmo sendo degredados, não eram necessariamente da “pior moral”. É uma preocupação sua a descrição das características morais de cada região de Portugal, procurando com isso fazer um apanhado do tipo de colonizador que saiu de Portugal e sua influência no Brasil. Sua defesa, contudo, não é pela permanência dessas características específicas de cada localidade, mas sim pela combinação proveitosa de uma mistura entre raças para alcançar a civilização. É, portanto, a colonização portuguesa valorizada e exaltada relativa aos seus primeiros colonizadores para a formação da população brasileira. Ao mesmo tempo, os descendentes de europeus e indígenas também possuem seu papel reconhecido na ocupação inicial da terra. Ao negro não é reservado um lugar de destaque.

“Misturados como estamos, e como necessariamente continuaremos a ser cada dia mais, faremos rápidos progressos na marcha (*sic*) admirável da civilização humana, e uma época virá, em que, catequizando a África central, lhe retribuamos cristamente o grosseiro trabalho e algumas indecentes dansas, que nos inoculou.”³²

Como observado acima, mesmo considerando a mistura uma qualidade a ser valorizada na população brasileira, Jozé Rebelo enfatiza em seu estudo as características portuguesas, deixando de lado as populações indígenas e chegando a negar algumas características das populações negras aqui presentes. A educação serviria como uma saída em direção ao engrandecimento do futuro da sociedade brasileira.

Identificamos três linhas de pensamento nos documentos e artigos tratados na revista do IHGB sobre Portugal e os portugueses: a tentativa de construção da idéia de nações irmãs, mesmo quando em conflito direto por direitos; a defesa do valor do poder monárquico para a manutenção da ordem social conforme documentos escritos em meados do século XIX; e

³¹ *Op. cit.* P. 330.

³² *Op. cit.* P. 339-340.

a valorização de um determinado tipo de colonizador português na origem da nação. Mesmo tendo o estoque português civilizador um lugar de destaque, é na mistura de raças que se observa o reconhecimento da especificidade da população brasileira.

Barão Homem de Mello, brasileiro, político, ministro do império, advogado, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor de diversas obras significativas ao longo do século XIX, dentre elas a “Integração da nacionalidade brasileira pela metrópole. Estudo histórico”, de 1871, propõe, nesta obra, analisar a formação do nacional tendo como principal preocupação a colonização portuguesa no Brasil. Já no início do texto, Barão Homem de Mello afirma ter sido a colonização e o povoamento do Brasil pelos portugueses um acontecimento complexo e que ocorreu em um longo período de mais de três séculos. Desta forma, julgar as fases separadamente, como tendo sido Portugal uma madrasta para sua colônia na América, seria um equívoco para a análise histórica. A tentativa do autor é combater a idéia de que os colonizadores portugueses teriam sido em sua maioria degredados do reino português, com isso, comprometendo a formação da nação brasileira. Citando ao longo de seu texto dois renomados autores, Francisco Adolfo Varnhagem e Hipólito Joseph da Costa Pereira, além de trechos de documentos primários, Barão Homem de Mello ratifica o lado benéfico da colonização portuguesa para a história da formação nacional, chegando inclusive a afirmar a grandeza da origem brasileira.

Barão Homem de Mello foi convidado no final do século XIX a discursar no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Porém, somente fragmentos deste discurso são encontrados hoje no acervo do Real Gabinete Português de Leitura. Observa-se ainda assim, em partes de seu discurso, a constância na defesa da colonização portuguesa, a afirmação da irmandade entre o português e o nacional, além da valorização das características “transmitidas” aos brasileiros. Tais elogios explicam a escolha desse autor como orador por parte da diretoria do Gabinete Português, uma vez que se tentava, nessa conjuntura, promover uma re-significação no Brasil da identidade do imigrante português. Barão Homem de Mello era um pesquisador ‘respeitado’ no meio acadêmico, fato que tornava seu discurso uma legítima defesa do colonizador português e do legado reproduzido pelo seu descendente direto, o imigrante português.

Não apenas intelectuais renomados discursavam para a platéia do Gabinete. O discurso valorizador da colonização portuguesa e da grandiosidade do passado português era

constantemente dirigido pelos integrantes do Gabinete Português aos ouvintes. O próprio Gabinete, por compor uma vasta biblioteca de autores clássicos mundiais, atraía para si uma grande atenção da intelectualidade carioca. Um exemplo desse apreço foi o desejo manifestado pelo escritor João do Rio de que sua mãe, Dona Florência Barreto, fizesse a doação de toda a sua biblioteca para o acervo da instituição. Outros bibliófilos, freqüentadores assíduos ou não da instituição, ajudaram a compor, junto a outros nomes da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, um lugar de destaque para a cultura lusitana nesta instituição e na sociedade brasileira.

1.3 Final do século XIX: intensificação das disputas por uma identidade nacional

O final do século XIX foi marcado por um forte antilusitanismo em terras cariocas e em outras localidades do Brasil. Gladys Sabina Ribeiro afirma que a presença portuguesa e de seus descendentes na cidade do Rio de Janeiro era expressiva já no início do século XIX, representando parte considerável do mercado de trabalho. Tal presença gerava conflitos de caráter antilusitanos, sobretudo na competição com os nacionais pelas oportunidades de trabalho. Isso antecipa a interpretação feita por Luiz Felipe de Alencastro³³ para a segunda metade do século XIX. Uma expressiva maioria deste fluxo era composta por imigrantes jovens, entre 10 e 30 anos, oriundos do Porto (grande concentração de emigrantes portugueses), do Norte de Portugal e das ilhas portuguesas. Percebe-se uma alteração na concentração deste fluxo na década de 1830, sendo sua origem mais espalhada em Portugal. Não podemos esquecer que o Rio de Janeiro também recebia imigrantes portugueses fugidos de áreas onde o antilusitanismo era mais voraz, como a região nordeste do país e de regiões conflituosas de Portugal; e imigrantes que eram direcionados para o setor agrícola. Os fluxos imigratórios variavam conforme a maior ou menor política de controle sobre os estrangeiros e sobre o mercado de trabalho.

Como dito, havia uma forte concorrência entre portugueses, libertos e cativos, pelo mercado de trabalho e pode-se pensar em uma ligação entre o projeto de fim do tráfico de escravos e o estímulo ao transporte de “engajados”. Já no início do século havia também uma valorização da utilização da mão-de-obra branca no mercado de trabalho e a idéia de

³³ Alencastro, Luiz Felipe de “Proletário e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872” . Novos estudos nº 21 – julho de 1988.

que, com a introdução dela, haveria o “branqueamento” da nação que se pretendia construir após a independência. Entretanto, a questão racial não é imperativa para os primeiros anos do século XIX. (Ribeiro, 2002; Seyferth, 2002)

Ainda assim, o fluxo migratório de portugueses avulta-se expressivamente a partir do final do século XIX. O Rio de Janeiro pode ser considerado como uma cidade receptora de migrações internas e externas. O mercado de trabalho encontrava-se hipertrofiado com o ingresso desses trabalhadores e com a crescente liberação da mão-de-obra escrava que culmina com a abolição da escravatura em 1888. Tal situação geraria diversos tipos de tensões e conflitos, sendo o imigrante português um alvo privilegiado das tensões com os nacionais e objeto de estigmas de todo tipo.

Havia carência no abastecimento alimentar da cidade e nos meios de transporte. A infraestrutura habitacional também estava comprometida e grande parte da população pobre estava precariamente alojada e se concentrava no centro da cidade. O período imperial já havia sido marcado por intervenções normatizadoras sobre a cidade e sua população, mas é com o advento da república que essas ações irão ganhar maior vulto. (Chalhoub, 1986; Carvalho, 1987)

A Cidade do Rio de Janeiro era considerada a “caixa de ressonância” do resto do país. Era nela que se forjava o modelo nacional, além de nela se promover controle mais rigoroso sobre a população e a cidade. A disputa por significados do ser nacional não estava restrita às cadeiras do parlamento; ocorria também diariamente nas ruas, casas e bares da cidade. A mescla de habitantes dava um outro tom ao que se idealizava como nacional. Políticas de imigração com vistas à melhora do estoque racial tentavam reescrever e branquear a formação da população, além de atrair braços para o setor cafeeiro. (Chalhoub, 1986; Carvalho, 1987, Schwarcz, 2004)

Segundo Joel Serrão, o Brasil, especialmente a Cidade do Rio de Janeiro, era até meados do século XX o maior receptor de imigrantes portugueses, representando cerca de 70% da emigração lusitana. A imigração portuguesa para o Rio de Janeiro estabeleceu-se majoritariamente em centros urbanos, sobretudo nos setores de comércio a varejo, de transportes e imobiliário (Menezes, 1998). Cerca de 1/5 dos habitantes da cidade era português ou possuía algum parentesco próximo. Verifica-se desse representativo numérico

uma grande influência de tais imigrantes na cidade, seja de forma direta ou indireta, visível ou invisível. (Ribeiro, 1987; Lobo, 2001).

Observando o índice de analfabetismo entre os imigrantes portugueses na Cidade do Rio de Janeiro, nota-se que era mais baixo do que o da população local ou do grupo étnico de italianos (expressivo grupo de imigrantes), contradizendo o senso popular que caracterizava o imigrante português como um povo menos escolarizado, se comparado aos nativos.

Grupos étnicos	Alfabetizados	%	Analfabetos	%	Total
Brasileiros	308455	51,33%	2929473	48,67%	600928
Portugueses	75690	55,70%	57703	44,30%	133393
Italianos	12267	47,90%	13290	52,90%	25557
Espanhóis	12807	61,90%	7872	38,10%	20699

Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906 *apud* Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2001.p. 141

A Cidade do Rio de Janeiro possuía um razoável índice de alfabetizados, mais de 50% dos brasileiros. Como se vê no quadro acima, esse índice era inferior ao dos portugueses. Entre os letrados estavam magistrados, médicos, grandes comerciantes, que compunham os ávidos leitores das bibliotecas existentes na cidade e muitas vezes bibliófilos. Entre as bibliotecas, destacava-se o Gabinete Português de Leitura, Instituição que se caracterizava por seu vasto acervo sobre assuntos portugueses e literatura portuguesa, brasileira e, em menor número, internacional. Houve na década de 1880 uma reorganização das regras de leitura e ingresso no quadro de sócios da Instituição, o que ampliou seu número de visitantes e associados, mormente após a inauguração do prédio sede na Rua Luiz de Camões, ponto a ser tratado no próximo capítulo. (Bessone, 1999)

Cumprе ressaltar que a década de 1880 foi marcada por uma crescente onda republicana com plataforma fortemente antiimperial. Muitas vezes, a imagem do imigrante português era associada ao do colonizador explorador. Na década seguinte, há uma releitura do antilusitanismo, particularmente no mercado de trabalho, como resalta Gladys Sabina Ribeiro “É no bojo dessas brigas no "mundo do trabalho" que o antilusitanismo emergia com clareza, se alimentava e se mantinha ao longo do período da República Velha”³⁴.

³⁴ Ribeiro, Gladys Sabina "À bala e à faca: os rolos entre 'galegos' e 'cabras' na República Velha" IN: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Hebe de Castro; João Fragoso. (Org.). Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yeda Leite Linhares. 1 ed. Rio de Janeiro, 2001.

As manifestações antilusitanas variavam conforme a classe social e a inserção do indivíduo dentro da sociedade. Para as elites brasileiras, o português não possuía essa imagem negativa. Para aqueles, porém, que estavam em contato direto com os comerciantes da cidade (grande parte dos portugueses era composta de comerciantes) ou procurando um local de moradia cujo proprietário fosse português, o repúdio ganhava ares xenofóbicos.

A maior intensificação do antilusitanismo ocorre durante a República Velha no governo do presidente Marechal Floriano com repercussões inclusive no governo do presidente Prudente de Moraes. O jacobinismo, nome pelo qual ficou conhecido esse movimento popular, manteve um clima de tensão política generalizada. Diversos setores da cidade organizaram-se no entorno da xenofobia florianista, atacando e perseguindo imigrantes portugueses e os opositores do novo sistema político.

A expectativa de melhoria na condição econômica e de maior participação da população, fragilmente inserida ou completamente excluída das oportunidades de mercado, é frustrada nos primeiros anos da República. Nesse contexto, diversas idéias se constituíram com o rápido avanço da moral burguesa. O nacionalismo exacerbado, caracterizado pelo nativismo xenofobo, no primeiro momento da República, foi utilizado pela elite como uma forma de controle da população.

Ainda que os gritos de “mata-galego” dificilmente atingissem de forma direta os associados do Gabinete Português, esse “quase oficial” antilusitanismo florianista refletia de maneira significativa sobre a imagem que se pretendia criar do imigrante português. Nesse sentido, torna-se interessante observar as conseqüências da campanha antilusitana para o Gabinete Português, local que, como visto, propunha-se a construir uma identidade portuguesa dignificante, aproximando-a do ideal civilizador tão importante no período. Com efeito, a resposta dada ao antilusitanismo pelos integrantes do Gabinete Português pode garantir a nós uma melhor compreensão do desafio de se afirmar a identidade portuguesa simbolicamente construída e em que medida ela é eficaz para a aceitação por parte da sociedade brasileira dessa comunidade de imigrantes. Não podemos perder de vista que os integrantes do Gabinete Português pertenciam em sua maioria à elite da “comunidade portuguesa” e quiçá da sociedade carioca. Ser integrante do Gabinete Português de Leitura representava uma forma de *status* e distinção, fato que também os distanciavam da massa de imigrantes portugueses pobres, em geral estigmatizados pelos

nacionais. Cabe indagar, contudo, se o antilusitanismo da primeira República teve algum impacto no Gabinete Português, especialmente sobre os seus integrantes. Como eles reagiram a essas manifestações? Em que medida eles se mobilizaram a fim de reverter oficialmente semelhante xenofobismo? Ou se omitiram diante dos fatos? Quais foram as estratégias simbólicas e políticas utilizadas para o período? Como veremos no segundo capítulo, os discursos dos integrantes do Gabinete Português de Leitura vão tomando formas de valorização da imigração portuguesa na cidade, tornando o tema espinhoso do antilusitanismo do final do século XIX e início do XX objeto de certo silêncio, provavelmente estratégico. A intensificação do discurso da irmandade entre as duas nações é uma resposta constantemente utilizada pelo Gabinete, assim como os benefícios civilizatórios do instituto, representante da cultura portuguesa, para o Brasil e para os imigrantes portugueses. O discurso da irmandade e da glória da civilização e cultura portuguesas era a melhor resposta às provocações do antilusitanismo presente, sobretudo, na Cidade do Rio de Janeiro.

A ambigüidade dos nacionais frente aos imigrantes portugueses contribuiu para a consolidação de dois tipos de imagens do lusitano: de um lado o imigrante pobre, analfabeto, rude, oportunista, ladrão e, de outro, a do imigrante trabalhador, obediente, ausente de motivações políticas, mantenedor da ordem social, cuja idealização foi arquitetada por parte da *intelligentsia* brasileira e pela elite da colônia lusitana. A reafirmação dos laços econômicos, sociais, territoriais, afetivos e culturais era constantemente posta como uma realização da colonização da América portuguesa³⁵. Neste sentido, a valorização da cultura lusitana pelos integrantes do Gabinete Português corresponde à tentativa de consolidar para a sociedade brasileira a idéia benéfica e positiva do imigrante português, cuja presença no Rio de Janeiro era marcante ao longo do século XIX e início do XX.

Além dos dois momentos de intensificação do antilusitanismo na segunda década e final do século XIX, sobretudo no Rio de Janeiro, terem afetado a imagem desse imigrante, a promulgação da primeira constituição republicana impôs aos imigrantes portugueses a “oportunidade” da naturalização. O recenseamento Geral de 1890 demonstra que o

³⁵ Lobo, Eulália Lahmmayer “Imigração portuguesa no Brasil”. São Paulo: Hucitec, 2001, p.17-19.

percentual de portugueses a adotar a nacionalidade brasileira foi de 20%, como afirma Gladys Sabino Ribeiro³⁶. Segundo José Murilo de Carvalho, "mesmo os portugueses, com a mesma língua, a mesma religião, a mesma cultura, não se entusiasmavam pelas possíveis vantagens de ser brasileiro³⁷". Interessa-nos pensar como essa questão foi recebida pelos integrantes do Gabinete, sobretudo porque faziam parte de uma instituição cujo objetivo era a exaltação de Portugal, de seus feitos, conquistas, literatura e seu passado glorioso. A "grande naturalização"³⁸ do período da República Velha atinge todos os tipos imigrantes. Abordaremos no segundo capítulo se a "oportunidade" da naturalização interferiu na relação dos integrantes do Gabinete com o governo republicano constituído e qual foi o posicionamento adotado pelos integrantes do Gabinete Português. Acreditamos ser o início da República Velha e a lei de naturalização um momento elucidativo crucial para que sejam pensadas as fronteiras étnicas entre a comunidade portuguesa, aqui representadas pelos integrantes do Gabinete, e a nação brasileira.

As representações do que era ser português e sua utilização desde o período da independência brasileira revelam aspectos diversos. Robert Rowland identifica a construção do caráter artificial do que era ser "português" e do que era ser "brasileiro" no início do século XIX (Rowland, 2002; Ribeiro, 2002). Deve-se considerar também a produção de discursos para a "legitimação do processo de construção da nova nação" brasileira que

³⁶ Ribeiro, Gladys Sabina, op. cit. p. 422

³⁷ CARVALHO, José Murilo "Os *bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi". São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 81.

³⁸ O decreto nº 58 A de 14 de Dezembro de 1889, promulgado pelo presidente Marechal Manoel Deodoro da Fonseca previa que se em um prazo de seis meses o estrangeiro residente no Brasil no dia 15 de novembro de 1889 não declarasse sua intenção de permanecer com a nacionalidade primitiva perante o secretário da Câmara ou Intendência Municipal, ele passaria a ser cidadão brasileiro. Em 22 de março de 1890, o decreto nº 277 estabelece que os estrangeiros que optassem pela permanência de sua nacionalidade primitiva deveriam ser retirados das listas de eleitores das comissões distritais. Em 15 de maio de 1890, o decreto nº 396 estabelece que as declarações de permanência de nacionalidade primitiva poderiam ser feitas perante o escrivão de qualquer delegacia ou subdelegacia de polícia, ou ainda perante qualquer agente diplomático ou consular de sua nação. Em 13 de junho de 1890, o decreto nº 479 aumenta o prazo para as declarações até 31 de dezembro do mesmo ano. A Constituição Federal promulgada em 24 de fevereiro de 1891 repete o texto do primeiro decreto nº 58 A, estabelecendo um novo prazo de seis meses para as declarações. A declaração do estrangeiro pela permanência de sua nacionalidade primitiva faria com que este perdesse o direito a voto, que havia sido garantido em virtude da lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1881. Vale ressaltar que o nacional português que estivesse em território nacional quando se proclamou a independência do Brasil nas províncias onde habitava e cumprisse as demais exigências, tinha o direito a voto. Portanto, a listagem de eleitores que os decretos ressaltam é referente aos portugueses votantes e a perda de direitos destes. Os sucessivos decretos, em especial o de nº 396, correspondem à resposta do governo Republicano às exigências e reclamações dos consulados estrangeiros no Brasil quanto à lei de naturalização.

surgia e buscava definir diferenças culturais em relação à antiga metrópole a fim de justificar sua independência. Outra preocupação reside nas relações entre Portugal e Brasil, seja no plano econômico, seja nos fluxos migratórios, que até os anos 60 revelam taxas significativas. (Serrão, 1982).

Luiz Felipe de Alencastro, ao estudar o proletariado, o escravo como trabalhador e a introdução de mão-de-obra de imigrantes lusos no mercado de trabalho afirma que, “a extensão da rede comercial portuguesa privava as classes médias brasileiras – já excluídas da importação-exportação pelos britânicos, americanos e franceses – do acesso a uma parcela dos raros empregos disponíveis em meio urbano”³⁹. Tratando as diferentes correntes referentes à política oficial de imigração, Alencastro ressalta os interesses dos grandes fazendeiros e grandes comerciantes que desejavam angariar trabalhadores de qualquer lugar do mundo, não necessariamente brancos. Já a *intelligentsia* brasileira não excluía a necessidade de introdução de mão-de-obra, sobretudo na agricultura. A influência de teorias racistas – na segunda metade do século XIX e início do século XX – e a necessidade do mercado de trabalho tornavam o fluxo de imigrantes europeus para o Brasil bastante valorizado. Havia, nesse sentido, a visão não oficial do que seria o imigrante ideal para as necessidades do mercado de trabalho e para o branqueamento civilizatório da nação. Assim sendo, o imigrante alemão era o mais valorizado, mas o caráter pouco assimilável da comunidade alemã, conforme experiências malsucedidas no Sul, tornaria evidente para as elites interessadas nessa mão-de-obra, o quão “perigoso” podia ser para o Brasil esses “elementos” inassimiláveis. (Seyferth, 1990). O português, embora fosse considerado menos civilizado que os demais europeus, não ameaçava o ideal assimilacionista brasileiro.

Em meio às disputas por significado, intelectuais brasileiros buscavam definir o “ser” nacional. De uma forma geral, o ser nacional pressupunha o nascimento dentro das fronteiras definidas como as do Brasil, falar a língua portuguesa, professar a religião católica (com o estabelecimento do Estado laico, ser católico deixa de ser um pré-requisito para ser aceito dentro da sociedade; permanece, no entanto, como um poder classificatório poderoso), possuir uma história em comum com a nação e possuir certo grau de mistura em sua ascendência. Aos olhos estrangeiros, o Brasil era um país miscigenado. Para os

³⁹ ALENCASTRO, Luis Felipe de. Op. cit. P. 34

nacionais essa mistura possuía múltiplas interpretações. O português imigrante, apesar de estrangeiro, tinha o português como sua língua materna e possuía junto aos nacionais um passado interligado, mas isso não significava necessariamente uma maior aceitação.

Em Sílvio Romero há a valorização do português como raça ainda que esta mantenha características negativas. Observando o povo brasileiro como mestiço e fruto da mistura de três etnias distintas, o branco, o indígena e o negro, Sílvio Romero afirma que para a formação do povo brasileiro é necessária a assimilação visando ao branqueamento. Não somente a raça branca é valorizada, como também os imigrantes brancos europeus assimiláveis. O imigrante português perde a primazia de formador do povo brasileiro dividindo espaço com outros imigrantes brancos europeus. Entretanto sua presença é importante no processo de assimilação.

Em conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1890 e posteriormente publicada pela *Mala da Europa*, Sílvio Romero discursa a respeito do “elemento português no Brasil”⁴⁰ para uma platéia composta majoritariamente de portugueses e brasileiros.

Falando sobre a nacionalidade brasileira e os riscos a que estaria submetida com o ingresso de elementos não assimiláveis em sua população, Sílvio Romero reafirma a importância do elemento português na formação da população e da cultura nacional. O autor alerta para uma possível tentativa de desvalorização do português com a finalidade de dominação da nação brasileira, sob teorias do *moderno imperialismo*. Pondera este perigo também às colônias portuguesas na África, visto que Portugal poderia não mantê-las por ser um país pequeno e frágil belicamente.

Para Romero, a valorização do elemento português, inclusive com o incentivo à sua emigração para o Brasil, torna-se fundamental para a composição da nação brasileira e para a sua defesa nas tentativas de *re-colonização* por países que são distintos da nação brasileira. O perigo, segundo Sílvio Romero, já está presente no interior do país com as colônias, principalmente as alemãs e italianas no sul e de São Paulo, por um equívoco do período imperial e um descaso do período republicano.

⁴⁰ Romero, Sílvio “Elemento português no Brasil. Conferência”. Lisboa: Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1902. [1890].

As colônias alemãs e italianas, por não serem assimiláveis e por se distinguirem da cultura luso-brasileira, as primeiras mais do que as últimas, representariam um perigo à contínua formação da nação brasileira. A posição do autor não é diretamente contrária ao imigrante alemão e italiano, mas sim ao fato de eles formarem, em solo brasileiro, colônias distintas e independentes do povo brasileiro; a seu ver tendo apoio dos respectivos governos. O imigrante português, ao contrário, não procura se distinguir do povo brasileiro, justo por fazer parte de sua formação e por ser importante base de sua identidade composta pela língua e pela religião.

O Brasil obtém sua independência por ter atingido a “maior idade”, como se tivesse sido tutelado pela metrópole nos três séculos anteriores. O relacionamento fraternal entre os países seria uma consequência dessa formação. Diferentemente do que coloca em documento, também recuperado na edição publicada pela *Mala da Europa* e denominado “A imigração e o futuro do povo brasileiro”, de 1902, Sílvio Romero considera benéfica e natural a influência indígena e africana para a nação brasileira. Identifica, porém, uma maior importância no colonizador português em um primeiro momento e, principalmente, no imigrante português contemporaneamente. A nacionalidade brasileira é luso-americana e os demais elementos que a compuseram ou estão esparsos no território nacional ou não possuem mais entrada com o fim do tráfico negreiro. A imigração espontânea do negro não é tida como uma possibilidade, uma vez que o Brasil poderia constituir um “novo Haiti ou um outro São Domingos”. Assim, ainda que entenda o negro como um dos elementos formadores da nação brasileira, ele não é um elemento desejável para a permanência da constituição do nacional.

A utilização dos elementos nacionais não é descartada para a colonização do país, permanecendo paralelos aos imigrantes portugueses e a outros estrangeiros que queiram engrandecer a civilização nacional com sua miscigenação, desde que respeitadas as formas nacionais.

A ação imperialista dos países que já possuem nacionais em território brasileiro, como a Alemanha e a Itália, é denominada como “Teoria da sobre-partilha” e marcada pelo insensato materialismo. Esses países não se restringiriam aos territórios bárbaros, mas também teriam suas dominações nos países civilizados, porém fracas. O Brasil, permanecendo com as características identificadas pelo autor nas formas de colonização de

seu território, estaria vulnerável ao moderno imperialismo. A única maneira de se evitar essa dominação seria a reafirmação da formação luso-americana e o fortalecimento das benéficas relações econômico-culturais entre Portugal e o Brasil, além de ter na história portuguesa de reconquista um exemplo de defesa do nacional. O autor aponta, inclusive, para a possibilidade de união entre os países de língua portuguesa do continente africano e o Brasil, estimulados por Portugal.

Mesmo sendo a nova colonização do Brasil uma preocupação do autor, Sílvio Romero afirma que o país nunca esteve fechado a estrangeiros. Ainda assim, pondera que a colonização da forma que está sendo efetuada estaria atendendo somente a uma parcela pequena na população sem, contudo, haver preocupação com o futuro da nação brasileira. A questão do ensino do português nas colônias “alienígenas” é um ponto fundamental para manter a união nacional, sem com isso proibir o uso da língua materna do imigrante.

No texto da conferência proferida pelo autor, diversas interjeições são postas como respostas da platéia e nelas são frequentes os apoios e as palmas. A escolha de Sílvio Romero para discursar no Gabinete Português de Leitura, a transcrição do discurso proferido e a tentativa de expressão das interjeições da platéia são significativas para a compreensão dos discursos assumidos e do imaginário que se queria construir por intermédio da ação do Gabinete nesse período. A relação da origem da nação brasileira com a colonização portuguesa, a utilização da língua portuguesa como um fator de união dos povos, a idéia de irmandade entre o Brasil e Portugal, tanto como a valorização da imigração portuguesa são pontos significativos para aquilo que estava se consolidando nos muros do Gabinete e em grande parte da colônia de imigrantes portugueses na capital brasileira.

Por mais que não fosse o cerne do discurso, a posição política de oposição às colônias alemãs e italianas na parte sul do Brasil aparece como uma questão para Romero, porém no momento em que ele expressa o juízo de que haveria uma situação “irremediável” no contexto da colonização do sul do Brasil, há “vários não apoiados”. A defesa da colonização e posteriormente imigração portuguesa, assim como a oposição às colônias não “assimiláveis” são recorrentes na obra de Sílvio Romero. Com efeito, a escolha como palestrante por parte da diretoria do instituto não foi ao acaso. Tratava-se, naquela ocasião, de reforçar, pelo discurso de um intelectual brasileiro reconhecido, a importância da

colonização portuguesa e da imigração portuguesa para os rumos da constituição da identidade nacional brasileira.

Joaquim Nabuco, reconhecidamente um abolicionista e com grande preocupação com a formação do cidadão nacional, foi convidado a discursar no evento em homenagem ao terceiro centenário de Camões e assentamento da pedra fundamental do que viria a ser o prédio sede do Gabinete Português de Leitura, em 10 de junho de 1880. Esse evento teve o imperador e a imperatriz presentes, como também contou com destacados integrantes da comunidade portuguesa e inúmeros outros participantes ilustres.

O livro que reproduziu o discurso de Nabuco na ocasião, intitulado “Camões. Discurso pronunciado a 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura”, foi dedicado ao Sr. Ramalho Ortigão, destacado integrante da diretoria do Gabinete e amigo pessoal de Nabuco. Em seu discurso, Nabuco afirma que o Gabinete Português de Leitura, por ser a primeira fundação literária de Portugal no Brasil, toma para si a responsabilidade de associar seu nome ao de Camões por três comemorações: o assentamento da pedra fundamental de seu prédio sede, a edição por parte da instituição de Os Lusíadas e a presença do imperador na solenidade.

Nabuco reafirma a importância da obra de Camões para a constituição da nação portuguesa e brasileira. O passado histórico do Brasil, descoberto, colonizado e povoado por portugueses, aproxima-o ao grande símbolo de Portugal e possibilita aos nacionais considerar esta festa também brasileira. A independência do Brasil não é compreendida como um rompimento com a cultura portuguesa, apenas como uma resposta natural do país, reafirmada com a coroação de um herdeiro da monarquia portuguesa. O Brasil torna-se um representante da cultura de Camões e de Portugal. Poder tomar para si um símbolo nacional português aproxima ainda mais as culturas do Brasil e de Portugal. Veremos no segundo capítulo que a escolha de Nabuco como orador oficial da festa do Centenário de Camões causou diversas manifestações públicas de parte da comunidade portuguesa, principalmente por Nabuco ser brasileiro.

Discursando para um público majoritariamente formado pela comunidade portuguesa e ilustres integrantes da sociedade carioca, Nabuco enaltece o imigrante português que imigra sem fortuna e a constrói em solo brasileiro. Para ele, esse imigrante traria vantagens para o país, formando família e colaborando com seu trabalho para o crescimento nacional ao

invés de apenas explorá-lo para depois emigrar. A formação da família, neste sentido, demonstra a assimilação do imigrante, assim como sua intenção de permanecer no país.

A publicação de uma edição de *Os Lusíadas* pelo Gabinete Português e a doação de alguns exemplares aos melhores alunos dos colégios da cidade é valorizada por Nabuco como um incentivo à leitura de um clássico português e uma possibilidade de desenvolvimento dos alunos, não somente no sentido patriótico como para a formação intelectual deles. A ação do Gabinete é tomada como um exemplo a ser seguido, particularmente por não se restringir à comunidade portuguesa.

A presença e o discurso de Nabuco no evento, tanto quanto sua dedicatória a Ramalho Ortigão, demonstram a existência de uma rede de relações entre a intelectualidade da corte e a comunidade portuguesa, de um modo geral, e com os integrantes do Gabinete Português, em particular. “Cooptar” Joaquim Nabuco, um dos representantes mais importantes da elite brasileira, além de reconhecido autor de obra significativa, para discursar pela honra de Portugal e dos portugueses, demonstra a estratégia perspicaz pela qual a direção do Gabinete buscou solidificar a versão e representação prestigiosa da comunidade portuguesa em terras brasileiras. A permanência de Nabuco como orador, apesar da oposição de alguns portugueses atávicos, também faz parte de uma importante vitória de integrantes da direção do Gabinete na década de 1880, como veremos no segundo capítulo.

Mediante essas construções, muitas vezes ambíguas⁴¹, que a *intelligentsia* brasileira define os imigrantes portugueses em seu cenário privilegiado e elitista: o Gabinete Português. A seleção de convidados brasileiros para proferirem discursos nos eventos comemorativos portugueses é também reflexo da maneira pela qual os portugueses imaginam serem vistos pelos brasileiros. É uma forma de construção identitária, com viés

⁴¹ Outro exemplo significativo no final do século XIX quanto à ambígua imagem do imigrante português é dado por Nina Rodrigues. Para o autor, o mestiçamento brasileiro fadou a nação ao fracasso. Todavia, ele não se põe diretamente contrário à colonização inicial portuguesa e ainda enaltece o imigrante lusitano que individualmente consegue “fazer a América”. Nas primeiras décadas do século XX, Gilberto Freyre analisa a construção da identidade nacional valorizando a colonização portuguesa. Ao discursar no Gabinete Português de Pernambuco em 1940, Gilberto Freire defende que as culturas dos povos imigrantes presentes no Brasil devem necessariamente ser assimiláveis à cultura luso-brasileira. Ainda que defensor da colonização portuguesa, a cultura luso-brasileira é hifenizada e, portanto, a cultura portuguesa já é re-significada como parte integrante da formação brasileira. Cf. Rodrigues, Nina “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 3ª ed., 1939 [1894]; Freyre, Gilberto “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira” Recife: Oficina do Diário da Manhã, 1940.

marcadamente elitista, que os integrantes do Gabinete querem afirmar a identidade portuguesa tanto em relação à sociedade mais ampla, quanto em relação à sua própria comunidade de imigrantes. Portanto, diante de algumas dessas impressões manifestadas por intelectuais brasileiros engajados na definição dos fundamentos da identidade nacional em diferentes períodos, cabe aprofundar as linhas de auto-representação elaboradas pelos integrantes do Gabinete Português, pelas quais demarcam o que há de singular, de permanente e de mutante nas suas construções identitárias, sempre tendo em mente o diálogo com a sociedade brasileira por um lado, e com os próprios imigrantes portugueses, por outro.

No próximo capítulo, buscaremos mapear essa instituição identificando a elite portuguesa que dela faz parte em suas estratégias de promoção de uma visão edificante do português antes colonizador e agora imigrante no Brasil. Para tanto, procuraremos compreender a história singular da formação do Gabinete e sua estruturação institucional. Trataremos, ademais, das grandes datas de celebração do instituto, como o terceiro centenário de Camões em 1880, o cinquentenário do instituto em 1887 e a inauguração do prédio sede em 1888, observando, com base nesses eventos, a dinâmica político-institucional do Gabinete. É na organização das cerimônias, homenagens e festejos que as construções de discursos e auto-representação do instituto se tornam mais evidentes, assim como nos momentos de acirramento das tensões, como foi o antilusitanismo no início da República Velha⁴².

⁴² A forma como os brasileiros viam e reagiam ao imigrante português variava de acordo com os períodos de maior ou menor tensão social durante a República Velha. É significativo neste momento ressaltar a revolta da Marinha brasileira contrária ao governo republicano, que se convencionou chamar “Revolta da Armada”, visto que ocorre um rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal em 1893, além de reações contrárias ao Gabinete Português de Leitura. Para a análise das variações do antilusitanismo na República Velha, ver Cf. RIBEIRO, Gladys S. “*Cabras e Pés de Chumbo: os Rólos do Tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*”, dissertação de Mestrado, ICHF-UFF, Niterói, 1987; para o rompimento diplomático quanto à Revolta da Armada, ver Cf. Carvalho, José Murilo de “Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi”. São Paulo: Cia. das Letras, 1987 e Nabuco, Joaquim “A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893”. Edições do Senado Federal. Vol. 21, 2003.

2.1 Real Gabinete Português de Leitura: história, simbologias e dinâmica institucional

“Domingo 14 do corrente mez, ás 10 horas da manhã, na residência do Illm. Sr. Dr. Antônio José Coelho Louzada, n.26; rua Direita, terá lugar a primeira reunião dos Srs. Accionistas do Gabinete de Leitura, para se eleger o conselho composto de 7 membros, que deverá (*sic*) o (*sic*) estabelecimento durante o 1 semestre. Roga- se aos Srs. Accionistas que não poderem comparecer o favor de enviarem seus votos por escripto, firmados por seu punho”⁴³.

A convocação pública para a formação do primeiro conselho de uma associação portuguesa, o Gabinete Português de Leitura, fundado em terras brasileiras, foi publicada no *Jornal do Commércio* na seção de declarações. A reunião efetiva só iria ocorrer quatro dias após a publicação. Os membros dessa primeira associação já haviam, todavia, tido um prévio encontro para a definição de quem seriam os votantes. Esse primeiro grupo girava basicamente em torno à rede de relações dos organizadores formada inicialmente pelos Dr. Antônio José Louzada, o Sr José Marcelino da Rocha Cabral, o Sr. João Baptista Moreira, o Sr. Francisco Eduardo Alves Viana, o Sr. Alberto Antônio de Moraes Carvalho e o Sr. Caetano Alberto Soares. O Gabinete Português de Leitura foi fundado em 1837 na casa do imigrante português Dr. Antônio José Louzada, advogado liberal, na Rua Direita (atual 1ª de Março) no Rio de Janeiro, tendo como presidente o Sr. João Baptista Moreira, encarregado de negócios da nação portuguesa. Quarenta e três pessoas estavam reunidas para a fundação do gabinete, sendo a lista geral composta de 189 com 404 ações.

Após votação para a formação da primeira diretoria da instituição, José Marcelino da Rocha Cabral é escolhido como seu primeiro presidente eleito. Este imigrante português era redator do jornal “Despertador”⁴⁴ e é frequentemente citado como um dos fundadores da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁴⁵.

Segundo Humberto Taborda⁴⁶, a criação do Gabinete Português no período é atribuída a Francisco Eduardo Alves Viana, imigrante português natural da ilha da Madeira,

⁴³ Jornal do Commércio de 10 de maio de 1837, pg 3

⁴⁴ O Jornal Despertador foi fundado pelo português Francisco Salles Torres Homem, que funcionou de 1838 até terminar em 1841. Este periódico procurava disputar espaço com o Jornal do Commércio.

⁴⁵ Sanchez, Edney Christina Thomas. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX”. Campinas, SP: [s.n.], 2003 (dissertação de mestrado)

⁴⁶ Taborda, Humberto “Real Gabinete Português de Leitura. Histórico 1837 – 1937”. RJ, 1937.

comerciante estabelecido na Rua do Ouvidor⁴⁷. Entretanto, para o autor, o verdadeiro mentor intelectual da idéia fora José Marcelino da Rocha Cabral. Taborda dedica no livro comemorativo do centenário da instituição um capítulo inteiro a Rocha Cabral. Porém, o Gabinete Português de Leitura não possui em seu acervo nenhuma obra de seu fundador. É bem verdade que a maior preocupação com a manutenção e arquivamento dos documentos referentes à história do Gabinete Português é datada de fins do século XIX, o que em certo sentido justifica a ausência de obras de Rocha Cabral no acervo atual da instituição.

Junto a este ilustre imigrante estavam diversas personalidades da crescente “comunidade portuguesa⁴⁸” como, por exemplo, o Sr. João Baptista Moreira, encarregado de negócios de Portugal no Brasil; Antônio José Lousada, Alberto Antônio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares e outros advogados de renome e comerciantes portugueses no Brasil. A composição da primeira diretoria eleita era formada por: João Joaquim Pestana, comerciante originário da ilha da Madeira, como vice-diretor; Francisco Eduardo Alves Viana, como secretário; Luiz Miguel Afonso, como tesoureiro; Dr. José de Almeida e Silva⁴⁹, médico que introduziu a homeopatia no Brasil, como bibliotecário; além de Joaquim José Pinto de Lima e Agostinho Correia d'Azevedo como agentes comissários da diretoria⁵⁰.

É de José Marcelino da Rocha Cabral a primeira definição do Gabinete Português em relação ao futuro da instituição:

⁴⁷ Reinaldo Carlos Montoro escrevendo um resumo da história do Gabinete na edição publicada pela instituição em homenagem ao terceiro centenário de Camões, afirma que Francisco Eduardo Alves Viana havia discordado dos outros integrantes da associação e posto suas ações a venda. Antes disso, entretanto, Alves Viana participa da formação do primeiro estatuto do Gabinete Português.

⁴⁸ Apesar dos estatutos da instituição possibilitarem o diálogo com outras nacionalidades, inclusive a brasileira, até o estatuto de 1974 somente aqueles nascidos em Portugal poderiam fazer parte do quadro associativo da instituição. A aceitação de um sócio somente ocorria após a indicação de um integrante do Gabinete e da aprovação por parte da diretoria. Apenas um sócio da instituição poderia votar e ser eleito para os cargos do Gabinete, o que tornava as ações efetivas da instituição circunscritas aos cidadãos portugueses. Observa-se clara manutenção de uma rede de prestígio que garantiria status aos membros do Gabinete tanto no interior da própria comunidade imigrante portuguesa quanto na relação com a sociedade mais ampla.

⁴⁹ *Apud.* Reinaldo Carlos Montoro. Neste trabalho, Reinaldo Carlos Montoro afirma que o Dr. José de Almeida e Silva ficou pouco tempo no cargo por este não ser remunerado. Esta é uma exigência que para participar da Diretoria do Gabinete o sócio deve possuir recursos próprios, ou seja, tais cargos eram frequentemente ocupados por imigrantes bem estabelecidos no Brasil. Entre outros que o substituíram, quem permaneceu por um período mais prolongado no cargo foi Henrique Pereira Leite Bastos, antigo integrante do Gabinete e secretário da Beneficência Portuguesa em 1840.

⁵⁰ Apesar de termos pesquisado os nomes dos principais integrantes da diretoria do Gabinete Português em dicionários biográficos e sites genealógicos de Portugal, nem todos puderam ser localizados.

"Se o estabelecimento for completamente organizado, (...), em o promover com o zelo patriótico que tem presidido aos seus primeiros arranjos, prevejo, e não muito distantes, as conseqüências mais extensas e lisonjeiras: - ilustração nossa, crédito para os estranhos, fraternidade, civilização e outras vantagens sociais, serão os primeiros resultados da nossa patriótica empresa. Os Portugueses, residentes no Rio de Janeiro, já não serão considerados como estranhos às tendências atuais dos povos civilizados; os outros estrangeiros também residentes neste Império, reconhecerão que, como eles, seguimos o movimento atual do espírito humano; o Povo irmão e generoso que nos acolhe e nos facilita os meios de aumentar as suas e nossas riquezas, terá a satisfação de convencer-se de que o grande Povo de que descende acompanha a marcha rápida e majestosa das nações que correm primeiras para o mais elevado ponto de civilização; e finalmente (e isto vale mais do que tudo) em Portugal há de dizer-se com orgulho nacional: Os portugueses residentes no Rio de Janeiro são beneméritos da Nação a que pertencem e cooperam eficazmente para a restauração da antiga, da imensa, da incomparável glória da sua Pátria!"⁵¹

O discurso de Marcelino da Rocha Cabral delinea pontos importantes para a instituição que estava sendo fundada. O reconhecimento externo da ação dos portugueses quanto ao desenvolvimento da civilização; o povo brasileiro, irmão e generoso, terá orgulho do grande povo de que descende; e, principalmente, haverá reconhecimento em Portugal dos imigrantes portugueses residentes no Rio de Janeiro que cooperaram para a restauração da antiga glória de seu país. A formação de uma biblioteca na corte traria a cultura do livro conduzindo a jovem pátria rumo à civilização. Duas questões importantes surgem desta fala: 1) a necessidade de reconhecimento no Brasil do português, representado por seus imigrantes, como portador de virtudes civilizatórias; e 2) estimular no povo brasileiro o orgulho de possuir ascendência portuguesa. Nessa conjuntura, não era raro associar-se ao imigrante português algo de atraso, de rudeza, de ganância, de ausência de polimento, sobretudo cultural. Desse coro, muitos brasileiros também fizeram parte, afirmando ser Portugal e seu povo os responsáveis pelo atraso brasileiro⁵². Essa percepção negativa do português, construída no pós-independência, estimulava na comunidade imigrante o desejo

⁵¹ Relatório do Gabinete Português de Leitura de 1837 *apud* Taborda, Humberto, 1937.

⁵² Entre os autores que trabalham essa questão estão: Silva, Maria Manuela Sousa "Imagens do cotidiano dos imigrantes portugueses no Brasil (1880-1890). Rio de Janeiro: mimeo, 1994; Ferreira, Tânia Maria Bessone T. da Cruz "Imagens das relações Brasil Portugal: os registros impressos". Trabalho apresentado no Núcleo de Produção Editorial, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 2003; Ribeiro, Gladys Sabina "Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha". Niterói: Análise Social, vol XXIX (127), 1994.

de formação de uma instituição ao mesmo tempo cultural e erudita: uma biblioteca. Na preocupação dos fundadores do Gabinete, uma biblioteca promoveria, entre os brasileiros, o orgulho de sua ascendência, reconhecendo na história que une Brasil a Portugal um passado virtuoso que deveria ser preservado. O vínculo fraterno, de irmandade entre brasileiros e portugueses seria efetivamente reforçado ao longo da história do Gabinete Português, como veremos neste capítulo.

É válido ressaltar também neste discurso que “povo irmão e generoso que nos acolhe” faz referência certamente àqueles que foram “bem acolhidos” pelo Brasil, que fizeram a América, e não à massa expressiva de imigrantes portugueses que chegou ao Brasil e não enriqueceu. Evidencia-se, portanto, um discurso que se pretende agregador da comunidade portuguesa e mantenedor da relação fraterna entre brasileiros e portugueses, formulado muito mais pela elite dessa comunidade do que pela massa de imigrantes trabalhadores. Da perspectiva das elites da comunidade imigrante a boa relação entre os imigrantes lusitanos aportados no Brasil e os brasileiros deveria iluminar o passado em comum das duas nações, sem, contudo, relativizar o foco em um passado que se deu efetivamente dentro de um sistema de dominação colonial, ou seja, na relação colonizador/colonizado.

Em 1837 o antilusitanismo ferrenho existente nos primeiros anos da independência já havia se dissipado e o clima estava mais calmo para os imigrantes, especialmente os portugueses. Muitos dos integrantes do Gabinete tinham vindo fugidos para o Brasil, em decorrência da crise de sucessão do império português com a morte de D. João VI e a coroação de D. Miguel I, monarca absolutista e resistente às idéias liberais. Por serem liberais e por se verem forçados a deixar Portugal, grande parte dos exilados portugueses, integrantes do Gabinete, avaliava de forma negativa a situação política de seu país⁵³. Restaurar a glória passada não era apenas uma crítica à situação da monarquia em Portugal, mas dizia respeito também ao passado de grande potência que o país havia gozado. Mesmo ausentes de seu país, os imigrantes portugueses que fundaram o Gabinete Português de Leitura tinham em mente a glorificação de seu país por conta de seu grandioso passado. Mais do que uma idealização da terra natal, esses imigrantes ressaltavam o orgulho de grande potência que havia tempos já não figurava mais em suas realidades. A idéia do

⁵³ Mattoso, José “História de Portugal”. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1993, vol. 5.

grande Império Português era para estes exilados uma referência constante nas suas construções identitárias no Brasil e, em consequência, influenciou simbolicamente as bases da fundação e os projetos do Gabinete Português no Rio de Janeiro.

Conforme a edição comemorativa do aniversário de fundação do Gabinete⁵⁴, a finalidade da instituição era a formação da Biblioteca para ensinamento e recreio do espírito, com ênfase na compra de obras portuguesas em homenagem à pátria portuguesa e a serviço do país residente, além de obras em geral voltadas para a classe de leitores. Nesse período inicial, estava prevista em ata a assinatura de cinco periódicos portugueses, dois ingleses, dois franceses e um argentino, todos com notícias comerciais e políticas.

Em 1879, o Gabinete Português assinava cerca de 75 revistas e publicações periódicas. São alguns exemplos de periódicos que o Gabinete Português assinava no Brasil: a *Revista Brasileira*, a *Revista Musical de Bellas Artes*, *O Futuro*, *A América*, *A Mãe de Família*, o *Jornal do Comércio*, *O Cruzeiro*, a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Noite*, *The Anglo-brazilian Times*, o *Diário Oficial* e o *Correio Comercial*, além de outros periódicos em Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. O maior número de periódicos era oriundo da França e de Portugal, mas também havia subscrições em outros países como a Suíça, os Estados Unidos, a Espanha, a Inglaterra e a Itália. A assinatura dessas revistas e publicações dava ênfase aos periódicos de grande circulação. Havia, entretanto, publicações voltadas para o entretenimento sem ser literárias. A subscrição desses periódicos tentava responder ao interesse do público que freqüentava o Gabinete, além de ser um mecanismo de atração para novos associados. A leitura mais “amena” ou voltada para questões comerciais, despertaria, portanto, um maior interesse no público alvo do Gabinete neste momento. É relevante notar que para parte do público que freqüenta ou deseja freqüentar o Gabinete, o interesse maior fosse por questões comerciais ou mais amenas.

“Devemos considerar que a nossa sociedade é a maior obreira na missão gloriosa de dar instrução aos nossos compatriotas, que vem buscar melhoramento de posição deste lado do Oceano; e que não se limitando a este mister tão honroso, para a nossa nacionalidade, também dispensa o tesouro de riquezas literárias, que temos arrecadado, a todos os amigos do estudo, sem distinção de nacionalidade, que a procuram. O termo médio

⁵⁴ Tavares, Antônio Rodrigues “Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Portuguesa de Leitura” edição comemorativa do 140º aniversário de fundação. Publicação Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1977.

de mil leitores, que mensalmente fazem o usos de nossa biblioteca, é um algarismo difícil de encontrar em estabelecimentos de igual natureza, nesta parte do novo continente. Não se pense que, pela maior parte dos leitores procurarem livros de leitura mais amena, a influência do estudo seja menos eficaz. O simples trato e hábito dos livros eleva as idéias, e melhora o coração dos homens menos instruídos, e ao par da elevação de sentimentos, vem mais tarde a nobreza e ousadia das aspirações. Que declarem muitos de nossos mais antigos consócios, quando eram limitadíssimos os meios de instrução entre nós, se destas estantes não lhes desceu a luz, se destes mudos expectadores das gerações, que entre nós se sucedem, não veio o verbo civilizador, que os elevou entre a população deste país, e os fez ombrear com as emigrações mais ilustradas?”⁵⁵

A primeira localização do Gabinete foi em um sobrado na Rua São Pedro, 83, próximo à igreja de São Pedro. Em 1842 muda-se para um prédio na Rua da Quitanda, 55, onde se encontrava a tipografia do jornal “*Despertador*” e que mais tarde transformar-se-ia no *Correio Mercantil*. Em 1850, o instituto se transfere para a Rua dos Beneditinos, 12, permanecendo até 1887, quando se instala definitivamente na Rua Luiz de Camões⁵⁶, antiga Rua Lampadosa, em prédio construído para este fim.

Diversos foram os presidentes do Gabinete ao longo do século XIX. São eles: José Marcelino da Rocha Cabral, (presidente entre 1837-1842), Francisco João Moniz⁵⁷, (presidente entre 1842-1843), político liberal madeirense forçado ao exílio por D. Miguel em 1828; Adriano Ferreira, (presidente entre 1843-1844); Alberto Antônio de Moraes Carvalho⁵⁸, (presidente entre 1844-1847), advogado, político e escritor de livros de direito; Adolpho Manoel Victório da Costa e Azevedo⁵⁹, (presidente entre 1847-54), médico e coordenador da publicação do livro de seu pai Emigdio Manoel Victorio da Costa sobre o cólera em Portugal; João Henrique Ulrich, (presidente em 1854), comerciante de tabaco,

⁵⁵ Relatório da directoria do Gabinete Portuguez de Leitura apresentado em sessão da assembléa geral de 16 de julho de 1868 pelo director José Pereira Soares. Rio de Janeiro. Typ. Perseverança, 1868. Pp. 14-15 (grafia do texto atualizada).

⁵⁶ Há a modificação do nome da Rua Lampadosa para rua Luiz de Camões em homenagem ao terceiro centenário do poeta português em 1880.

⁵⁷ Francisco João Moniz era empregado da superior Junta da Fazenda e foi eleito deputado pela Madeira para as cortes constituintes que funcionaram de 1821 a 1822. Em 1828 foi forçado a emigrar para o Rio de Janeiro com sua família. No Brasil estabelece-se como comerciante importando mercadorias principalmente da Ilha da Madeira

⁵⁸ Alberto Antônio de Moraes Carvalho foi ministro da justiça em Portugal nos anos de 1860 a 1862 e depois de 1891 a 1892, sendo o site oficial do ministério da justiça de Portugal.

⁵⁹ Adolpho Manoel Victório da Costa e Azevedo compra para o Gabinete Português de Leitura a primeira edição Os Lusíadas entre outras obras raras. Sua gestão foi marcada pela grande valorização das obras clássicas e raras.

liberal com grande atuação política em Portugal; José Pedro da Silva Camacho, (presidente entre 1855-1860), teólogo e filósofo; José Peixoto de Faria Azevedo, (presidente entre 1860-1866); José Pereira Soares⁶⁰, (presidente entre 1866-1868), proprietário de terras e banqueiro; Manoel José Gonçalves Machado Júnior⁶¹, (presidente entre 1868-1870); José Marcelino da Costa e Sá, visconde de São Cristóvão, (presidente entre 1870), moço fidalgo com exercício, comendador da ordem de Cristo, guarda-roupa honorário da Casa Real; Boaventura Gonçalves Roque⁶², Visconde de Rio-Vez, (presidente entre 1871-1873), título concedido por D. Luís em 1879; José Joaquim Ferreira Margarido, (presidente entre 1873-76); Eduardo Rodrigues Cardoso Lemos, (presidente entre 1878-1884), comerciante português, ocupa a direção do Centro de Lavoura e do Comércio do Brasil, além de dirigir a primeira exposição de café do Brasil em vários países da Europa; José Joaquim Godinho, Visconde de Santiago de Riba Ul, (presidente interino entre 1882-1885), comerciante e integrante de diversas associações portuguesas no Brasil, recebe o título de D. Luís em 1882; Joaquim da Costa Ramalho Ortigão⁶³, (presidente entre 1885-1888), bem sucedido comerciante, integrante do Centro de Comércio e Lavoura; Manuel José da Fonseca, (presidente interino entre 1888-1889), proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte em Sorocaba, São Paulo, e presidente da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança; Wenceslau de Souza Guimarães, (presidente entre 1889-1890); Manoel Matos de Souza Souto, (presidente interino entre 1890-1891); José Júlio Pereira de Moraes, Visconde de Moraes, (presidente em 1891), título concedido por D. Carlos I em 1903, fazendeiro, acionista do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais; Guilherme Klerk, (presidente interino entre 1891-1892); Antônio Homem de Loureiro Sequeira, visconde de Carvalhaes, (presidente entre 1892-1894), comerciante e proprietário, fidalgo cavaleiro da Casa Real, recebe o

⁶⁰ Além de influente banqueiro, constrói na Ilha Grande uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Guia para cumprir uma promessa feita para a recuperação de sua filha.

⁶¹ Escreve com o nome de M. J. Gonsalves Júnior para o Arquivo do Retiro Literário Português em 1870 os seguintes poemas: “Porque és triste?”, “Pedra Fendida”, “A Cunha Vasco”, “Luiz de Camões”, “Dois cultos” e “A Costa Arantes”

⁶² A filha do Visconde do Rio-Vez, Júlia Labourdonnay Gonçalves Roque, casa-se com o sr. Manuel Antônio Gonçalves Roque, 1º Visconde de Sistelo, também integrante do Gabinete Português de Leitura.

⁶³ Além de comerciante, era irmão do escritor português José Duarte Ramalho Ortigão ou somente Ramalho Ortigão. Não podemos esquecer que o escritor português Ramalho Ortigão publicava junto com Eça de Queiroz um periódico intitulado “As farpas”, que muitas vezes criticou diretamente o governo brasileiro. Esse periódico teve repercussões no Brasil, como nos mostram Lúcia Maria Bastos P. Neves e Tânia Maria T. Bessone em “As relações culturais ao longo do século XIX” IN: Amado, Luiz Cervo e José Calvet Guimarães “Depois das caravelas. As relações entre Brasil e Portugal 1809 - 2000.” p. 244-245.

título de visconde de D. Luís em 1889; e Ernesto Rego de Kruger Cybrão⁶⁴, (presidente entre 1877-78 e 1894-1899), amigo pessoal de Machado de Assis; e Antônio Gomes de Avellar, conde de Avellar⁶⁵, (presidente entre 1899-1903), importante comerciante, sócio da firma Avelar e Cia.

Como vimos, a presidência do Gabinete Português de Leitura era freqüentemente ocupada por personalidades ilustres da comunidade portuguesa no Brasil. Estão entre seus integrantes, comerciantes renomados, advogados liberais, viscondes, condes, comendadores, médicos, entre outros. Ainda que a valorização da formação acadêmica entre indivíduos ilustrados durante o século XIX não tivesse o peso representativo existente no século seguinte, a composição da diretoria do Gabinete Português de Leitura não era formada especialmente por homens de letras renomados, mas, mais freqüentemente, por integrantes da elite econômica da cidade⁶⁶. Neste sentido, participar de uma associação portuguesa voltada para a formação de uma biblioteca possibilitaria aos seus associados a aquisição também de um capital cultural, ou melhor, do distintivo *status* de homens das letras, status que originalmente não lhes cabia. A circunscrição das ações entre integrantes da comunidade portuguesa tornava ainda mais eficiente esta busca por diferenciação, assim como a forma de escolha de um novo membro, que necessariamente deveria ser indicado por um associado mais antigo, o que garantia a manutenção de uma rede de poder e reconhecimento social na própria comunidade imigrante⁶⁷. Essa rede de relações de poder em torno do Gabinete Português possibilitaria uma espécie de organização do que Bourdieu considera uma “potencialidade objetiva de unidade”, “uma ‘pretensão’ como grupo, uma *classe provável*”⁶⁸. Ser parte do Gabinete confere aos seus membros uma distinção, vale dizer, faz com que pertençam a uma instituição culta, erudita, que os unia também como

⁶⁴ Machado de Assis chega a dedicar uma poesia ao amigo intitulada “Menina e Moça”.

⁶⁵ Antônio Gomes de Avellar nasceu em São Martinho em 1855 e morreu no Brasil sem indicação de data. Além de presidente do Gabinete Português, exerceu o cargo na Real Sociedade Portuguesa de Beneficência e na Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmo. Participou ativamente da Subscrição Nacional resultante do ultimando britânico entre a colônia portuguesa residente no Rio de Janeiro para a compra da canhoneira “A pátria”, construída em 1903.

⁶⁶ Infelizmente, não constam informações completas sobre todos os presidentes do Gabinete ao longo do século XIX. Optamos por utilizar a lista de presidentes disponível no *site* oficial do Real Gabinete Português de Leitura, apesar de existir pequenas discrepâncias de informações, tais como os anos da gestão e a grafia do nome, com outras fontes trabalhadas.

⁶⁷ Bourdieu, Pierre “O poder simbólico”. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

⁶⁸ Bourdieu, Pierre. “Razões práticas: sobre a teoria da ação” trad. Mariza Correa. Campinas, SP: Papyrus, 1996. pp.25

grupo de interesse. Ser membro do Gabinete permitia a esse grupo de homens a possibilidade de interação “legítima” com a elite local ou nacional.

Muitos dos integrantes do Gabinete Português possuíam títulos da nobreza portuguesa e também da brasileira. A concessão desses títulos de distinção se fazia, de um modo geral, acompanhada de um pagamento expressivo por parte dos agraciados. Francisco Vasconcelos⁶⁹ afirma que os elevados encargos, necessários para se possuir um título nobiliário, garantiam somente aos ricos a aquisição e manutenção de tais títulos, considerando ademais que os impostos eram maiores para aqueles que os adquirissem no final do século XIX. O Almanak da Gazeta de Notícias⁷⁰ traz em suas páginas os valores dos selos para se possuir os títulos concedidos pela coroa brasileira e para os que haviam sido concedidos por países estrangeiros. Ainda que os títulos nobiliários permanecessem como um diferenciador social, também o eram quanto à posição econômica. Essa associação nem sempre era observada no antigo regime de alguns Estados europeus. Pertencer à aristocracia exigia protocolos e consangüinidade que funcionavam não raro como barreira que impedia o enobrecimento da burguesia. Um burguês poderia gozar de reconhecida posição econômica sem que isso o tornasse um nobre do ponto de vista do status social⁷¹.

A participação em uma associação de cunho cultural, como o Gabinete Português de Leitura, garantia um lugar de distinção para seus integrantes, visto que muitos eram basicamente oriundos de uma elite econômica e não cultural. A participação tímida da colônia portuguesa nos salões de leitura do Gabinete, como freqüentadores ou associados, é constantemente criticada pela diretoria do Gabinete, especialmente quando assinalam a saída de membros da elite lusitana de seu quadro de sócios. A distinção, a um só tempo simbólica e pragmática, que resulta da participação no Gabinete, é exemplarmente realçada no relatório de 1881:

“Quando nenhum proveito pessoal se haja de auferir do *Gabinete* – e tantíssimos se podem colher – resta a honra de

⁶⁹ Vasconcelos, Francisco “A Nobreza do século XIX em Portugal”. Porto: Centro de Estudos de genealogia, heráldica e história da família da universidade Moderna do Porto, 2003

⁷⁰ Almanak da Gazeta de Notícias. RJ, typ da Gazeta de notícias, 1880. Havia diferença de valores entre os títulos, conforme o grau de distinção.

⁷¹ Tocqueville, Alexis de “*O Antigo Regime e a Revolução*”. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987 e Elias, Norbert. “*A sociedade de corte*”. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1987.

pertencer a uma associação de que fazem parte os mais distintos compatriotas aqui domiciliados, e de que são membros os próceres literários de quase todas as nacionalidades”⁷².

Mesmo para aqueles lusitanos que partilham de uma posição social similar à dos integrantes do Gabinete, a participação nesta associação não era unanimemente valorizada pela elite lusitana. Manuela Carneiro da Cunha, em seu capítulo “Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível”⁷³, chama-nos a atenção para conceitos como “etnicidade” e “cultura de contraste”, relevantes para a compreensão da construção identitária elaborada pelos integrantes do Gabinete Português. A etnicidade na diáspora é uma forma organizacional frequentemente presente no cotidiano do imigrante lusitano, porém não a única. Para a autora, ainda que a cultura original seja objeto de re-significação permanente e por isso mesmo não exista essencialmente, permanecem, contudo, resíduos que permitem que se afirme uma etnicidade, mesmo que situacional. No caso dos imigrantes portugueses, os resíduos são frequentemente ativados naquelas circunstâncias de afirmação de particularidades, de definição política de fronteiras. O interessante aqui é que o residual da cultura portuguesa pode ser, em alguns casos, o residual que afirma também a identidade brasileira. Nesse aspecto a tese de Carneiro de Cunha defronta-se com um desafio.

“(…) o uso de símbolos e de signos [são] dados para promover significações novas ou não-oficiais, seja pela ambigüidade dos primeiros ou pelo rearranjo dos últimos. Pois o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura. A construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que fora de todo em que foram criados, seu sentido se alterou.”⁷⁴

Como veremos mais adiante, o quadro associativo/participativo do Gabinete Português era composto obrigatoriamente de portugueses e ainda era restrito a uma parcela desta comunidade. O fato de serem portugueses era condição necessária, mas não suficiente para ser um associado do Gabinete. Havia fronteiras claras entre os próprios portugueses, ditadas não raro pela condição social, e fronteiras entre os portugueses, os demais grupos imigrantes e étnicos e os nacionais. Nesse segundo caso, salientavam-se as “características

⁷² Relatório da diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro em 1881. RJ, Typ. Lith. Moreira, Maximino & Cia. 1882, p.09

⁷³ Cunha, Manuela Carneiro da “Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível” IN: Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.97-108.

⁷⁴ Cunha, Manuela Carneiro da. *Op. cit.* p. 101.

étnicas” do grupo imigrante. No primeiro caso, ela se dilui deixando de ter qualquer relevância como marcador de identidade. As características de pertencimento social são as mais ativadas nesse caso. Quais seriam então os traços diacríticos ressaltados pelos integrantes do Gabinete na construção de sua identidade? Em que medida esses traços ressaltados podem ser identificados no conjunto da comunidade de imigrantes portugueses?

2.2 Modificações do Gabinete: mudanças geracionais

A abertura para um maior número de integrantes do Gabinete só ocorre com a reformulação dos estatutos dessa instituição, na década de 1860, conforme se observa na subscrição de um maior número de ações para atrair novos associados. Neste período houve uma intensa disputa pelos cargos do Gabinete e pelas modificações então pretendidas pelos novos associados, saindo vitoriosa a “nova geração⁷⁵”. José Peixoto de Faria Azevedo fica responsável pelas primeiras ações de reformulação do Gabinete. Além de demonstrar grande interesse pela instituição, as diversas propostas de modernização do acervo da biblioteca, sem desvalorizar o já existente, indicam a formulação de novas demandas por parte dessa nova geração de leitores. Muitos dos associados antigos demitiram-se como forma de protesto às modificações⁷⁶. O relatório produzido no ano de 1861, pelo então diretor Faria Azevedo, além de comunicar a situação econômica do instituto, demonstra questões interessantes, tais como: as disputas entre acionistas que teriam causado problemas administrativos; a maior preferência por obras da literatura francesa; e a manifestação da necessidade de se ter um prédio próprio para o Gabinete. Nesse período estava sendo elaborado por uma comissão um novo estatuto, que tinha como uma de suas finalidades, a captação de recursos financeiros para a construção ou compra de um novo prédio.

O decreto nº 3227, de 10 de novembro de 1860, obriga a que todas as associações apresentem seus estatutos para a aprovação do governo imperial⁷⁷. Nesses termos, a ata

⁷⁵ Esta expressão é freqüentemente utilizada pela bibliografia a respeito da história do Gabinete Português.

⁷⁶ Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura apresentado em sessão de assembléia geral de 24 de fevereiro de 1861 pelo director José Peixoto de Faria Azevedo. Rio de Janeiro, Typographia de Pinherio & comp. Rua do Cano, nº 165.

⁷⁷ Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura apresentado em sessão de assembléia geral de 24 de fevereiro de 1861 pelo director José Peixoto de Faria Azevedo. Rio de Janeiro, Typographia de Pinherio & comp. Rua do Cano, nº 165.

aprovada por D. Pedro II e chancelada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1864, define encargos mais amplos para o Gabinete Português de Leitura como, por exemplo, promover a instrução através dos seguintes meios: organização da biblioteca; armazenamento e guarda das obras de “mérito” da língua portuguesa; assinaturas de periódicos nacionais e estrangeiros concernentes às artes, ao comércio, à política e à literatura; e reimpressão de obras e manuscritos de interesse para a cultura portuguesa, podendo o Gabinete solicitar auxílio de outras instituições de mesma língua. Permanecia, entretanto, o critério de comprovação de índole e de naturalidade portuguesa para associar-se ao instituto, além da indicação de um integrante⁷⁸.

O acionista da instituição possuía uma obrigação mensal de 500 réis ou anual de 60 mil réis, além de ser obrigado a aceitar os cargos eletivos da associação. Para os novos sócios, a contribuição anual era de 80 mil réis e só teria direito a diminuição após três anos. Cada acionista deveria possuir uma ou mais ações. Sua contribuição era fixa, alterando somente a possibilidade de receber uma obra por ação. Além disso, o acionista teria o direito de fazer parte da Assembléia Geral, de requerer junto a mais 100 assinaturas uma convocação extraordinária da diretoria, de apresentar propostas de reformas, com exceção dos Estatutos, de trazer visitantes à biblioteca, por fim, de transferir ações a pessoas que ainda não fossem sócias e que se enquadrassem nos pré-requisitos para se associar.

A cobrança de mensalidade dos sócios e subscritores do Gabinete Português de Leitura pressupunha o direito a retirada de livros e o acesso ao próprio instituto. Portanto, a biblioteca do Gabinete Português até meados do século XIX estava restrita aos seus associados. O regulamento para leitura do Gabinete Português publicado em 1857 proibia que um associado emprestasse o livro em seu poder a qualquer outro indivíduo, mesmo que este também fosse associado⁷⁹. A mudança nos estatutos da associação facilitou o acesso às obras do acervo. Ainda assim é somente após 1880 que ocorre a abertura da instituição para a frequência no salão de leituras aos não sócios⁸⁰. Ou seja, ainda que os integrantes do Gabinete Português pretendessem uma maior participação da comunidade lusitana e de

⁷⁸ Definição dos associados do Gabinete Português de Leitura presente nos Estatutos da instituição ao longo de todo o século XIX.

⁷⁹ Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. RJ, Typ. Commercial de F. de Q. Regadas, MDCCCLVIII. Documento transcrito no site: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx93.html>

⁸⁰ A biblioteca estaria aberta gratuitamente aos jornalistas, escritores, professores, e funcionários públicos

outras nacionalidades como subscritores, o valor das mensalidades e a necessidade de se associar eram impeditivos. Reafirma-se mais uma vez a separação entre aqueles que podem manter o compromisso da mensalidade, uma vez indicados por um integrante do Gabinete, portando obviamente as qualificações necessárias para o ingresso, e aquele que está a margem desses requisitos.

Não havia, no estatuto de 1864, uma participação feminina igualitária aos outros associados do Gabinete. Entretanto, caso a viúva de um acionista da instituição mantivesse as obrigações financeiras, poderia ter acesso aos livros e periódicos. Eram vedados, porém, os demais direitos dos acionistas, como a participação na Assembléia Geral e a proposição de reformas para o instituto.

“Art.9ª As viúvas dos accionistas, se assim lhes approver, e pagando a quota mensal a que se refere o § 3º do art. 3º, tem o direito de usar dos livros e periodicos do Gabinete, unicamente; assim como se amplia aos herdeiros dos sócios fallecidos o direito de transferencia das respectivas açções, ainda que não fação parte da associação; podendo tomal-as para si mesmos, se tiverem as qualidades do §1º do art.2º”⁸¹

O capital do Gabinete era composto pelo produto de cinco mil ações de vinte mil réis cada uma, podendo aumentá-las, sob aprovação imperial, caso a diretoria junto ao Conselho Deliberativo visse necessidade. As doações para o instituto também faziam parte de sua arrecadação e eram estimuladas na comunidade portuguesa. Já o rendimento do instituto compunha-se das mensalidades pagas pelos associados, do líquido das ações dos acionistas falecidos e não pagas no decorrer de doze meses e das multas impostas pelos estatutos e regulamentos da instituição.

A estrutura organizacional na década de 60 do Gabinete constituía-se em: Assembléia Geral (com o mínimo de 40 acionistas presentes na primeira convocação e um número não definido para a segunda convocação no mesmo dia); Conselho Deliberativo (com 25 membros e mais cinco membros da diretoria); e Diretoria (composta de diretor, vice-diretor, primeiro-secretário, segundo secretário e tesoureiro). Competiam ao Conselho Deliberativo todos os atos decisórios, necessitando, entretanto, da aprovação da Diretoria.

Além dos acionistas contribuintes, existia a possibilidade, para aqueles que não residissem na corte ou no país, de serem sócios colaboradores e honorários

⁸¹ *Ibid* Estatuto de 1864

correspondentes. Os sócios colaboradores eram responsáveis pela descoberta e aquisição de novos livros para o acervo da instituição. A referência financeira para essas aquisições ficava a cargo dos agentes comerciais, indicados pela Diretoria. Havia também o título de presidente honorário, cabendo somente às pessoas que tivessem se destacado nas ciências ou na literatura. Os presidentes honorários e os sócios correspondentes eram isentos de contribuições pecuniárias, tinham o direito de receber um exemplar de cada obra publicada pelo Gabinete e, caso viessem a residir no Rio de Janeiro, poderiam ter acesso à biblioteca e aos periódicos.

O cargo de subscritor era aberto para ambos os sexos e nacionalidades, desde que comprovada a ocupação: ser bem morigerado, ser indicado por um membro do Gabinete e subscrever por três, seis e doze meses pagando quatro mil réis no primeiro, sete mil réis no segundo e doze mil réis no terceiro de forma adiantada. Nesses termos, somente como subscritores era possível a participação de outras nacionalidades e de mulheres, que não fossem viúvas de ex-membros do Gabinete. Isso tornava a participação dentro da instituição basicamente circunscrita aos integrantes da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. Entretanto, as notícias pagas a respeito do Gabinete Português de Leitura no Almanaque Laemmert destacavam que o cargo de subscritor era aberto a todas as nacionalidades e sexos. Isso demonstra uma tentativa por parte do Gabinete Português de uma maior aceitação de outras nacionalidades, ainda que sem direito a participação política dentro do instituto. Não se cogitava nos estatutos do século XIX, a abertura às outras nacionalidades dos cargos consultivos, deliberativos e executivos do Gabinete.

O artigo 16 do Estatuto de 1864 previa como urgente, a compra ou construção de um prédio para abrigar o Gabinete Português, prevendo o quanto de aplicação financeira deveria ser utilizada. Entretanto, ainda caberia à diretoria a liberação dos recursos para este fim. No caso de alguma outra sociedade portuguesa auxiliar na compra do imóvel para a sede do Gabinete, esta teria o direito a utilizar os salões do edifício para suas sessões ordinárias e extraordinárias, assim como oferecer cursos de ensino, após aprovação dos dias e horários pela diretoria do Gabinete. A intenção em estatuto da compra ou construção de um prédio próprio corrobora a idéia de que se tratava de uma instituição já histórica e que deveria ser preservada. Ademais, o Gabinete merecia, conforme seus associados, de uma

melhor acomodação para seus associados, visto que desde 1850 estava estabelecido em um prédio na Rua da Quitanda, ponto nobre da cidade, mas de conforto precário.

Nessa conjuntura a comunidade imigrante portuguesa contempla a idéia de implementação de uma federação das associações portuguesas. Tal idéia defrontava o Gabinete com a possibilidade de vir a trocar de nome⁸². Porém, o edifício construído ou comprado pela instituição permaneceria sob sua posse, independente da federação. Ainda que o patrimônio constituído do Gabinete permanecesse salvaguardado, a possibilidade de mudança de nome da instituição corroborava o ideal de federação acalentado pela comunidade portuguesa no Brasil. A idéia de uma federação das associações portuguesas é datada de meados do século XIX, constituindo-se de fato somente nas primeiras décadas do século XX. O Gabinete Português, apesar de associado, mantém-se até os dias atuais como uma instituição independente.

2.3. A biblioteca

Diversos bibliotecários passaram pela biblioteca do Gabinete. O estabelecimento de um cargo remunerado e a contratação de um bibliotecário profissional só ocorre no final da década de 1880, apesar de ser um pedido constante nos relatórios da instituição. Os catálogos do acervo da biblioteca não acompanhavam a constante aquisição de exemplares, muitas vezes, quase impossibilitando a consulta às novas aquisições. O primeiro catálogo foi impresso em 1840, tendo dois suplementos em 1844 e 1846. Após esse período houve um catálogo suplementar em 1858, produzido pelo Dr. José Pedro da Silva, e outro em 1868 por Manoel da Silva Mello Guimarães. Posteriormente, em 1906, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, bibliotecário da Biblioteca Nacional, organiza o acervo do Gabinete Português com um novo catálogo geral.

O acervo da biblioteca do Gabinete Português era composto de quatro procedimentos: por compra, por doação individual, por doação institucional e por impressão pelo próprio instituto; além dos diversos periódicos adquiridos e disponibilizados aos leitores. Os primeiros anos da associação foram marcados por avultadas doações e pela compra de obras da literatura clássica mundial, muitas vezes em edições raras. A valorização da posse de uma edição rara *Os Lusíadas*, como foi o caso da doação do então presidente Adolpho

⁸² *Ibid* Estatuto de 1864, art. 66.

Manoel Victório da Costa e Azevedo, estava presente, como exemplo, nos discursos dos integrantes do Gabinete. A posse desses exemplares era um fator distintivo para o Gabinete. Não bastava possuir parte da literatura clássica, havia a necessidade de que ela fosse diferenciada e, se possível, rara. A aquisição de livros ocorria na maior parte das vezes por representantes do Gabinete ou livreiros selecionados em Lisboa ou por compra na capital.

Procedência dos livros adquiridos pelo Gabinete Português de Leitura

	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Lisboa	55,9	40,0	51,7	74,4	62,5	-	57,0	26,6	15,2	59,9
Corte	38,0	38,5	40,8	8,8	31,1	-	33,4	59,7	65,1	21,3
Ofertas	6,1	12,5	7,5	16,8	4,5	-	8,9	13,2	10,1	18,8
Encadernador		9,0			1,9		0,7	0,5	9,6	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0

	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880
Lisboa	63,4	63,0	56,4	47,7	55,0	57,0	69,2	56,4	60,7	29,3
Corte	13,0	16,5	4,5	21,0	20,2	20,4	14,6	13,6	9,6	27,4
Ofertas	23,1	12,5	33,5	25,0	24,5	22,4	16,0	29,1	29,5	38,1
Encadernador	0,5	8,0	5,6	6,3	0,3	0,2	0,2	0,9	0,2	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Relatórios do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro 1861-1881.

Como podemos notar no quadro apresentado, a oferta de livros ao Gabinete, com exceção do ano de 1880, manteve-se sempre abaixo da soma da compra oriunda de Lisboa e da Corte. Logo, a aquisição para o acervo da biblioteca pressupunha uma lista de obras selecionada por integrantes do Gabinete e entregues aos livreiros da corte e aos representantes da instituição em Portugal. O crescente mercado de livros na cidade do Rio de Janeiro supria em parte a necessidade de novidades para o Gabinete, embora a compra de livros em Portugal, mostre-se consideravelmente marcante nestas duas décadas. A classificação de encadernador presente nos relatórios destas duas décadas dizia respeito à atividade de compilação de periódicos ou reforma de livros já existentes no acervo. Esta prática não era muito freqüente neste período, mantendo-se sempre abaixo dos 10% em relação ao gasto geral com o acervo.

A partir da década de 1860, a aquisição de novos livros para a biblioteca procurava acompanhar os movimentos literários contemporâneos. O relatório de 1868 indica que a diretoria havia priorizado a compra da literatura espanhola em decorrência de alguns acionistas a considerarem muito próxima à portuguesa. As alterações nos estatutos do

Gabinete possibilitaram um incremento numérico no número de associados do instituto, além de modificar a forma de aquisição de livros para a biblioteca.

O relatório de 1866 previa que a aquisição de livros para o acervo da biblioteca deveria ser em língua portuguesa ou traduzidos para o português, assim como seriam adquiridos livros técnicos voltados aos estudiosos, em detrimento da simpatia dos acionistas da instituição pela literatura francesa. O acervo da biblioteca, diferentemente do que ocorria em seu período de fundação, era basicamente constituído por compra e não por doação. Observa-se neste movimento da diretoria uma tentativa de modificar as características do acervo e conseqüentemente de seu freqüentador, em detrimento dos hábitos de leitura de seus acionistas.

A preocupação com a compra de livros em português procura responder a um número expressivo de leitores que não tinham nem o francês e nem o inglês como segunda língua e que, segundo o relatório, representava a grande maioria dos freqüentadores. A aquisição de livros técnicos para a biblioteca atrairia um outro público para seus salões, além de valorizar a instituição como centro intelectual. Posteriormente, a posse de livros técnicos vai ao encontro do ideal de transformar o Gabinete Português em um centro de educação, voltado especialmente à instrução das classes populares e aos imigrantes lusitanos que vem “fazer a América”.

“Devemos considerar que a nossa sociedade é a maior obreira na missão gloriosa de dar instrução aos nossos compatriotas, que vem buscar melhoramento de posição deste lado do oceano; e que não se limitando a este mister tão honroso, para a nossa nacionalidade, também dispensa o tesouro de riquezas literárias, que temos arrecadado, a todos os amigos do estudo, sem distinção de nacionalidade, que a procuram”⁸³.

Cabe ressaltar que o Liceu Literário Português foi fundado em 10 de setembro de 1868 na cidade do Rio de Janeiro. Não havia, portanto, nenhum instituto de instrução da comunidade portuguesa na cidade. Ainda assim, a idéia de que o Gabinete Português seria responsável pela instrução, mesmo sem ser um colégio formal, e pelo “fim civilizador”, permanece nos discursos dos integrantes do Gabinete ao longo do século XIX.

⁸³ Relatório da diretoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro apresentado em assembléia geral de 9 de junho de 1867 pelo respectivo diretor José Pereira Soares. RJ, Typ Perseverança, 1867, p. 14.

Omar Ribeiro Thomaz⁸⁴ em seu expressivo trabalho a respeito da idéia de Império Português durante o regime salazarista propõe questões importantes que, mesmo com implicações distantes no tempo e espaço do objeto desta pesquisa, estimulam perguntas relevantes. Seria a idéia de Império Português, tão explorada no período salazarista, já presente no imaginário dos integrantes do Gabinete Português ao longo do século XIX? Estaria também presente para os integrantes do Gabinete a idéia de que “a própria razão de ser de Portugal no presente, (...), será a história de grandeza e a possibilidade de manter o seu império no futuro”⁸⁵, crenças tão presentes no salazarismo? As “representações e projetos de ação acerca do terceiro império português”, que teve “início nas últimas décadas do século XIX”⁸⁶, encontraram nas vozes dos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, especialmente nos integrantes do Gabinete Português de Leitura, algum eco?

A reafirmação do grande Império português para os integrantes do Gabinete Português de Leitura certamente está presente na exaltação ao passado glorioso de Portugal, às suas conquistas no além-mar, ou seja, na sua história de colonização. Um exemplo dessa exaltação encontra-se na construção do prédio do Gabinete Português de Leitura, em estilo *manuelino*, o que corrobora a afirmação simbólica de um passado lusitano glorioso. A idéia de Império português, entretanto, é reativada mais como um saudosismo das glórias do passado, do que um desejo político de retomada das conquistas coloniais. Ainda assim, o Império português está presente na representação dos brasões das colônias portuguesas na ornamentação interna do prédio sede do Gabinete Português. Entretanto, a perda de antigas colônias, ou mesmo a manutenção das conquistas ultramarinas das colônias portuguesas na África, na Ásia e na Oceania, não freqüentavam, todavia, os relatórios, atas ou discursos dos integrantes do Gabinete Português.

A relação com o império português ocorria através de uma rede de relações pessoais, ou seja, os integrantes ou representantes do Gabinete em Portugal possuíam acesso individual a setores do governo português. A instituição era reconhecida pelo império português como um ato patriótico de portugueses residentes no Brasil, e não como um prolongamento de sua representação, como poder instituído, digamos diplomático, em terras brasileiras. A

⁸⁴ Thomaz, Omar Ribeiro “Ecos do Atlântico Sul”. Rio de Janeiro: editora UFRJ. Fapesp, 2002

⁸⁵ *Ibid*, p. 255.

⁸⁶ *Ibid*, p 21.

relação do Gabinete com o império brasileiro ocorria de forma mais acessível, muitas vezes se fazendo representar em eventos sociais promovidos pelo governo. Em nenhum dos dois casos, entretanto, o Gabinete Português era um representante ou mediador das aspirações dos governos portugueses em relação ao governo brasileiro.

A relação diplomática entre o Estado português e o brasileiro pautava-se de modo geral na proteção dos interesses de seus nacionais, na assistência às transferências de heranças oriundas de súditos portugueses, na preservação dos laços fraternos entre as duas nações e na conservação da comunidade portuguesa no Brasil como um patrimônio nacional, sem, entretanto, opor-se diretamente ao Estado-nação brasileiro⁸⁷. Assim como ocorre com outras associações portuguesas na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, a relação do governo imperial português com o Gabinete Português de Leitura ocorria tendo em vista a manutenção do vínculo dos imigrantes portugueses com a pátria. A “colônia portuguesa” do Rio de Janeiro financiou, totalmente ou parcialmente, projetos assistencialistas, como foi o caso da comissão para auxílio às vítimas da enchente ocorrida em Portugal em 1874; e de defesa nacional do governo português, como foi o caso da Subscrição Nacional para a compra da canhoneira *A Pátria* em 1903⁸⁸.

A finalidade civilizadora presente nos discursos dos integrantes do Gabinete Português seria de tipo universalista. Relaciona-se mais diretamente ao acervo literário do gabinete do que a idéia de português civilizador/colonizador, comumente empregada no período colonial, e re-significada no período salazarista em Portugal. (Thomaz, 2002) Para alguns integrantes do Gabinete, a cultura livresca modificaria nos imigrantes portugueses chegados no Brasil a sua imagem desfavorável. Ou seja, havia o diagnóstico de que uma parte dos imigrantes portugueses que chegava ao Brasil era não qualificada e carecia, segundo membros do Gabinete, de melhor formação cultural para aí sim poder ser considerado um povo civilizado. Ao mesmo tempo, a ênfase no passado letrado de Portugal, especialmente representado por Camões, possibilitaria a esses portugueses a crença nesse ideal. Acreditava-se, desse modo, que o culto legado do Império Português faria com que o momento desfavorável ou a situação cultural do imigrante pudessem ser modificados.

⁸⁷ Cervo, Amado Luiz e Magalhães, José Calvet “Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil 1808-2000”.(org) Dário Moreira de Castro Alves. Brasília : Ed. UnB : IBRI, 2000.

⁸⁸SILVA, Innocencio da “Dicionário Bibliográfico Português”. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923. 23 vol.

2.4 O Acervo

A composição do acervo de uma biblioteca traz à luz o tipo de demanda de seus leitores. Os relatórios do Gabinete contabilizavam a origem da aquisição do livro, o idioma da obra, o número de frequentadores e visitantes ao longo do ano. Infelizmente, não há uma relação de títulos das obras compradas. Existe somente para o caso da doação, o que não corresponde em absoluto ao tipo de obra que o Gabinete pretendia possuir. Não há também para este período uma relação das obras descartadas, impossibilitando, por conseguinte, a análise por títulos.

Acervo segundo a nacionalidade das obras em percentual:

	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Português	71,2	59,7	66,0	91,9	92,7	-	63,7	54,9	33,8	81,8
Francês	26,3	37,6	31,5	7,2	6,7	-	35,6	44,6	61,0	15,6
Inglês	1,4	0,3	1,0	0,3		-	0,1	0,1	5,0	1,4
Espanhol	0,6	1,7	1,5		0,3	-	0,1	0,3	0,1	0,2
Outros	0,6	0,7		0,6	0,3	-	0,5	0,1	0,1	1,0
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00

	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880
Português	95,8	87,8	91,5	85,0	81,9	86,2	93,4	77,0	81,2	76,0
Francês	2,0	6,0	3,6	12,1	16,9	13,1	5,5	20,3	17,8	21,5
Inglês	-	4,0	1,1	0,6	0,6	-	0,2	1,5		1,0
Espanhol	1,5	1,1	0,2	0,8	0,2	-	0,7	1,2	0,6	1,1
Outros	0,7	1,1	3,6	1,5	0,4	0,7	0,2	-	0,4	0,4
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Relatórios do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro 1861-1881.

Como podemos verificar no quadro exposto que em 1868⁸⁹ houvesse tido uma tentativa de aumentar o acervo em língua espanhola em detrimento dos livros em francês, isso não ocorreu na prática. A literatura em francês ainda era muito marcante nas aquisições do Gabinete. Observa-se que em 1869 o número de livros em francês excede mesmo aqueles em português, mostrando que o hábito da leitura nesta língua estava realmente arraigado em nossa elite letrada. Não podemos esquecer que havia no período uma grande valorização da literatura francesa na cidade do Rio de Janeiro, principalmente, os romances. Ainda que a diretoria que toma posse no final da década de 1860 tenha diminuído a aquisição de

⁸⁹ Relatório da diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura apresentado em sessão da assembléia geral de 25 de abril de 1869 pelo diretor Manoel José Gonçalves Machado Júnior. Rio de Janeiro, typ. Perseverança, 1869.

literatura francesa e feito um incremento numérico dos livros em português, as obras em francês permanecem as mais representativas dentre todas as de língua estrangeira.

O acervo da biblioteca não era o único aspecto de merecida valorização da instituição. Era também uma instituição que concedia títulos honoríficos. Um exemplo é o caso do historiador português Alexandre Herculano, quando lhe foi dado o título de presidente honorário por unanimidade pela diretoria em 1862. Em carta de agradecimento, o historiador português ressalta a honra de ser lembrado por patrícios em terras distantes, que mantêm em tão conceituado patamar o nome de Portugal⁹⁰.

Diversas outras personalidades, sejam políticos ou intelectuais, foram homenageadas com títulos distintivos no Gabinete Português ao longo da história. Dentre as personalidades que receberam títulos honoríficos estão: o Sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, presidente honorário em 1872; o Sr. José da Silva Mendes Leal, presidente honorário em 1872; o Sr. General Bartholomeu Mitre, sócio honorário e correspondente em 1872; o Sr. Theóphilo Braga, sócio honorário e correspondente em 1872; o Sr. Dr. Ataliba de Gomensoro, sócio honorário em 1878; o Sr. Visconde do Rio Branco, sócio honorário em 1874; o Sr. Visconde de Caravellas, sócio honorário em 1874; o Sr. Marquês de São Vicente, sócio honorário em 1874; o Sr. Duque de Caxias, sócio honorário em 1874; o Sr. Marquês de São Vicente, sócio honorário em 1874; o Sr. Senador José Bento da Cunha Figueiredo, sócio honorário em 1874; o Sr. Barão de Cotegipe, sócio honorário em 1877; o Sr. Barão de Wildik, sócio honorário em 1877; o Sr. Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, sócio honorário em 1878; o Sr. José Duarte Ramalho Ortigão, sócio correspondente em 1879; o Sr. Adolpho Coelho, sócio correspondente em 1879; o Sr. Emile Littré, presidente honorário; o Sr. José Antônio Saraiva, sócio honorário em 1880; o Sr. Barão Homem de Mello, sócio honorário em 1880; o Sr. Manoel Buarque de Macedo, sócio honorário em 1880; o Sr. senador Candido Mendes de Almeida, sócio honorário em 1880; o Sr. deputado Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, sócio honorário em 1880; o Sr. senador Manoel Francisco Correia, sócio honorário em 1881; o Sr. Joaquim Maria Machado de Assis, sócio honorário em 1881; o Sr. Marechal Deodoro da Fonseca,

⁹⁰ Relatório da diretoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro apresentado em sessão da assembléia Geral de 2 de março de 1862 pelo respectivo diretor José Peixoto de Faria Azevedo. RJ, Typ. De Pinheiro & Cia, 1862.

presidente honorário; o Sr. El-Rei Dom Carlos I⁹¹, presidente honorário, entre outros. Como vimos, dentre os agraciados estão ministros brasileiros, deputados, senadores, cônsules portugueses, cônsules estrangeiros, rei português, presidente da república do Brasil, escritores portugueses renomados, para não citar todos os cargos e títulos.

A diretoria também se fazia representar em eventos sociais importantes em Portugal, além de regularmente publicar seus relatórios em periódicos lusitanos, a fim de se fazer conhecer nessas terras. A diretoria do Gabinete era constantemente convidada a participar de eventos realizados por outras associações, portuguesas ou não, na cidade do Rio de Janeiro, particularmente na década de 1880.

2.5 Sede própria do Gabinete Português de Leitura

Em 1866, o discurso a respeito da necessidade da construção de um prédio para o Gabinete torna-se mais enfático quanto ao anseio de um espaço maior para a guarda do acervo bibliográfico. A diretoria já havia reservado recursos financeiros para a efetivação do intento, assim como os estatutos recentemente aprovados previam uma meta financeira para a compra do terreno e início das obras. Em diversas sessões da assembléia deliberativa o tema estava presente nas discussões. A proposta vitoriosa previa que os membros do Gabinete subscreveriam mais ações e que duas comissões seriam formadas para a aquisição de novos acionistas, assim como outras instituições portuguesas seriam convidadas a ajudar financeiramente neste pleito.

As ações efetivas para a compra ou construção do prédio sede do Gabinete Português de leitura intensificam-se no final da década de 1860. O Sr. Comendador Antônio Xavier Rodrigues Pinto envia circulares para o pagamento de cotas em prol deste objetivo aos sócios do instituto. A iniciativa se mostra eficaz, embora interfira diretamente no orçamento fixo do Gabinete, forçando, segundo o relatório de 1870, a busca pelo crescimento no número de associados. Ainda quanto ao sustento da instituição, dois discursos estão constantemente presentes nessa conjuntura: 1) o Gabinete, diferentemente de outras associações portuguesas, não receberia incentivos externos; e 2) o número de integrantes da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro com condições de se associar e

⁹¹ Não há a definição precisa da data da nomeação do Marechal Deodoro e do El-Rei Dom Carlos I, em decorrência do relatório que indica a titulação compreender um período muito extenso, 1889-1894.

que não o fazem é expressivo. Os argumentos mais correntes para a baixa associação de imigrantes portugueses ao Gabinete eram a de que havia claro desinteresse por instituições de cunho cultural e de que havia excessiva valorização das instituições de ajuda mútuas e beneficentes.

O Visconde de São Cristóvão, presidente do Gabinete, escreve no relatório da diretoria em 1871 que a Beneficência Portuguesa, a Caixa de Socorros D. Pedro V e o Gabinete Português de Leitura necessitavam – e mereciam para a sua permanência histórica de sedes próprias – de ajuda financeira. Ou seja, ainda que a diretoria pleiteasse uma maior atenção às necessidades do Gabinete, os recursos financeiros para este fim não viriam em detrimento das associações beneficentes, mas sim como um investimento no desenvolvimento das condições de vida dos imigrantes portugueses e da nação que os abrigava. Não podemos esquecer que muitos dos associados do Gabinete também pertenciam a outras associações portuguesas, inclusive beneficentes, o que enfraquece o combate direto pelas verbas da comunidade portuguesa.

Ainda assim, há um aspecto crucial que diferencia o Gabinete de outras instituições de cunho beneficente e recreativo. Enquanto para aquelas se observa um apoio massivo dos imigrantes, maiores beneficiários, para este, instituição de cunho cultural, o apoio de um grupo bem específico da comunidade portuguesa seria recebido. Essa diferença numérica não significava uma mudança nos critérios seletivos para a associação ao Gabinete. Como vimos, somente alguns possuíam as condições exigidas para o ingresso e para ser um associado, sobretudo aquelas relacionadas às mensalidades e anuidades a que estavam obrigados.

O comendador Reinaldo Carlos Montoro, integrante da diretoria do Gabinete Português, publica, em 1871, no Diário do Rio de Janeiro, um texto que pretendia ser um complemento ao produzido pelo conselheiro José da Silva Mendes Leal publicado na *América* em Lisboa com o título homônimo “Gabinete Portuguez de Leitura no Brazil”. A transcrição da resposta de Montoro foi feita no relatório do Gabinete Português de Leitura de 1871. No texto, Reinaldo Montoro faz um apanhado histórico do hábito de leitura europeu, trata especificamente do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e de sua situação presente.

“É chegada a hora de realizar um grande adiantamento entre os portugueses no Brasil. As patrióticas administrações do Gabinete, que no decênio de 1862 a 1872 levantaram o pregão de um monumento às letras, à civilização e a honra nacional, preparando os meios para a realização do edifício próprio da sociedade. Já vem o seu plano em execução. Os terrenos (...); e em breve pode erguer-se no bairro das artes e dos estudos mais este templo das ciências..

Por que não contribuirão todas as associações populares de portugueses nesta terra para este grandioso intento, e principalmente as de instrução e de estudos literários? Porque não conterà o edifício abrigo para seus trabalhos, salas apropriadas para as suas reuniões, todas as facilidades para a formatura desses instrumentos de civilização que se chamam alunos do ensino regular e profissional?

Um edifício com essas proporções, com este imenso destino será o mais poderoso laboratório da regeneração das nossas classes populares. Então, em vez de contarem-se os sócios do Gabinete às centenas, entrarão espantosamente aos milhares; em vez de procurarem na leitura o passatempo do ócio, hão de pedir-lhe o aperfeiçoamento das habilitações técnicas e as diversas especialidades das artes e ciências terão amplas coleções, porque encontrarão também numerosos cultores.⁹²”

Salienta-se a necessidade da construção de um edifício para abrigar não somente a biblioteca, mas também para ser um local de encontro dos integrantes da comunidade portuguesa e para a *regeneração* das classes populares lusitanas. O Gabinete teria, então, a função de formar, educar e levar a civilização às classes populares, especificamente, o imigrante português pobre. O monumento a ser erguido em favor das letras, da civilização e da honra nacional portuguesa representaria o anseio dos integrantes do Gabinete e o seu papel junto à sociedade brasileira.

Não podemos deixar de destacar que o final do século XIX foi marcado por uma intensa discussão a respeito da transição do trabalho escravo para o trabalhado livre. Agregado a este debate estava o tipo de trabalhador que se pretendia para o Brasil. O imigrante português, apesar de próximo culturalmente, não era a mão-de-obra mais valorizada⁹³. Além disso, outros fatores apareciam constantemente nos jornais do período, como o alto índice de analfabetismo da população brasileira e dos imigrantes que começavam a aportar

⁹² Relatório da Diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura de 1871 em assembléia geral em 26 de maio de 1872. Apenso VI. P.12-13

⁹³ Seyferth, Giralda "Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro", IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais n°. 26 ano 9, 1994, pp. 103-122

massivamente no Brasil; a pedagogia conservadora nos colégios cariocas; e a precariedade dos cursos noturnos de ensino⁹⁴.

O discurso de Reinaldo Montoro está inserido no contexto de modernização que atravessava o Brasil no período. A *regeneração* das classes populares indicava uma preocupação com a classe pobre lusitana. Notemos que neste momento já havia outras instituições portuguesas voltadas diretamente para a instrução popular, como, por exemplo, o Liceu Literário Português. Ainda assim, o Gabinete observa como uma obrigação sua o envolvimento na instrução popular, especialmente de imigrantes portugueses.

Reinaldo Carlos Montoro ingressou no Gabinete Português na década de 1840, quando, segundo sua própria observação, somente a elite da comunidade portuguesa poderia participar. As disputas pelos cargos da diretoria eram acirradas, pois evidenciavam o status social de seus ocupantes. O Gabinete ao longo desse tempo foi berço⁹⁵ de inúmeras instituições filantrópicas, o que acarretou um esvaziamento de seus acionistas em prol de outras associações. Entretanto, o retorno do envolvimento da comunidade em instituições de cunho cultural seria determinante não só para a efetivação do projeto de um prédio próprio ao Gabinete, como também para sua própria permanência.

No parecer da comissão de exame de contas da diretoria de 1870, a questão quanto à necessidade de aquisição de um prédio próprio ao Gabinete Português está presente. Justifica-se a construção de um novo prédio que “testemunhe ao futuro o amor dos portugueses emigrados pelo progresso da instrução e pela honra crescente de seu nome neste país hospitaleiro e irmão⁹⁶”. Duas questões importantes se apresentam neste momento. A primeira, a de ser o prédio um marcador importante da presença da imigração lusa no Brasil, quase um atestado físico; e, a segunda, a de ser o Brasil um país irmão. A aproximação quase visceral entre portugueses e brasileiros se torna mais comum em meados da década de 1870, mas principalmente após a década de 1880, nos discursos dos integrantes do Gabinete Português. Tal fato resulta de um processo mais vigoroso de

⁹⁴ Renault, Delso. “O dia-a-dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais, 1870-1889”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

⁹⁵ Dentre as associações que tiveram a participação dos integrantes do Gabinete na sua criação estão: a Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros D. Pedro V. Essa referência é constante nos relatórios do Gabinete.

⁹⁶ Relatório da diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura de 1870 pelo diretor Visconde de São Cristóvão em 11 de julho de 1871. Relatório da comissão de contas. RJ, p. 4

interação dos imigrantes portugueses. Nesses termos, o prédio deveria ser um símbolo, um monumento da imigração portuguesa, uma representação arquitetônica e cultural para orgulho, sobretudo, das gerações futuras em processo crescente de assimilação. O orgulho pelo monumento que estava sendo erguido, pode ser observado em todas as fases da construção do prédio. O parecer da comissão de contas de 1883-1884 demonstra exemplarmente:

“Visitando o edifício, a comissão encheu-se de orgulho, sentiu-se no meio de um povo herói, descobrindo novos mundos e levando o facho da civilização a ignoradas raças; penetrou na história através de séculos, a mais pequena e humilde das nações abrindo as portas do Oriente e dilatando o nome português como um jorro de luz por todos os pontos do globo. Ainda não acabado, aquele monumento já nos recorda tempos gloriosos feitos, já nos diz de quem descendemos, já nos engrandece, e será como templo sagrado onde todos iremos retemperar o amor da pátria”⁹⁷.

O orgulho de ser português está realçado no monumento que estava sendo construído. O passado “desbravador”, que leva o nome de um país pequeno a todos os cantos do mundo, é ponto fundamental na história do povo português. Regina Anacleto, em seu trabalho a respeito do estilo *manuelino* no Brasil, afirma que a adoção pelos portugueses desse estilo corresponde ao momento histórico de valorização do simbolismo associado ao nacionalismo e ao camonianismo português, como estratégia de afirmação de uma identidade a ser preservada além-mar⁹⁸. Segundo sua análise, existe uma clara diferença entre o emprego do estilo *manuelino* em Portugal e no Brasil. No primeiro haveria motivações nacionalistas, culturais e políticas, enquanto que no segundo o seu emprego não pode ser dissociado, ao que ela chama, do “culto” camoniano. Certamente sua análise dá conta de um ponto fundamental na escolha deste estilo para o prédio sede do Gabinete, que é o símbolo camoniano. No entanto, não finda o campo de opções e escolhas presentes nessa construção identitária e na especificidade do Gabinete Português de Leitura. A análise da trajetória do Gabinete vai além da associação feita por Anacleto entre o estilo *manuelino* e o culto a Camões, como ela observa no Brasil.

⁹⁷ Relatório da directoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro em 1883 – 1884. Rio de Janeiro, typ e Lith:Moreira Maximino & Cia, 1885, pp. 3-4

⁹⁸ Anacleto, Regina “A arquitetura neomanuelina e a sua repercussão no Brasil” Separata del livro “Relaciones Artísticas entre la Península Ibérica y América” Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del arte (11 – 13 Mayo 1989), Valladolid, 1990.

O final da década de 1860 e o início da década de 1870 foram marcados pelo reaparecimento do surto da febre amarela no Rio de Janeiro. Sidney Chalhoub afirma que os graves surtos ocorridos em 1873 e 1876 foram divisores de água na história da febre amarela na cidade⁹⁹. O relatório de 1873 do Gabinete Português indica que, além dos problemas relacionados à febre amarela, a cidade do Rio de Janeiro passava também por uma crise financeira. Crise esta que afetaria diretamente os integrantes do Gabinete Português e a própria instituição¹⁰⁰. A venda dos dois terrenos recém comprados na Rua Lampadosa¹⁰¹ foi posta em discussão, assim como a utilização dos recursos do instituto para o auxílio aos afetados pela crise e pela epidemia que chegara a cidade.

Além da crise no país, o então tesoureiro da instituição, o Sr. Domingos Antônio de Góis Pacheco, tem a falência de sua casa comercial decretada, pede demissão do cargo e se apropria de um volume financeiro considerável do Gabinete Português. A usurpação financeira é significativa em dois sentidos: primeiro que, mesmo sendo o Gabinete uma associação composta por estatutos, associados, diretoria, assembléias gerais e deliberativas, era possível um indivíduo ter em seu poder um volume significativo de recursos financeiros da instituição; segundo, o controle do instituto era feito nas reuniões do conselho diretivo e registrado em ata. Somente na produção dos relatórios anuais é que havia uma comissão específica para o exame das contas do instituto. Essa informalidade possibilitava, dentre outras coisas, o desvio ocorrido no caso do tesoureiro. Apesar de serem obrigatórias em ata pelo menos duas reuniões mensais da diretoria do Gabinete, entre os anos de 1874 e 1877 somente 16 sessões foram registradas. As contas apresentadas no relatório de 1878 não foram aprovadas pela comissão responsável, mas o que acabou ocorrendo foi o perdão dado à diretoria anterior. A comissão de contas também denunciava um desinteresse pela

⁹⁹ Chalhoub, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.86.

¹⁰⁰ Os surtos de febre amarela atingiam a economia da cidade de uma forma geral, afetando, inclusive, o comércio. Muitos dos navios aportados na cidade eram obrigados a permanecer em quarentena, impedindo, portanto, o abastecimento da cidade com os produtos trazidos. Devemos lembrar que os integrantes do Gabinete eram, em sua maioria, comerciantes na cidade do Rio de Janeiro. Outro fator importante é que em períodos de surto de doenças, como a febre amarela e a tifoide, as doações da colônia portuguesa se concentravam em instituições como a Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros D. Pedro V.

¹⁰¹ O relatório de 1871 indica a compra dos prédios n° 32 e 34 na Rua Lampadosa, contíguos aos n° 28 e 30, que o Gabinete já havia comprado em 1870.

organização do Gabinete por grande parte dos acionistas, sendo esta indiferença a causa de parte dos males da associação.

“O Gabinete Português de Leitura tem sido o berço, senão de todas, de quase todas as sociedades portuguesas que temos no Rio de Janeiro; por esta e outras razões devia ser talvez a mais estimada: é em nossa biblioteca que grande número de nossos compatriotas vem estudar e os que não estudam vem procurar na leitura suavidade aos seus rudes trabalhos. Não se explica, pois, esse indiferentismo, que há tantos anos persegue a nossa associação, e não será temeridade dizer, que grande parte dos acionistas pouco lhe importa que o Gabinete ande ou desande; desse indiferentismo nos tem quase todos os males.”¹⁰²

Diferentemente de outros momentos, a maior preocupação era com indiferença interna. Além disso, a comissão de contas indica a utilização da biblioteca por uma parcela de acionistas que não tem como finalidade o estudo, mas sim a distração amena. Esse discurso é significativo quanto aos usos variados do Gabinete. Dentro do quadro associativo da instituição não havia uma uniformidade de interesses.

A diretoria do Gabinete, em face à crise, descarta a opção de venda dos terrenos sem a troca por outro de igual ou de maior valor. A localização do prédio do Gabinete Português poderia vir a ser alterada, contanto que o novo local fosse considerado melhor do que o já adquirido. O discurso da diretoria consistia em dar prosseguimento às realizações do Gabinete Português lutando pela efetivação da construção de uma sede própria.

A localização do prédio do Gabinete Português de Leitura à Rua Luiz de Camões foi para muitos membros da instituição motivo de orgulho, visto que estava no coração cultural do centro da cidade¹⁰³. Pode-se observar que esta valorização da nova sede se deu em momento posterior à crise atravessada no início da década de 1870 e pela efetivação arquitetônica como prédio em estilo *manuelino*.

A frequência anual de leitores manteve-se constante até 1864, havendo um decréscimo de cerca de 30% até 1871, conforme o quadro abaixo. Como visto, em 1868 foi impresso o suplemento ao catálogo do Gabinete, o que possibilitou um acesso mais rápido e eficaz ao livro. Ainda assim, tal fato não significou uma maior frequência ao instituto. Esse decréscimo, entretanto, não está relacionado diretamente ao estado físico da biblioteca,

¹⁰² Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. 1878. RJ: Imperial Instituto Artístico, 1878.

¹⁰³ Nos arredores da local que viria a ser o prédio do Gabinete encontravam-se também o Teatro São Pedro de Alcântara; Teatro de Santana, Escola Politécnica, entre outros.

visto que o número de leitores não decaiu de forma constante e o de visitantes permanece igual em número absoluto. Além disso, em toda a década de 1870 há um retorno ao número médio de freqüentadores, com exceção de 1873 e 1880, o que reafirma que o antigo endereço do Gabinete Português de Leitura não estava com a estrutura saturada para seus leitores.

Ano	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Leitores	2977	3145	3152	3002	2145	-	2109	2183	-	2191
Visitantes	135	134	136	151	122	-	132	129	-	128

Ano	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880
Leitores	2314	3022	4173	3751	3203	2892	2899	2970	3123	4342
Visitantes	118	148	174	204	200	199	151	202	164	182

Fonte: Relatórios da Diretoria do Gabinete Português de Leitura 1861 - 1881

O argumento mais freqüente para a compra ou construção do edifício próprio do Gabinete girava em torno da manutenção e organização do acervo de livros. A possibilidade de alugar um local maior não era colocada em discussão. Pode-se supor que a pouca variação na freqüência de leitores e visitantes demonstra que para os usuários do instituto a mudança de prédio não era necessariamente um fator decisivo para a sua utilização.

Apesar de a aquisição de novos livros na década de 1870 ter sido pequena, a freqüência de leitores e visitantes, ao contrário de períodos anteriores, cresceu consideravelmente. Já em meados desta década, a crise financeira havia arrefecido e os projetos arquitetônicos para a construção do prédio estavam em fase de escolha. No relatório referente ao ano de 1873, dois projetos arquitetônicos são apresentados, sendo o do arquiteto Raphael da Silva Castro em estilo *manuelino* o escolhido. A planta fora ofertada pelo vice-presidente do Gabinete João Maria de Miranda Leone. A escolha do estilo *manuelino* era o mais representativo da imagem que se queria afirmar dos imigrantes portugueses do Rio de Janeiro. A *Gazeta Lusitana*, periódico voltado para a colônia portuguesa, escreve sobre a inauguração do prédio do Gabinete em 10 de setembro de 1887.

“Mais um florão de glória acrescenta hoje o povo português no Brasil, aqueles que já resplandecem em volta dos Luzitanos, que vierão assentar seus arraiaes na terra de Santa Cruz. O ‘Gabinete Portuguez de Leitura’, que há 50 anos luta incessantemente pela cultivação intelectual do nosso povo, vai

ter hoje uma consagração grandiosa. Inaugurando um edifício modelo no estilo puramente português (*Manuelino*) que é um palácio de primeira ordem levantado para asilo das letras que os portugueses aqui cultivão.

Por este motivo, nós e todos os lusitanos enchemo-nos de júbilo, dando os parabéns à diretoria, que conseguiu plantar um marco de glória, lembrando as gerações futuras, o que fizeram os barões assinalados por esta terra.

Claudino da Silva Netto.”¹⁰⁴

Ainda no antigo endereço, à Rua da Quitanda, o Gabinete Português recebe visitas importantes que assinam seu livro de visitantes ilustres. Dentre outros, Sr. Bartholomeu Mitre, que também era correspondente do Gabinete no exterior; o professor e médico Ataliba de Gomensoro, o Ministro de Portugal Sr. Conselheiro Mathias de Carvalho Vasconcellos; e o Ministro do Império Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Bartholomeu Mitre congratula os integrantes do instituto, que mesmo ausentes de sua pátria conseguiram manter e engrandecer o nobre nome português. O Ministro português, Sr. Conselheiro Mathias de Carvalho Vasconcelos considera o Gabinete Português uma entidade eminentemente civilizatória e saúda seus mantenedores. O professor Ataliba reserva à biblioteca seu elogio, considerando-a possuidora da maior riqueza existente – a instrução. Já o Ministro do Império, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira faz votos pela prosperidade da instituição, em decorrência dos louváveis serviços que esta vem prestando. O Sr. Visconde de Souza Franco pronunciou em discurso público no edifício da escola da Glória honras à biblioteca do Gabinete, considerando-a como uma das responsáveis pela boa instrução dos jovens portugueses.

As considerações sobre o novo prédio para o Gabinete, todavia, avançavam. O estilo arquitetônico *manuelino* não era a única opção dos integrantes do Gabinete Português e só foi definido efetivamente quando começaram as obras para a construção de seu prédio em 1880, como podemos observar na sessão da diretoria em 11 de setembro de 1879, com o envio financeiro feito para o pagamento da planta encomendada ao arquiteto americano, J. A. Wood e com a decisão de contatar o arquiteto comendador Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, então diretor do Imperial Liceu de Artes e Ofícios ¹⁰⁵, para também fazer os planos para o novo edifício do Gabinete. No relatório da diretoria de 1881, justifica-se que a opção pelo projeto do arquiteto Raphael da Silva e Castro fora feita “pela

¹⁰⁴ *Gazeta Luzitana*, 10 de setembro de 1887.

¹⁰⁵ *Jornal do Comércio*, 11 de julho de 1880.

simples razão de ser este de execução mais fácil e mais econômica”. Portanto, ainda que o estilo *manuelino* seja associado à Portugal e à nacionalidade portuguesa no Brasil, tal opção arquitetônica a sede do Gabinete Português não ocorre de forma unânime.

A ornamentação da fachada do prédio do Gabinete Português seria composta pelas estátuas do Infante Dom Henrique, de Luiz de Camões, de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral e com medalhões em baixo relevo dos bustos de Fernão Lopes, Gil Vicente, Alexandre Herculano e Almeida Garrett, todos encomendados ao artista português José Simões de Almeida Júnior¹⁰⁶. Apesar de o Gabinete Português já ter participado da inauguração de uma estátua em homenagem ao grande escritor português Luiz de Camões, era a primeira vez que diversos símbolos da cultura lusa ficariam expostos permanentemente em sua arquitetura e teriam seus nomes vinculados à instituição. Junto aos ícones do passado português, como Luiz de Camões e Pedro Álvares Cabral, estavam também escritores portugueses contemporâneos, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, ainda que em menor relevo. Os símbolos utilizados na arquitetura do prédio uniam o passado e o presente da história portuguesa, exaltando o orgulho do imigrante português pela história de sua pátria. A repercussão que teve a inauguração do prédio nos jornais do período será abordada mais detidamente no terceiro capítulo, visto que os aspectos simbólicos ressaltados correspondiam também ao passado colonizador de Portugal e não podemos deixar de considerar que nesse momento estava sendo forjada a identidade nacional brasileira e, como vimos, muitas vezes em detrimento do passado colonial português.

A reforma do estatuto aprovada integralmente pela Secção de Negócios do Império do Conselho de Estado em 1874 previa que o edifício do instituto também fosse voltado para a criação de cursos de instrução primária e secundária, e outros de utilidade moral e prática, assim como deveria servir para preleções e conferências literárias e científicas de forma gratuita a todas as nacionalidades. Haveria também a criação e organização de uma sala especial, com entrada independente, com livros destinados aos alunos dos referidos cursos.

“O estatuto do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro de 1874

“artigo 75 – o Gabinete propõe criar cursos de instrução primária e secundária e outros de utilidade moral e prática,

¹⁰⁶ Relatório do Conselho Deliberativo de 1882, *apud* Tavares, Antônio Rodrigues *op.cit*, p. 78.

instituir preleções e conferências literárias e científicas, admitindo gratuitamente em todas elas todas as pessoas de qualquer nacionalidade.

Artigo 76 – criação e organização de uma sala especial do seu novo edifício, com entrada independente de uma biblioteca de livros elementares para ser franqueada ao público em geral e particularmente aos alunos dos ditos cursos”¹⁰⁷.

O Gabinete Português de Leitura estava, ainda que em seu antigo endereço, inserido na sociedade carioca e na comunidade portuguesa e quiçá também em locais de instrução no Brasil. Além da presença imperial e de políticos em alguns festejos realizados pelo Gabinete, a instituição conseguiu isenção de impostos para a importação de material para seu prédio sede e de outros impostos administrativos, além da alteração do nome da rua onde seria construído o prédio do Gabinete, entre outros. Como podemos observar no decreto aprovado pelo governo brasileiro em 1882:

“Decreto nº 3024 de 18 de fevereiro de 1882.

Autoriza a dispensa de direitos de importação a objectos destinados á construcção do novo edifício do – *Gabinete Portuguez de Leitura*.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléia Geral:

Artigo 1º O Governo é actorizado a conceder dispensa de direitos de importação aos artefatos de pedra e ferro, que se destinarem á construcção da nova biblioteca do – *Gabinete Portuguez de Leitura*.”

A maior conquista junto ao governo português foi o compromisso de envio de todos os livros produzidos pelo governo e pela Academia Real das Ciências à biblioteca da instituição. Entretanto, este intento só ocorre regularmente a partir do decreto português nº25134, de 15 de Março de 1935, que estabelecia que o Real Gabinete Português de Leitura deveria receber de todos os editores portugueses um exemplar das obras impressas em terras lusitanas. Muitas destas conquistas ocorreram em decorrência da rede de relações pessoais entre alguns integrantes do Gabinete Português e as esferas de poder. Ainda assim, o fato de influentes personalidades participarem da instituição a engrandecia. Observa-se que a mobilização dos membros do Gabinete para a construção da nova sede, funcionava também como um estímulo para dinamizar a instituição e a sua própria auto-imagem. A mudança de sede representou um relevante passo para a instituição refletir sobre o seu próprio papel como instituição inserida na sociedade brasileira. O estilo arquitetônico

¹⁰⁷ Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. 1878. RJ: Imperial Instituto Artístico, 1878.

adotado significaria a afirmação de um Portugal glorioso em feitos e em palavras, como demonstra as imagens escolhidas para ornar o prédio. Todo esse esforço garantiria ao Gabinete a consideração por parte do governo imperial e dos intelectuais brasileiros, como veremos.

Foram diversas as formas para angariar recursos para a compra dos terrenos e a construção do prédio sede do instituto. Além de aumentar o número de subscrições e ações, buscar por novos associados, tentar estabelecer parcerias com outras associações portuguesas, promover festas anuais com venda de ingressos¹⁰⁸, receber doações de empresas privadas e individuais, o instituto contrai, no início da década de 80, um empréstimo avalizado em nome de seus diretores. O produto desse rendimento proporcionou a compra do primeiro terreno na Rua da Lampadosa e outro contíguo a este, assim como a encomenda de um projeto em estilo *manuelino* e a posterior construção do prédio com parte significativa de material importado.

Dentre os diversos presidentes que o Gabinete Português de Leitura teve ao longo de sua fundação um nome constantemente aparece em destaque na história do instituto: Eduardo Rodrigues Cardoso Lemos. Além de seu grande tino comercial, Eduardo Lemos foi um atuante sócio do Gabinete Português de Leitura, ocupando diversos cargos até chegar a presidência da instituição na década de 1870.

Ao discursar presidindo pela primeira vez a posse do conselho deliberativo de 1879, Eduardo Lemos afirma que os tempos já não estavam tão difíceis quanto outrora e que a nova geração que tomava posse no final da década de 70 possuía uma nova animação para as conquistas, sendo a principal delas a construção do prédio do Gabinete Português de Leitura. Neste mesmo discurso, Eduardo Lemos retoma questões abordadas por Reinaldo Carlos Montoro citando trechos de texto publicado em 1871, como a necessidade de maior envolvimento da comunidade portuguesa na manutenção e crescimento de institutos culturais, em especial o Gabinete Português de Leitura.

¹⁰⁸ Maria Beatriz da Nizza Silva em seu trabalho sobre o Caixa de Socorros salienta que os eventos para angariar de fundos eram mais comuns até meados da década de 70, quase não aparecendo nos relatórios da instituição na década de 80. A promoção de festas pelo Gabinete Português tinha como finalidade o fundo para a construção do prédio sede. Uma vez construído, essas festas deixam de ser promovidas pelo Gabinete.

No relatório da diretoria de 1879 há nas considerações gerais a transcrição do discurso proferido por Eduardo Lemos que retoma questões que permaneciam sem a devida solução. Seguem trechos do discurso:

“(…)É certo que esta associação tem progredido. O desenvolvimento, porém, que à diretoria foi dado apontar nestas poucas páginas [refere-se ao relatório], sendo, como é, tão somente relativo, destaca-se e vale apenas pela comparação com anos menos propícios ou mais escassos de zelo administrativo. No ponto de vista absoluto o Gabinete continua a vegetar penosamente no solo aliás feracíssimo em que se acha plantado; por outra: continua a ser singularmente desprotegido da grande maioria da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, aliás sempre generosa e até pródiga nas manifestações do seu louvável altruísmo.

(…)

Uma das classes mais importantes e numerosas, talvez a mais preponderante do comércio português no Rio de Janeiro, tem até hoje desestimado o nosso instituto. Outras classes da imigração portuguesa, se o não menosprezam também não o auxiliam. Muitos de nossos conterrâneos aqui estabelecidos, abastados e até graduados, têm desdenhado de pertencer ao nosso grêmio, ou sem razão o tem abandonado. (…)

(…)

A classe a que acima especialmente nos referimos, laboriosa e rica e portanto poderosa, e ainda algumas outras, pode-se dizer que são nesta cidade o principal sustentáculo de estabelecimento de caridade, e de muitas outras corporações que por sua peculiar organização têm um pé no mundo social e o restante do corpo na igreja. (…)

(…)

A imigração portuguesa é opulenta e poderosa, por isso que tem as virtudes do trabalho e da economia; esbanja, porém, a verba de sua generosidade, à míngua desse critério que é a força de coesão dos múltiplos fatores do bem-estar social.

A caridade bem entendida consiste em praticar o bem do que prevenir o mal.

(…)

Façam construir o hospital e o asilo; mas ergam também simultaneamente a biblioteca.¹⁰⁹”

O ano de 1879 foi marcado pela adesão de um grande número de sócios ao Gabinete Português. Entretanto, Eduardo Lemos afirma que o número teria sido consideravelmente superior caso se tratasse de uma instituição filantrópica ou beneficente. Esse descaso ou pouco envolvimento da comunidade portuguesa em associações culturais seria em decorrência de errônea valorização do assistencialismo e pela dependência cultural da igreja católica. As doações voltadas somente para essas instituições perpetuariam a

¹⁰⁹ Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura de 1879. Considerações gerais. RJ, 6 de março de 1880. p. 18 - 23

dependência da classe pobre de imigrantes portugueses e não desenvolveria a possibilidade de sua melhora e independência. Não negando o auxílio aos menos providos, Eduardo Lemos defende que somente com investimentos em institutos culturais seria possível dar oportunidade aos jovens da comunidade de ampliar suas opções. Essa atitude não seria paliativa, como no caso da filantropia, mas preventiva.

O relatório do Gabinete Português de Leitura foi duramente criticado no *Jornal do Comércio* em 12 de abril de 1880, por um pseudônimo que assinava *Um acionista*. O autor inicia sua crítica afirmando que a diretoria do Gabinete deveria ter mais respeito com a comunidade portuguesa, já que estava apelando a ela para a manutenção do instituto. A maneira como a seção “considerações finais” do relatório abordou as doações para as instituições de caridade, aparece como um questionamento das capacidades intelectuais dos autores do relatório, assim como um questionamento quanto à índole do presidente Eduardo Lemos. Salientava que não seria necessário descrever de onde vieram os diretores do Gabinete, visto que já era notório para a comunidade portuguesa. *Um acionista* deixa subentendido que o presidente do instituto iniciou sua carreira explorando prostíbulo e que a diretoria do instituto não era reconhecida pela elite lusitana. Geralmente as críticas que não eram assinadas tendiam a ser mais contundentes em sua argumentação. Ainda assim o que vale ressaltar é que a posição apresentada nos relatórios não revelava haver unanimidade entre todos os associados da instituição.

Não somente de críticas caracterizavam-se os discursos do então presidente. A construção do prédio do Gabinete representaria um legado deixado pelas gerações anteriores que trabalharam em prol deste objetivo. Para ele, “venerar as glórias pátrias é, sem dúvida, a mais poderosa afirmação de qualquer nacionalidade¹¹⁰”. O prédio do Gabinete e o acervo de sua biblioteca seriam representações das glórias dos portugueses do Brasil e a honra de Portugal. Segundo o presidente, o momento de glória pelo qual passava o Gabinete, em decorrência de circunstâncias propícias ou causais, assim como a grande influência de outras associações portuguesas, possibilitaria que a construção do prédio ocorresse em um período mais curto, quiçá na comemoração do dia de Camões em 10 de junho 1884. Além da inauguração em um prazo menor, Eduardo Lemos mantinha a

¹¹⁰ Discurso de posse do Conselho Deliberativo do Gabinete Português de Leitura. 1879, p. 16

pretensão do Estatuto de 1874 de ampliar a atuação do Gabinete Português através também da participação na fundação de escolas, conferências literárias e científicas, além de franquear sua biblioteca a um público maior¹¹¹. Para Lemos, o Estado brasileiro estaria reconhecendo a importância social do Gabinete ao isentá-lo dos impostos de importação do material especial para a construção do prédio sede do instituto. Mais do que benéfica para o orçamento do instituto, essa isenção representaria um evidente apoio às novas pretensões assumidas pelo Gabinete.

As visitas ao Gabinete dos membros das associações portuguesas no Rio de Janeiro eram constantes. As atas da diretoria do Gabinete Português ressaltam os ofícios trocados entre esses membros, assim como trocas de convites para atos oficiais e informações a respeito de decisões. Foi dessa forma, na sessão de 24 de dezembro de 1879, que a diretoria resolveu formar uma comissão para tratar da festividade do centenário de Camões, que seria composta pelos senhores Arthur Napoleão dos Santos, Eduardo Lemos e José Joaquim Godinho, e de delegados enviados por várias associações portuguesas convidadas para este fim. O presidente do Gabinete informa que os representantes do Liceu Literário e do Retiro Literário Português se prontificaram a participar dos festejos do terceiro centenário de Camões. Em março de 1880, o secretário do Retiro Literário Português nomeia o senhor Pedro Satyro de Laura como membro participante da organização do evento. Em maio de 1880, a Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil comunica que nomeou uma comissão de nove membros sob a presidência do senhor general Henrique de Beaurepaire Rohan para a participação nos festejos. A Real Sociedade Club Ginástico Português oficia que aceitou o convite para a participação do evento. As duas últimas sociedades teriam também se comprometido com a promoção de uma exposição Camoniana no salão da Escola Politécnica.

Entretanto, no final do mês de março de 1880, o Retiro Literário Português, o secretário da Real Sociedade Club Ginástico Português, o secretário da Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses, a Caixa de Socorros D. Pedro 5º, informam ao Gabinete que não participariam mais da organização do evento, apesar de se fazerem representar na festa.

¹¹¹ A franquia a um público maior é referente ao acesso de estudantes aos livros clássicos.

Algumas desistências dessas associações ocorreram em cadeia, mas os motivos iniciais das desistências não ficariam explicitados nas atas do Gabinete.

Francisco Ferraz de Macedo¹¹² publica um livro no qual denuncia os conflitos entre as associações portuguesas frente ao evento em homenagem a Camões, em decorrência da escolha de Joaquim Nabuco como orador oficial da festa. Segundo o autor, o Gabinete Português de Leitura havia se comprometido com as demais associações que a organização e o financiamento dos festejos a Camões ficariam sob responsabilidade somente da comunidade portuguesa. Transcrevendo um diálogo que haveria existido entre o presidente do Gabinete e o presidente do Retiro Literário, Francisco Ferraz de Macedo procura documentar a posição inicial da organização do evento de Camões. Eduardo Lemos haveria dito: “a *festa* era puramente portuguesa, e que se os brasileiros a vissem com bons olhos, muito bem; se julgassem mal dela, tanto pior para eles. Em todo o caso o *festejo* havia de realizar-se”.¹¹³ A mudança de posição do Gabinete quanto à participação de brasileiros, no caso representado pela figura de Joaquim Nabuco, teria sido a causa da discórdia dentro da comunidade lusitana, o que poderia trazer futuramente conseqüências graves, segundo sua análise.

A Grande Comissão para os festejos do terceiro centenário de Camões era formada pelas seguintes instituições da comunidade portuguesa: Beneficência Portuguesa, Caixa de Socorros D. Pedro V, o Retiro Literário Português, Congresso Ginástico Português, Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e o Gabinete Português de Leitura. Na primeira sessão, a Beneficência Portuguesa se retira da participação afirmando não ser uma instituição para promoção de festas. O projeto inicial formulado pela Grande Comissão previa três dias de festa em homenagem a Camões. O primeiro dia teria o estabelecimento da pedra fundamental do prédio sede do Gabinete Português e uma festa no teatro D. Pedro II, sob responsabilidade do Gabinete, e os demais dias teriam queima de fogos e iluminação especial nas ruas, sob responsabilidade das demais associações. O Gabinete era o maior organizador dos festejos, mas dividia a responsabilidade com os representantes das outras associações eleitos pela Grande Comissão. Contudo, a escolha de Joaquim Nabuco como

¹¹² Macedo, Francisco Ferraz de “Desabafo Patriótico e o tricentenário de Camões no Rio de Janeiro”. Estudo crítico e documentado, ou a ‘censura’ feita aos promotores e orador-oficial do tricentenário, escripto este dado a lume com antecedência ao acto”. Rio de Janeiro, Typ. Acadêmica, 1880. (Oferta gratuita)

¹¹³ *ibid* pg. 41

orador da festa fora comunicada através dos jornais, o que causou uma reação imediata do Retiro Literário.

O Retiro Literário Português torna pública sua saída da Grande Comissão para os festejos do terceiro centenário, anunciando a sua saída no Jornal do Commércio durante vários dias. Além do comunicado, Pedro Satyro de Souza da Silveira, ex-representante do Retiro na Grande Comissão, publica o ofício enviado ao Gabinete Português comunicando a saída da instituição e os motivos para o ocorrido. Mesmo reiterando a saída da comissão, o representante do Retiro reafirma o comprometimento financeiro acertado. O conflito que ocasionou a saída da instituição não passava pela questão financeira em momento nenhum, dizia respeito somente à posição tomada pelo Gabinete em relação à participação de um brasileiro como orador na festa e a postura imperativa da diretoria do Gabinete. O terceiro centenário e a publicação da edição de *Os Lusíadas* foram basicamente financiados pelos integrantes do Gabinete Português e por alguns indivíduos da colônia portuguesa.

“Ilmo. E Exmo. Sr. – Em ofício de 12 do corrente communicou-me a secretaria do Retiro Literário Portuguez que;

Considerando que a diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura nomeará o Ilm. Sr. Joaquim Nabuco para orador na festa do centenário de Camões, em desabono da colônia portugueza do Rio de Janeiro, demonstrando tacitamente que o nosso núcleo não havia quem desempenhasse aquella missão;

Considerando que os sócios do Retiro Litterário Portuguez em sessão de 11 do vigente, manifestarão o seu desagrado, não porque desconheção o brilhante talento daquele distincto cavalheiro, mas sim porque, sendo esta commemoração essencialmente portugueza, não devião os iniciadores della mendigar elementos estranhos a esta nacionalidade; tanto mais quanto é notória a existência desses elementos nesta capital;

Considerando que, na sessão que os representantes das directoria das associações portuguezas celebrarão na sala do Retiro Litterário Portuguez, em 23 de Fevereiro próximo passado, se enunciára a idéa de prescindir-se de auxiliares que não fossem portuguezes, na manifestação em honra á memória do grande épico, por isso que, a convite dessa illustrada directoria, as associações portuguezas se congregarão afim de levar a effeito, por si só, esta festa;

Considerando ainda, e finalmente, que, não tendo sido consultadas a semelhante respeito as associações, em menosprezo dos seus brios, por intermédio dos respectivos delegados que constituem a grande commissão dos festejos; pois, com plena certeza, se fosse cumprida, essa meta quão necessária formalidade, obviar-se-hia o desagradável incidente que já pertence ao domínio público:

O Retiro Litterário Portuguez, prezando, mais do que tudo, a sua dignidade, satisfaz o compromisso pecuniário que contrahio para com o Gabinete Portuguez de Leitura, mas deixa de fazer

parte da grande comissão dos festejos, ficando *ipso facto* exonerado do cargo de que foi investido o seu representante, Eis o que me cumpre levar ao conhecimento de V. Ex.; accrescentando que, em mãos do sr. Luiz Antônio Pimentel de Castro, tesoureiro do Retiro Litterário Portuguez, se acha a quantia de 300\$ á disposição do Gabinete Portuguez de Leitura.”¹¹⁴

A figura pública de Joaquim Nabuco não é combatida pelo Retiro Literário. A comemoração do terceiro centenário deveria, porém, permanecer como um evento, sobretudo, da comunidade portuguesa, de preferência sem a participação de auxiliares que não fossem portugueses. Segundo o que nos informa o ofício publicado, a circunscrição entre os lusitanos era um pré-requisito para a participação das associações portuguesas no evento. Outro fator agravante foi a decisão unilateral da diretoria do Gabinete, sem a prévia consulta das outras associações envolvidas.

A tensão pela escolha do abolicionista Nabuco não ficou restrita às instituições portuguesas da Grande Comissão. Individualmente, dentro da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, também ocorre uma tensa disputa por quem deveria ser o orador no dia comemorativo do terceiro centenário de Camões. O principal opositor à escolha de Nabuco como orador do evento foi o médico português Figueiredo Magalhães. Seu desagrado tornou-se explícito com a publicação de um manifesto no jornal do *Commércio* contrário a escolha de Nabuco, intitulado “O triste centenário de Camões” em onze de março de 1880.

“Se o Camões do centenário a festejar é o poeta imortal Os Lusíadas; se o Gabinete Portuguez de Leitura é ainda instituição não ha já quem possa ser orador da festa que vai celebrar-se; se, enfim, não ha por ahi alguém do clero, da nobreza ou do povo da nossa colonia, com ou sem graduação de membro da Sociedade Geográfica de Lisboa, a quem essa nossa instituição litterária tenha habilitado, ao menos como *minorista*, para no projectado lauspereme fazer a simples elevação da custódia onde a hostil ethnica de Portugal encerra o corpo, o sangue, a alma e divindade de nosso Camões, tão perfeita e realmente como está no céu na história: venda-se esse pilheiro e mande-se o producto seudir às misérias da pátria, para que essa inutilidade sirva assim a algum proveito, e não possa mais o mundo dizer que os 100.000 portuguezes existentes na província do Rio de Janeiro, estirados como os guardas do santo sepulchro, a resonar estupidamente ao lado de sua preciosa bibliotheca, acordarão ao toque festival de uma alvorada gloriosa na desprezível condição de precisarem pedir

¹¹⁴ Gazeta de Notícias de 06 de abril de 1880.

emprestado outra confraria quem saiba ministra-lhes a comunhão nacional no jubiléu patriótico da sua irmandade!”¹¹⁵

Figueiredo Magalhães era contrário à escolha de um brasileiro como orador da festa em homenagem a Camões e defendia que um patricio português fizesse a homenagem ao grande escritor. Mantendo ainda o protesto perante a escolha de Joaquim Nabuco, Figueiredo Magalhães publica em 18 de março no mesmo jornal um texto que pede uma maior participação da colônia portuguesa neste evento sugerindo, especificamente, a participação do Dr. Antônio Zeferino Candido¹¹⁶, o qual considera capacitado para representar os portugueses nesta data. Figueiredo Magalhães se diz defensor da velha geração de portugueses, além de considerar a escolha de um “estrangeiro” para o festejo como uma afirmação da incapacidade literária lusitana e o despreparo da nova geração. Configura-se aqui, talvez pela primeira vez na história do Gabinete, um episódio que trás à tona a afirmação de uma etnicidade portuguesa com implicações ambíguas e controversas entre os próprios portugueses, como veremos a seguir.

Três dias após a divulgação do primeiro manifesto, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão¹¹⁷ publica um comunicado em que defende a escolha de Nabuco como orador e opõe-se à idéia de que era necessário ser um português para homenagear Camões. Afirmando serem portugueses e brasileiros oriundos de uma mesma cultura e somente separados em decorrência de interesses políticos, Ramalho Ortigão defende Nabuco em nome da diretoria do Gabinete a partir da qualidade de seu livro “Camões e os Lusíadas”, escrito em homenagem ao terceiro centenário da obra. Nabuco possuiria propriedade e amor ao escritor português, além de ser um representante de inigualável qualidade de sua geração. Em 7 de junho de 1880, Joaquim Nabuco é eleito sócio honorário por unanimidade do conselho deliberativo do Gabinete, confirmando com isso o apoio dos integrantes do instituto. Teófilo Braga, escritor português e correspondente do Gabinete Português de Leitura, publica um artigo no “O positivismo”¹¹⁸, defendendo a escolha de Joaquim Nabuco

¹¹⁵ Jornal do Comércio de 11 de março de 1880, página 2.

¹¹⁶ Além de escritor, Zeferino Cândido era conhecido por suas ações pedagógicas, como diretor de um importante colégio na cidade do Rio de Janeiro.

¹¹⁷ Ramalho Ortigão era 1º secretário e ativo participante do Gabinete. Após a morte de Eduardo Lemos e de José Joaquim Godinho, Visconde de Santiago Thiago de Riba de Ul, em 1884, Ortigão assume a presidência do instituto. Permanece no cargo até sua morte em 1889.

¹¹⁸ *Apud* relatório da Diretoria do Gabinete Português de Leitura em 1880.

como orador do evento, afirmando que o discurso de Nabuco glorificou o futuro de Portugal.

Em 04 de Maio de 1880, Antônio Zeferino Cândido publica uma resposta aos ocorridos em torno da festa de Camões e de seu nome¹¹⁹. Em seu texto afirma que não havia censurado a diretoria do Gabinete por esta ter convidado um brasileiro para orador do tricentenário da morte de Camões e nem estava “despeitado” por não ter sido convidado. A respeito da defesa que Ramalho Ortigão fizera da escolha de Nabuco para o evento, Zeferino Cândido afirma que ocorreram alguns equívocos, como a junção das histórias de Portugal e do Brasil como uma só e que Joaquim Nabuco não fora o único escritor de língua portuguesa a homenagear o centenário da publicação de *Os Lusíadas*.

Zeferino Cândido diz ter participado de duas assembléias no Gabinete tentando resolver o conflito que se formara e afirma ainda que Eduardo Lemos, em reunião agendada com ele, disse que o Gabinete precisava mais de dinheiro do que conselhos, mesmo sendo autor membro da intelectualidade da sociedade carioca. Dois dias após essa publicação, Zeferino Cândido volta ao embate, agora especificamente contra Eduardo Lemos, que responde um dia após afirmando que não deve satisfações ao primeiro. Zeferino Cândido ainda publica no *Jornal do Comércio* no dia oito de abril reafirmando que não havia censurado a diretoria por esta ter convidado um brasileiro para orador e insinua que Eduardo Lemos o tenha acusado disto.

Três formas de diálogo entre a comunidade portuguesa e o Gabinete ficam evidenciadas nessa contenda: a primeira, de caráter público, com as cartas enviadas aos jornais. A utilização da imprensa como espaço de exposição de pontos de vista, debates, discussões e polêmicas era muito comum no período. A segunda, que tem lugar nas assembléias regulares do próprio instituto, quando existia a possibilidade de se solicitar o direito à palavra e expor suas discordâncias quanto a determinadas posturas do Gabinete. Os textos das falas dificilmente eram colocados integralmente nas atas das assembléias deliberativas ou gerais, permanecendo somente um resumo da reunião. Não há na ata do dia 21 de março de 1880 nenhuma referência à presença de Zeferino Cândido e nem ao seu discurso. Provavelmente, diversas tensões entre integrantes do instituto dissolviam-se na escrita

¹¹⁹ *Jornal do Comércio*. 04 de maio de 1880, página 02.

documental das atas, domando de certa forma o que deveria ficar registrado. A terceira forma de comunicação era uma audiência direta com o presidente do Gabinete, situação não muito comum ao longo da história da associação. Ainda que o direito a voto fosse restrito aos integrantes do Gabinete Português e as decisões mais relevantes fossem específicas ao Conselho Deliberativo e à Diretoria, observa-se a existência de mecanismos alternativos como espaços públicos de crítica e crise.

Percebemos que o conflito entre Zeferino Cândido¹²⁰ e Eduardo Lemos tomou uma proporção que ultrapassava os motivos iniciais, mas que gira em torno de uma disputa de poder, menos em relação ao Gabinete Português de Leitura e mais quanto a representação dentro da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro. A constante necessidade de Zeferino Cândido afirmar que não havia censurado a diretoria pela escolha de um brasileiro para orador da festa, confunde-se quando este afirma que os dois países são distintos em relação as suas datas nacionais e comemorativas, além de combater a argumentação de Ramalho Ortigão quando este afirma que Nabuco produziu um belo texto em homenagem ao centenário de publicação de *Os Lusíadas*. Outros tantos autores portugueses também escreveram com este mesmo intuito, indaga. Zeferino Candido não era diretamente contra a escolha de um brasileiro, diferentemente de como se posicionou Figueiredo Magalhães. Este não apenas lembrava que as datas nacionais de Portugal e Brasil eram distintas mas também exaltava a relevância de autores portugueses capazes de, com propriedade, homenagear Camões. Daí sua insistência na escolha de um orador português na festa. Transformar esses juízos em matéria de domínio público, era uma forma de angariar apoio de pessoas que pensavam da mesma maneira. Mas tornar pública as disputas de poder no interior da comunidade portuguesa tendo como pivô um ilustre brasileiro, poderia ser uma estratégia arriscada. A resposta do Gabinete Português de Leitura foi a publicação do texto

¹²⁰ Zeferino Candido discursa no evento promovido pelo Retiro Literário em 11 de junho de 1880, não estando portanto ausente das comemorações do Terceiro Centenário de Camões. A. A. Barros de Martins no *Esboço Histórico do Gabinete Portuguez de Leitura* em 1901, destaca que Zeferino Candido foi o orador oficial da Sessão Solene do 4º Centenário da Partida de Vasco da Gama, realizada na sala da biblioteca do Gabinete Português de Leitura em 20 de maio de 1898. Além disso, em 25 de junho de 1898 é realizada dentro do Gabinete uma sessão fúnebre em homenagem ao Dr. Francisco Bento Alexandre de Figueiredo Magalhães, Dr. Figueiredo Magalhães. Portanto, o quadro de tensão evidente no Terceiro Centenário de Camões é re-configurado no final do século XIX. Os períodos de maior ou menor tensão são estabelecidos em um jogo de bases fluídas e dinâmicas, estabelecendo-se conforme o interesse dos atores envolvidos. Cf: Martins, A. A. de Barros. “Esboço Histórico do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro 1837”. Rio de Janeiro, typ. Do Jornal do Comércio, 1901.

de Ramalho Ortigão e de Eduardo Lemos, e depois o silêncio. Era o Gabinete que estava à frente da organização daquela festa do terceiro centenário e de estabelecimento de sua pedra fundamental, apesar da comissão para organização. Mantém-se a escolha de Nabuco e sai vitoriosa a posição tomada pela diretoria do Gabinete.

Além do Dr. Figueiredo Magalhães e de Zeferino Candido, diversas notas não assinadas, ou com pseudônimos, aparecem na Gazeta de Notícias e no Jornal do Comércio, a respeito da escolha de um brasileiro como orador da festa. Muitas vezes, o tom girava em torno da acusação pessoal aos integrantes da diretoria do Gabinete e a defesa da ação conciliadora da escolha. A justificativa de Ramalho Ortigão pela escolha de Nabuco, coloca uma nova questão em discussão: a qualidade literária do livro a respeito *Os Lusíadas* produzido por Nabuco. Em 22 de março em 1880 é publicada na Gazeta de Notícias uma crítica intitulada “O Centenário de Camões e os oradores da Festa” assinada pelo pseudônimo Eurico. Nesta crítica, o autor questiona o trabalho de Nabuco, destacando que o próprio autor havia reconhecido que o texto não passava de notas de suas impressões a respeito *Os Lusíadas* e que a escolha de Nabuco desdenhava os intelectuais da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, além de afrontar os bons portugueses. Também foram publicadas notas em defesa da escolha de um brasileiro para o centenário de Camões, principalmente assinadas com o pseudônimo *O Portuguez*. O autor lembra que ser o orador um brasileiro é coerente, visto que brasileiros e portugueses são “irmãos pelo sangue e pela língua” e que muito dos portugueses envolvidos neste conflito tentam na realidade tomar para si o comando da comunidade portuguesa, a saber, têm intenções políticas de poder que vão além da quimera em relação à festa do terceiro centenário. O combate direto aos diretores do Gabinete era assinado sob o pseudônimo de *A alma do mallaé* e afirmava que a diretoria agia de forma imperativa e sem consultar o conselho deliberativo do próprio instituto, além de ser composta por indivíduos incapacitados e de índole duvidosa.

Francisco Ferraz de Macedo argumenta em seu livro que ele e Theófilo Braga haviam planejado a festa de Camões em Portugal com grande antecedência e haviam pensado na participação financeira da comunidade lusitana do Rio de Janeiro para a promoção da homenagem. O autor afirma que foi pego de surpresa com a comunicação do Gabinete em relação aos festejos, principalmente porque não fora avisado pelo próprio Theófilo Braga. Devemos lembrar que em Portugal também foi formada uma comissão jornalística para a

preparação do evento, composta por intelectuais e também pelo referido escritor. A compilação de matérias feita por Francisco Ferraz e o desenvolvimento da argumentação contrária à escolha de Nabuco, apontam mais para a caracterização de um intelectual que ficou à margem dos eventos, do que exclusivamente para sentimentos de um patriota, como ele se autodenomina. Vale ressaltar que Francisco Ferraz de Macedo defende a permanência de características sociais de onde se nasce e não de onde se cresce. Nesses termos, mesmo que o imigrante lusitano tivesse vindo muito jovem para o Rio de Janeiro, ele permaneceria eternamente ligado às suas origens e à cultura portuguesa. Ser português para Francisco Ferraz de Macedo era nascer em terra lusitana, por isso ele é tão enfático quanto ao equívoco da escolha de Nabuco, uma vez que esse não é português de nascimento e, portanto, não poderia representar apropriadamente a cultura portuguesa.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Academia Imperial de Medicina, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes, a Escola Politécnica, o Supremo Tribunal de Justiça e a Faculdade de Direito de São Paulo permanecem representadas nas comissões de organização do evento. Ainda que algumas sociedades portuguesas instaladas no Rio de Janeiro tenham retirado sua participação da comissão para a organização do evento, um número significativo de diferentes associações esteve presente no evento. Ao final dos três dias de comemorações do terceiro centenário de Camões e da instalação da pedra fundamental do prédio sede do Gabinete, todas essas associações, além de diversos representantes ilustres da sociedade do período, enviam cumprimentos ao Gabinete por seus festejos.

Após o discurso de Nabuco no terceiro centenário de Camões, Figueiredo Magalhães reafirma, em seu livro intitulado “Camões e os portugueses no Brasil – alguns reparos críticos”¹²¹. Em gritante descortesia aponta erros gramaticais cometidos por Nabuco em sua exposição. Sua crítica, entretanto, não se restringe ao orador do tricentenário de Camões. Figueiredo Magalhães também questiona o apoio dado por Theófilo Braga a Joaquim Nabuco publicado no *Positivismo*, uma vez que Braga havia criticado enfaticamente o trabalho “Camões e os Lusíadas”, produzido por Nabuco. Segundo ele, Theófilo Braga estaria comprometido com os que escolheram Nabuco como orador e, portanto, estaria

¹²¹ Magalhães, Figueiredo (Dr.) “Camões e os portugueses no Brasil. Reparos críticos pelo Dr. Figueiredo Magalhães. Primeira parte”. Rio de Janeiro, Typ da Gazeta de Notícias, 1880.

impossibilitado de exercer uma crítica mais profunda. Figueiredo Magalhães ressalta ainda uma outra questão: a comemoração do terceiro centenário de Camões teve uma repercussão patriótica em Portugal e este sentimento, segundo ele, desenvolveu-se também no Brasil. Sendo assim, a postura tomada por Theófilo Braga em Portugal, convocando os portugueses de Portugal a ressuscitar “o patriotismo do Lázaro à voz do centenário de Camões”¹²², enquanto aos portugueses no Brasil mandava não ressaltar o patriotismo exclusivista para confraternizar com os brasileiros, irmãos. A homenagem a Camões feita pelo Gabinete Português, no Rio de Janeiro, é tida pelo autor como uma forma de promoção individual de seus integrantes e que as festas gratuitas e menores representaram mais para a celebração do poeta português.

Maximiano de Carvalho e Silva¹²³ questiona se a celeuma existente na escolha do nome de Nabuco para este evento o influenciou e em que sentido o “espírito” do autor e as modificações no texto original para a publicação do livro com seus discursos são reflexos do ocorrido. Maximiano observa que houve modificações no texto original de Nabuco no lançamento do livro “Escritos e Discursos” de 1901, permanecendo, contudo, a defesa de que os brasileiros possuíam também o direito e dever de enaltecer o poeta português. Essas alterações podem representar também o amadurecimento literário de Nabuco, além de respostas às críticas ao seu discurso recebidas no período. O embate, contrário à escolha de Nabuco como orador oficial do evento comemorativo ao poeta português, não impediu um novo convite ao autor para ser orador na inauguração do prédio sede do Gabinete Português em 22 de dezembro de 1888.

Na véspera da realização do terceiro centenário de Camões, em nota na seção “publicações a pedido” do periódico “*Gazeta de Notícias*”, observa-se uma crítica à organização do evento especialmente quanto à distribuição de bilhetes para a festividade. Mantendo o anonimato, mas assinando com o sugestivo nome, “Muitos sócios que estão a ver navios”¹²⁴, denuncia que os bilhetes para o evento estão sendo anunciados nos jornais e com preço estipulado. A má distribuição de bilhetes estaria deixando uma parcela dos “sócios” do Gabinete excluídos da comemoração.

¹²² *Ibid.* Pag. 56

¹²³ Silva, Maximiano de Carvalho e “Estudo prévio” IN: “Joaquim Nabuco e as comemorações camonianas de 1880”. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1980.

¹²⁴ *Gazeta de Notícias*. 09 de junho de 1880. pág. 03

Ao longo de todo o mês de maio de 1880, o Gabinete Português publicou no Jornal do Comércio que os sócios que pegaram convites para o centenário de Camões deveriam prestar contas até o final do mês. Os integrantes da diretoria e do conselho deliberativo possuíam a responsabilidade de angariar fundos para a festa. Já o restante dos associados só era obrigado a manter os compromissos mensais ou anuais com a instituição. A crítica por parte dos “Muitos sócios que estão a ver navios” não se dirige à questão da cobrança pelo ingresso, que se mostrava necessária, mas sim porque, mesmo sendo sócios do instituto, não tiveram a preferência para a compra de convites, justo por estarem anunciados para quem quisesse comprar. Mesmo dentro do Gabinete Português havia uma separação entre seus integrantes. Uma personalidade da sociedade poderia receber um título do Gabinete, porém para um sócio o título só era possível se possuísse alguma colocação para além do direito a voto na assembléia geral. Os integrantes que trouxessem regularmente novos associados e/ou fizessem doações avultadas geralmente eram agraciados com títulos distintivos.

A reclamação por parte dos que assinavam como acionistas do Gabinete persistiria ainda no dia seguinte ao terceiro centenário de Camões. A nota neste momento era assinada sob o código “Muitos sócios indignados”¹²⁵ e acusava a diretoria de excesso de orgulho e desprezo pelos associados do instituto. Reaparece, então, a reivindicação daqueles integrantes que se sentiam à margem da festa justo na homenagem ao poeta português. Interessante notar também que além da festa do terceiro centenário de Camões, o dia 10 de junho de 1880 marcaria o estabelecimento da pedra fundamental do prédio do Gabinete Português de Leitura, fato, aliás, não mencionado nas duas notas da Gazeta de Notícias.

2.6 Tricentenário de Camões: uma festa em vários atos

Com base nas questões suscitadas pelo trabalho de Manuela Carneiro da Cunha¹²⁶, caberia uma questão: foi a festa do terceiro centenário de Camões um evento emblemático de afirmação da identidade portuguesa tendo o Gabinete Português como base? Ou apenas um ritual comemorativo e de conagração entre portugueses e brasileiros, pensado e dirigido pelo Gabinete Português? Ainda que diversas associações de origem portuguesa

¹²⁵ Gazeta de Notícias. 10 de junho de 1880. pág.04

¹²⁶ Cunha, Manuela Carneiro da. Op. cit. 1987

não tenham participado efetivamente do evento promovido pelo Gabinete Português e diante da oposição direta feita por Figueiredo Magalhães e Francisco Ferraz de Macedo à organização das festividades, a *fronteira* existente entre a instituição e a colônia portuguesa no Rio de Janeiro, assim como sua relação com a sociedade brasileira, não se configurou naquele evento um conflito aberto entre portugueses e entre esses e brasileiros. Contar com a presença do Imperador do Brasil, D. Pedro II, e de Joaquim Nabuco como orador, assim como diversas outras instituições portuguesas, nos eventos do Terceiro Centenário de Camões, garantiriam ao Gabinete um lugar privilegiado no contexto da comunidade imigrante e da corte brasileira. O Gabinete, por intermédio do evento, logrou, a um só tempo, afirma-se como uma instituição portuguesa, em decorrência da valorização dos elementos culturais lusitanos, e como instituição reconhecida e prestigiada pelas elites brasileiras.

Em junho de 1880, a Biblioteca Nacional organiza uma exposição em homenagem a Camões e convida o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro para participar do evento. Houve também, como homenagem a Camões, a formação de uma comissão para a promoção marítima da comemoração do tricentenário de Camões, sendo o Gabinete convidado a participar. Em ambos os eventos, o Gabinete se fez representar. As comemorações do tricentenário de Camões não ficaram restritas à capital do império. Um exemplo é o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco que também comemora o terceiro centenário de Camões no dia 10 de junho de 1880, organizando uma festa que começa na alvorada e termina no final da noite com um grande festival. Além da festa, o Gabinete de Pernambuco mandou imprimir em Portugal mil exemplares dos “Sonetos de Camões” e comprou um quadro a óleo com o retrato do escritor português para colocar em lugar de destaque em sua sede. A comissão executiva de imprensa para o terceiro centenário de Camões em Portugal envia um telegrama ao instituto de Pernambuco parabenizando pelos festejos e homenageando o Gabinete Português de Maorim. O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro envia ao Gabinete de Pernambuco uma das medalhas comemorativas do tricentenário de Camões e do assentamento da primeira pedra do novo edifício da instituição. Este movimento é registrado no Relatório anual do

Gabinete pernambucano¹²⁷. O grupo positivista composto por Raimundo Teixeira Mendes, Cipriano de Carvalho e José do Patrocínio organiza nesta data, dia 10 de junho, um evento em homenagem a Camões, o que os impediu de comparecer ao evento organizado pelo Gabinete Português. Envia, no entanto, congratulações à diretoria da instituição.

O Retiro Literário Português também promove uma celebração em homenagem a Camões, em 11 de junho de 1880, no Congresso Ginástico Português. O evento contou com a participação de inúmeras personalidades, instituições portuguesas e redações de jornais, que são nomeados no livro com a descrição comemorativa do terceiro centenário¹²⁸. O discurso de Zeferino Cândido consta no programa do evento, assim como os de outras personalidades da comunidade portuguesa. O evento foi presidido pelo Cônsul de Portugal no Brasil, Sr. Barão de Wildik, e contou com diversos oradores. A base dos discursos da sessão não possuía o tom exclusivista e patriótico que gerou o embate entre o Retiro Literário e a organização do evento produzido pelo Gabinete Português. Ainda assim, demarcava-se a distinção entre as nações portuguesa e brasileira e seus diferentes papéis na homenagem a Camões. O Retiro Literário também chama para si a legitimidade na homenagem a Camões, ressaltando que era o Retiro, dentre as sociedades eminentemente literárias, a mais antiga associação portuguesa no Brasil.

O relatório do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro do ano de 1880 foi praticamente todo voltado para a festa do terceiro centenário do poeta português. O texto inicia com um trecho do discurso proferido por Joaquim Nabuco na festa de Camões. Dentre as diversas referências e menções que Nabuco faz em seu discurso o trecho selecionado no relatório se refere à permanência do nome de Camões entre os brasileiros, sem, todavia, citar o trecho em que Nabuco se questiona quanto aos brasileiros serem estrangeiros na festa. O trecho transcrito no relatório refere-se ao trabalho e à glória de Camões:

“A tua gloria não precisa mais dos homens. Portugal póde desaparecer, dentro de séculos, submergido pela vaga européia; ella terá em cem milhões de brasileiros a mesma vibração luminosa e sonora. O Brazil póde deixar, no decurso

¹²⁷ Relatório apresentado a assembléa geral do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco pela directoria do mesmo em 10 de outubro de 1880. Pernambuco, typ. De Manoel Figueroa de Faria e filhos, 1881.

¹²⁸ Descrição da festa commemorativa do tricentenário de Camões. Celebrada no dia 11 de junho de 1880 pelo Retiro Literário Português no Rio de Janeiro (associação fundada em 30 de junho de 1859). Rio de Janeiro, typ. De J. D. de Oliveira, 1880.

de milhares de anos, de ser uma nação latina, de falar a tua língua; póde dividir-se em campos inimigos; o teu gênio será e viverá intacto nos *Lusiadas*, como o de Homero na *Illíada*.

(...)

Mas até lá, ó poeta divino, até ao dia da tradição e do mytho, tu viverás no coração do teu povo, o teu túmulo será, como o de Mahomet, a pátria de uma raça; e por muitos séculos ainda o teu centenário reunirá em torno das tuas estátuas, espalhadas pelos vastos domínios da língua portuguesa, as duas nações eternamente tributárias da tua glória, que unidas hoje pela primeira vez pela paixão da arte e da poesia, acclamam a tua realeza electiva e perpétua, e confundem o teu gênio e a tua obra numa salva de admiração, de reconhecimento e de amor, que há de ser ouvida no outro século!”¹²⁹

O questionamento feito por Nabuco – “pode-se dizer que sejamos nós, os brasileiros, estrangeiros nesta festa?”¹³⁰ – está ausente neste trecho. Nesta seleção, porém, a resposta é dada assertivamente neste trecho: “as duas nações [são] eternamente tributárias da tua glória”. Ao Brasil também caberia fazer tal homenagem. Para Nabuco, caberia aos países de língua portuguesa a homenagem a Camões. A celeuma travada nos periódicos desaparece nesse momento e se resguarda no documento, o que efetivamente ficaria para a “história”¹³¹: o consenso em torno do nome do poeta português.

O relatório destaca que o Gabinete Português do Rio de Janeiro foi a primeira instituição portuguesa no Brasil a iniciar os preparativos para a celebração do terceiro centenário de Camões. Por mais que pudesse parecer pequeno para o grande público, Eduardo Lemos afirma que este lugar já caberia a ela, visto que foi a primeira instituição portuguesa fundada nas Américas. O *Jornal do Comércio* do Porto, transcrito no relatório de 1880, afirma que os portugueses residentes na cidade do Rio de Janeiro iniciaram o movimento nacional em homenagem ao poeta português. A seleção deste editorial confirma a premissa de Eduardo Lemos e ainda coloca o pioneirismo dos integrantes do Gabinete à frente de toda a nação portuguesa na organização da festa. A ressalva deste pioneirismo na festa camoniana reafirma uma construção identitária freqüente para os integrantes do Gabinete: a de ter sido a primeira instituição portuguesa fundada no Brasil e berço para

¹²⁹ Relatório da Diretoria do gabinete portuguez de leitura no RJ em 1880. RJ, Typ. Lith. Maximino & Cia, 1881. pág. 01.

¹³⁰ Nabuco, Joaquim “Camões. Discurso pronunciado a 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura”, Edição fac-simile. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

¹³¹ Em diversos momentos dos textos dos relatórios do Gabinete Português há a consideração de que estes seriam documentos utilizados historicamente, assim como as atas da instituição. A necessidade de registro e de “escolhas” entre o que seria escrito nessas páginas representaria o que “ficaria” da história do momento.

inúmeras outras, além de representante cultural daquela nação. Ser a instituição mais antiga e, ainda, ter sido a primeira a iniciar os preparativos para a comemoração assegura um lugar de destaque dentro das instituições lusitanas fora de Portugal.

O evento do dia 10 de junho de 1880 é detalhadamente descrito no relatório do Gabinete. O lançamento da pedra fundamental ocorreu na parte da manhã, com a presença do Imperador com oficiais das Câmaras, do Presidente do Gabinete, do Sr. Barão Homem de Mello, além de outras associações presentes. O documento de assentamento da pedra fundamental destaca o comparecimento de representantes das corporações literárias e científicas, da imprensa, do comércio, da indústria, além de sócios e subscritores do Gabinete. O discurso dirigido à D. Pedro II, proferido pelo primeiro secretário do Gabinete, Sr. Ramalho Ortigão, traça um histórico da ação do Gabinete Português quanto à valorização da cultura e da instrução, sublinhando que o prédio que seria construído “dá a segurança do empenho com que procuramos remir-nos do nosso atraso, prosseguindo ininterruptamente na tarefa da nossa própria reformação”¹³². Reaparece então a idéia de reformação em direção ao caminho da civilização. A idéia de modernidade e civilização dá o tom para a constituição de um prédio para o acervo da biblioteca do Gabinete. A própria profissão comercial dos integrantes do Gabinete contribuiria para a compreensão das intensas modificações que o final do século testemunhava. Ainda assim confessam-se “retardatários e fracos no desempenho da função social que nos incumbe”¹³³. Estariam lançadas naquele evento as bases para a reformação da comunidade lusitana no Rio de Janeiro, já que o passado idealizado de português civilizador já não estava mais presente no cotidiano dos imigrantes que aqui aportavam, muitas vezes pobre e analfabeto. A reafirmação da idéia de regeneração na presença do Imperador do Brasil demonstra uma tentativa de reverter esse presente inglório.

O relatório salienta ainda que a festa em homenagem a Camões ficará marcada na história e que a geração dos promotores será lembrada pelo evento. Apesar da beleza da festa ter sido indescritível, o que eles consideram como o de melhor ocorreu foi “a concórdia das opiniões, a unanimidade e universalidade do sentimento ante o fato

¹³² Relatório da Diretoria do gabinete portuguez de leitura no RJ em 1880. RJ, Typ. Lith. Maximino & Cia, 1881, pág 13.

¹³³ *Ibid.* p. 13

indiscutido do valor moral do grande jubileu”¹³⁴. As diversas disputas em torno do nome de Joaquim Nabuco como orador oficial do terceiro centenário de Camões, assim como o questionamento quanto à ação imperiosa da diretoria do Gabinete na realização do evento, são silenciadas na escrita do relatório do Gabinete. Como as atas e os relatórios são tidos pelos integrantes da instituição como documentos históricos, considerando a “história” que se desejava lembrar, não cabia, nessa perspectiva, enfatizar as discordâncias que ocorreram a propósito do evento. A união e a fraternidade entre as duas nações, portuguesa e brasileira, também são ressaltadas no evento.

“Aos tempos que hão de vir passará a notícia desta celebração como uma prova exemplaríssima do estado mental de povos, que, divididos e separados no interesse político, afirmaram primorosamente a solidariedade tradicional da sua raça, cujo símbolo imortal é representado por Luiz de Camões.”¹³⁵

O terceiro centenário promovido pelo Gabinete Português deveria ficar para a história como evidência da concórdia entre dois povos irmãos e entre os próprios conterrâneos lusitanos. A união em torno do nome de Camões seria a afirmação da união fraterna entre dois povos irmãos. Vale ressaltar que este ponto de vista é defendido tacitamente, com a escolha de Joaquim Nabuco como orador da festa pelos integrantes da diretoria do Gabinete, a despeito das oposições de outras associações portuguesas. Ainda que Francisco Ferraz de Macedo exponha em seu livro que apesar de Eduardo Lemos convidar outras sociedades portuguesas para a homenagem ao poeta português, ele reafirma seu posicionamento de valorização da participação de brasileiros renomados, como Nabuco, Machado de Assis e Carlos Gomes. Camões deixa de ser um poeta eminentemente português, para ser o símbolo universal dos povos de língua portuguesa.

O evento realizado no teatro D. Pedro II, no centro da cidade, teve a presença de inúmeras personalidades da sociedade carioca. O teatro fora totalmente enfeitado com flores e versos de *Os Lusíadas*, as associações portuguesas se faziam representar com estandartes de suas instituições. O evento foi dividido em três atos, o primeiro com o discurso de Joaquim Nabuco e recitações de poemas, o segundo com a peça teatral escrita por Machado de Assis para o evento, intitulada “Tu, só tu, puro amor”, e o terceiro com apresentação de uma orquestra tocando três peças escritas por Carlos Gomes, Leopoldo

¹³⁴ *Ibid.* p.08.

¹³⁵ *Ibid.* p 34.

Miguez e Arthur Napoleão, este último organizador do evento musical. Machado de Assis introduz a peça sobre Camões com a advertência de não ter tido muito tempo para a sua produção e que um de seus objetivos foi o de retratar o poeta de forma contemporânea. O envolvimento de personalidades de renome em uma festa organizada pelo Gabinete Português de Leitura demonstra as estratégias bem sucedidas de inserção de seus membros, sobretudo os integrantes da diretoria, na vida intelectual carioca.

Houve também, em comemoração ao terceiro centenário de Camões, a publicação de *Os Lusíadas* por parte do Gabinete. A edição do livro teve impressões em distintos papéis, sendo o mais nobre ofertado ao imperador do Brasil e o de maior tiragem oferecido, como prêmio, aos melhores alunos de escolas em Portugal e no Brasil. O livro foi produzido pelo filólogo português Adolpho Coelho, prefaciado pelo escritor Ramalho Ortigão e continha também um histórico resumido do Gabinete Português do Rio de Janeiro escrito por Reinaldo Carlos Montoro.

O resumo produzido por Reinaldo Montoro¹³⁶ foi a primeira tentativa de se escrever uma história do Gabinete Português e reproduz, em certo sentido, a forma como eram representados a instituição e seus integrantes. O autor trata da imigração no pós-independência, afirmando que houve uma profunda mudança moral considerando o período entre a chegada da família real e 1830. Traçar uma diferenciação entre os imigrantes lusitanos que aportavam no Brasil ao longo do século XIX e os colonizadores corresponderia a uma tentativa de preservar a imagem do colonizador português, branco e europeu, presente no imaginário dos brasileiros, frente à recente imigração de portugueses marcada de um modo geral pela pobreza e por hábitos rudes. Reinaldo Montoro sugeria, contudo, uma ressalva: os fundadores do Gabinete Português de Leitura eram uma louvável exceção e, por certo, contribuiriam para a “evolução progressiva deste império”.

A fundação do Gabinete haveria surgido com base nas idéias liberais dos exilados políticos do império de D. Miguel I. A instituição nascera com o intuito de ser “destinada a perpetuar a memória da admirável transformação da raça portuguesa e de sua expansão na

¹³⁶ Luiz de Camões. *Os Lusíadas. Edição consagrada a comemorar o terceiro centenário do poeta da nacionalidade portuguesa pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Revisão do texto do poema e observações philológicas por Adolpho Coelho. Prefácio crítico, de Ramalho Ortigão; notícias históricas do Gabinete Portuguez de Leitura, de Reinaldo Carlos Montoro.* Anno MDCCCLXXX. Lisboa, na officina de Castro Irmão impressor. 1880.

história”¹³⁷. O ideal para os fundadores do instituto seria a reformação moral da sociedade, iniciando pelos lusitanos que chegavam, e a reprodução da gloriosa história portuguesa. Dois outros aspectos valorizados: 1) o Gabinete ter sido a primeira instituição portuguesa fundada no pós-independência; e 2) ter sido a base para a fundação de outras instituições lusitanas.

No resumo histórico, o autor chama a atenção para o fato de que já na década de 60 era uma honra no mundo do comércio pertencer ao Gabinete, ao qual somente aqueles de qualidades distintas poderiam se associar. O autor era um associado antigo da instituição e havia vivenciado o que ele entendia como “tempos áureos”. Para escrever a história da instituição, ele cita diversos nomes, além dos fundadores, como representantes do momento significativo que o Gabinete estava vivendo, mas dá destaque à diretoria do presente. A localização do terreno do prédio em que iria ser construída a sede do Gabinete Português de Leitura também é aludida no resumo histórico. O terreno escolhido é valorizado como um pólo cultural devido à proximidade do teatro. O edifício a ser erguido deixaria como legado às próximas gerações a memória da evolução estética dos anos da descoberta pelos portugueses, assim como todas as influências que a nação portuguesa havia deixado em sua história. Montoro frisa que os associados do Gabinete naquele momento eram de todas as classes e – mesmo aqueles que dispensavam pouca atenção à cultura – consideravam a instituição como a principal fundação da moderna imigração portuguesa no Brasil. Nesse sentido, caberia ao Gabinete Português convergir todas as associações portuguesas voltadas para a instrução e as de cunho cultural. O Gabinete Português torna-se então o grande porta-voz das associações culturais da corte no Brasil. Esse papel é freqüentemente associado ao Gabinete, assim como a perpetuação da gloriosa história portuguesa.

Percebe-se neste pequeno resumo historiográfico de Montoro, primeiro uma tentativa de tornar o Gabinete legítimo representante das associações de cunho cultural e instrutivo da comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, dado que era a mais antiga instituição; e, segundo, ser ela uma referência dinâmica às gerações futuras do que teria sido o grande passado português. Não sem sentido o resumo a respeito da história do Gabinete está na

¹³⁷ *Ibid.* p. 402

edição publicada pelo Gabinete de *Os Lusíadas*, ligando também o nome do grande poeta lusitano à instituição.

A diretoria decidiu, após 1880, que a biblioteca estaria aberta aos jornalistas, escritores, professores e funcionários públicos¹³⁸. O aumento da freqüência à biblioteca do Gabinete foi tímido na década de 80, causando espanto nas palavras de Joaquim José Cerqueira, integrante do Conselho Deliberativo no ano de 1889. Segundo Joaquim José Cerqueira, a construção da biblioteca segundo moldes mais belos de toda a América do Sul não foi suficiente para aumentar o número de freqüentadores. Comparando o novo prédio ao antigo na Rua dos Beneditinos, Joaquim Cerqueira avalia como inexplicável o desamor dos compatriotas ao novo edifício.

“A história no nosso instituto é-vos conhecida desde a sua fundação em 1837. A geração que naquela época lançou os alicerces da útil e esclarecida sociedade, como que entrevia o glorioso futuro que aguardava a modesta iniciativa, tão nobres e elevadas eram seus fins e os seus instintos. É, com efeito, a obra sentida e inspirada por esses homens enérgicos, inteligentes e prestimosos, afigura-se nos completa com a inauguração que tivemos a fortuna de realizar deste notável edifício, em 22 de Dezembro último. As nossas riquezas bibliográficas acham-se felizmente abrigadas dos estragos do tempo, que no recinto onde estiveram por tantos anos, sofreram com sincera dor e pesar nosso. A construção deste edifício representa a maior soma de esforços, (...), que jamais um grupo limitado de portugueses tenha reunido para honrar a sua pátria e os próprios compromissos tomados em presença de estrangeiros. Era uma dívida de orgulho nacional que não se podia deixar em meio e que cumpria saldar na medida e na altura da sua responsabilidade. Depois da grande comemoração camoneana o Gabinete tinha de prosseguir na sua brilhante carreira, nessa carreira que for a outrora carinhosamente bafejada pelos homens mais notáveis da colônia portuguesa, pelos de maior fortuna e pelos de mais saber, que todos honra e distinção pertencer a grêmio tão esclarecido e ilustre. Com sincero desvanecimento o declaramos, (...), que neste monumento se dirige ao vosso patriotismo e ao vosso amor pelo nosso instituto, - a diretoria que empreendeu em 1880 o jubileu camoneano, tinha ombros assaz robustos, altura profundamente patriótica e inteligência altamente lúcida para completar como conseguiu completar, esta obra, e amparar-lhe desembaraçadamente a existência, com igual amor e dedicação se a fatalidade não tivesse pesado tão cruamente sobre a sorte

¹³⁸ Relatório da Diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura no RJ em 1880. RJ, Typ. Lith. Maximino & Cia, 1881, pág 09

de tão queridos e esforçados companheiros. (...). Os enormes sacrifícios empregados até hoje para a continuação do nosso edifício, não bastaram para colocar o nosso instituto em circunstâncias econômicas desembaraçadas ou equilibradas. Temos dívidas passivas que representam soma bastante avultada, principalmente em relação (sic) renda produzida pelas mensalidades dos sócios. Por um singular e inexplicável desamor dos nossos compatriotas, a bela, grandiosa biblioteca admirada de nacionais e estrangeiros reconhecida a mais elegante, a mais artística, a mais rica da América do Sul, tem menor, muito menor frequência de leitores e subscritores do que a antigo, impróprio e escuro salão da rua dos Beneditinos! O abandono dos estudiosos, dos homens generosos e de elevada posição da nossa colônia, que assim deixam esmorecer o entusiasmo por aquele centro de desenvolvimento intelectual e de prestígio da nossa nacionalidade, enche-nos o coração das mais tristes e das mais acabrunhadoras apreensões!^{139,,}

A visão de que teria sido uma soma de esforços e de honra à pátria portuguesa permeia a maior parte dos discursos a respeito da construção do prédio sede do instituto ao longo da década de 80. Não somente uma construção digna da pátria portuguesa, mas também a mais representativa da comunidade lusitana em terras estrangeiras. Ao mesmo tempo, há grande preocupação com a saída dos estudiosos e dos doadores do instituto. Segundo a visão de Joaquim Cerqueira, o Gabinete Português, por mais que em espaço próprio, encontrava-se em uma situação financeira delicada em decorrência do desinteresse da comunidade lusitana. Conforme veremos, a morte de alguns expoentes da diretoria, relacionados particularmente ao comércio, é significativa para o afastamento de parte da elite comercial lusitana e, conseqüentemente, para a crise que estava atravessando o instituto.

A necessidade de reconhecimento da obra do novo edifício sede do Gabinete Português fica mais evidenciada quando o plano do edifício não recebe premiação alguma durante a Exposição Pedagógica de 1883, promovida pela primeira vez pelo governo imperial, para a qual o instituto havia sido convidado a participar. Diante do não-reconhecimento da obra representativa da cultura portuguesa em estilo *manuelino*, seus membros questionam os rumos tomados pela obra e concluem, consensualmente sobre a necessidade de reparação frente ao “descaso” por eles identificado. Na sessão de 19 de abril de 1884, consta em ata o pedido de reparação pelo “incidente pedagógico”, após um pedido pessoal da diretoria, recebendo as obras expostas diploma de 1ª classe. A necessidade de reconhecimento da obra que estava sendo realizada pelo Gabinete Português de Leitura e a possibilidade de

¹³⁹ Ata do Conselho deliberativo. Sessão do dia 23 de agosto de 1889.

mudança no desenvolver da obra revelam que 1) a tentativa, por parte dos integrantes do Gabinete do reconhecimento da arquitetura do prédio em estilo *manuelino* como significativa e representativa da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, frente ao “mundo” letrado e voltado para educação e, principalmente, o reconhecimento do governo imperial; e 2) caso não fosse reconhecido como uma obra significativa, a possibilidade de mudança para o reconhecimento era cogitada pelos integrantes. Ou seja, a identidade pretendida com a construção do prédio sede do Gabinete necessitava, obrigatoriamente, de passar pelo reconhecimento externo e, caso isso não ocorresse, o estilo *manuelino*, mesmo considerado como representativo da “comunidade portuguesa”, poderia ser modificado e quiçá um outro estilo arquitetônico poderia ser escolhido.

O esforço para a aquisição de recursos para a construção do prédio não estava ligado ao aumento de sócios do instituto, apesar de em muitos momentos ter sido essa proposta freqüente nas reuniões tanto do conselho deliberativo como da diretoria, mas sim ao aumento nas subscrições de ações dos integrantes eleitos para o conselho deliberativo e para a diretoria. A cada novo conselho deliberativo eleito, novas subscrições eram feitas em prol da construção do prédio sede. As eleições do final da década de 70 até 80, salvo casos excepcionais de falecimento dos dirigentes, ocorriam anualmente. Até a morte de Eduardo Lemos e posteriormente a do comendador Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, mercedores de luto do instituto, a diretoria era constantemente reeleita para seus cargos. Assim como os integrantes do conselho deliberativo, a diretoria regularmente subscrevia novas ações ou doava parcialmente as suas para angariar recursos para o fundo do prédio. Grande parte do financiamento da obra do prédio sede do Gabinete foi feito, portanto, pelos próprios integrantes do instituto e em casos esporádicos por alguns integrantes de reconhecido poder econômico da “comunidade portuguesa”, caso do Conde de São Salvador de Mattosinhos.

O falecimento de Eduardo Lemos em Viana de Castro, Portugal, em 14 de outubro de 1884, é motivo de luto e homenagem pelos integrantes do Gabinete Português de Leitura. Em 4 de outubro de 1885, durante a sessão da assembléia geral do Gabinete Português de Leitura, o instituto recebe um busto em homenagem a Eduardo Lemos doado por um grupo de portugueses residentes na cidade de Porto, alguns dos quais comerciantes que já haviam morado no Rio de Janeiro e participado do Gabinete Português. O evento contou com a

presença do ministro de Portugal, Sr. Conselheiro Tovar de Lemos, Conde de São Salvador de Mattosinhos¹⁴⁰; Luiz de Faro e Oliveira representando o Liceu Literário Português; Honório Augusto Ribeiro representando o Centro da Lavoura e do Comércio; Dr. Souza Ferreira, redator da parte comercial do Jornal do Comércio e da Gazeta Luzitana; Hermano Jopper representando a Associação Comercial; Francisco Quintella representando a Sociedade Beneficente e Instrutiva; Reinaldo Carlos Montoro; Ernesto Cybrão; entre outros associados do Gabinete. O ministro de Portugal foi chamado para presidir a sessão da assembléia geral, que transcorreu normalmente. Após o término dos trâmites administrativos, o comendador Antônio Joaquim da Silveira oferece o busto de Eduardo Lemos a Ramalho Ortigão para ser colocado no novo prédio do Gabinete. Segundo o que nos informa o livro sobre a homenagem a Eduardo Lemos¹⁴¹, diversas pessoas discursaram no evento, só havendo a transcrição da carta dos doadores do busto, a declaração do comendador Antônio Joaquim Coelho da Silveira, do discurso do presidente do Gabinete e a declaração do ministro de Portugal. Como visto, Eduardo Lemos fazia parte da elite comercial da sociedade carioca e da “comunidade lusitana”. Seu falecimento e homenagem no Gabinete Português de Leitura por um grupo de comerciantes lisboetas ressalta sua inserção dentro da elite comercial e a relação direta entre os demais integrantes do instituto e essa elite. Certamente, a gestão de Eduardo Lemos está ligada ao momento de maior visibilidade do Gabinete Português, ao menos no final do século XIX, com a festa do terceiro centenário de Camões.

Antes da inauguração do busto de Eduardo Lemos, os nomes de cinco esposas de integrantes da diretoria e conselho deliberativo do Gabinete foram apresentados à assembléia geral para entrar no quadro de sócios. O ingresso de mulheres no instituto generalizava-se. Porém nenhuma mulher participou da diretoria do Gabinete ao longo de todo o século XIX. Ainda que pudessem votar em assembléias gerais, o papel feminino dentro do instituto era ainda bastante limitado.

¹⁴⁰ Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência no início da década de 80.

¹⁴¹ Gabinete Portuguez de Leitura. Homenagem a Eduardo Lemos. 1885. O livro é uma compilação de documentos, constando a carta de oferecimento dos portugueses residentes em Porto que homenagearam Eduardo Lemos, a transcrição do discurso do comendador Antônio Joaquim da Silveira, o discurso proferido pelo presidente do Gabinete, a transcrição da ata da assembléia geral em 4 de outubro de 1885, a oferta do Conde de São Salvador de Mattosinhos e a transcrição de diversas reportagens que saíram nos jornais do Rio de Janeiro sobre o evento.

A morte de Eduardo Lemos, presidente ativo do instituto, atrasaria a construção do prédio sede do Gabinete¹⁴². Decerto, Eduardo Lemos representava um elo entre a elite comercial portuguesa no Rio de Janeiro e o Gabinete Português. Seu falecimento desestruturava, em certo sentido, o envolvimento direto entre o instituto e o restante da elite da “comunidade portuguesa” que não integrava o instituto. Percebemos, portanto, que esta relação passava por canais individuais de relacionamentos dos associados, mas principalmente, pela rede de relações da diretoria do instituto. Fazer parte do Gabinete Português de Leitura assegurava um lugar privilegiado dentro de uma elite intelectualmente ativa, a qual nem todos os integrantes do instituto estavam inseridos. O prestígio associado ao Gabinete possibilitava, em contrapartida, angariar doações financeiras mais ativas da comunidade portuguesa. A identidade portuguesa pretendida pelos integrantes do Gabinete Português de Leitura atraía o interesse da elite financeira da comunidade portuguesa, por um lado, e constituía-se em excelente representação frente à intelectualidade da sociedade brasileira.

2.7 Então, a inauguração do prédio *manuelino*

Em 10 de setembro de 1887, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro comemorava o cinquentenário da primeira reunião da assembléia geral do instituto. A inauguração do prédio já havia sido prevista para diversas datas, mas por constantes atrasos nas obras só ocorre três anos após o primeiro cronograma de 10 de junho de 1884¹⁴³. O evento contou com a presença da princesa Isabel e de seu esposo, Conde D’eu, de ilustres representantes de associações portuguesas, da diplomacia portuguesa, de representantes da Câmara de Deputados, entre outros portugueses, brasileiros e estrangeiros.

Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, presidente do Gabinete Português de Leitura, inaugura a cerimônia lembrando a trajetória do instituto e de seus fundadores. Ramalho Ortigão repete um trecho do discurso pronunciado por José Marcellino da Rocha Cabral na

¹⁴² Segundo o relatório do Gabinete de 1889-1894, as sucessivas perdas dos integrantes da diretoria do Gabinete, dentre elas o falecimento de Eduardo Lemos e do vice-presidente Visconde de Santiago de Riba Ul, atrasaram as obras do prédio sede. Cf. Relatório da diretoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro em 1889-1894. RJ: Typ. Perseverança, 1894.

¹⁴³ Relatório da diretoria do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro em 1881. RJ, Typ. Lith. Moreira, Maximino & Cia. 1882

fundação do Gabinete e reafirma que o povo português acompanha os caminhos acelerados da civilização, associam-se para combater a ignorância e possibilitar conquistas e o Gabinete representava essa busca constante de engrandecimento cultural¹⁴⁴. O trecho do discurso de José Marcellino Cabral selecionado por Ramalho Ortigão refere-se a importância da associação no contexto das integrações entre as nações pelo comércio. Mesmo após 50 anos, o discurso a respeito da importância das associações e do comércio para as nações, e, principalmente, para os integrantes da comunidade portuguesa, mostra-se atual e é lembrado por Ramalho Ortigão.

"Os homens tem sentido a necessidade de acompanhar o movimento acelerado que leva o gênero humano ao aperfeiçoamento de suas faculdades e à maior felicidade social. Os homens têm sentido a necessidade de aumentar seus conhecimentos e de melhorar a sua sorte: mas a experiência tem também mostrado que um só indivíduo, em seus esforços para aplicar as leis físicas da natureza às suas comodidades e usos, ou nos combates contra a ignorância, que tem dominado as nações, quaisquer que sejam os seus meios não pode superar dificuldades, que aliás se tornam fáceis aos esforços combinados de muitos homens. (...) E, na verdade, ao espírito da associação deve o gênero humano vantagens da mais alta transparência; o comércio, pelas associações, tem posto em contato todas as partes do globo, tem aperfeiçoado os próprios meios do seu movimento, tem multiplicado as riquezas e felicidades do gênero humano (...)"¹⁴⁵

Continuando seu discurso após a citação, Ramalho Ortigão ressalta a ligação entre brasileiros e portugueses, como sendo os primeiros herdeiros da história portuguesa. O presidente afirma também que o Gabinete, a partir daquele evento, estava aberto aos brasileiros. A ação da instituição visava a união entre as duas nações e não um combate à nação brasileira. Voltando-se aos portugueses que estavam na platéia, Ramalho Ortigão lembra os primeiros fundadores e seus sonhos que a “nova geração” estava conseguindo dar cabo. O Gabinete Português de Leitura, que estava inaugurando seu prédio sede naquele dia, era representante dos esforços e conquistas dos imigrantes portugueses em terra irmã, segundo Ramalho Ortigão.

“E esta saudação cordial, eis de recebê-la no coração e fixa-la na memória, como uma data memorável na história dos vossos pacíficos triunfos, que maior não há nenhum do que haver

¹⁴⁴ “Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro. 50º anniversario. 1887”. Rio de Janeiro, typ. Itália, 1888.

¹⁴⁵ *Op. cit.* p. 6-7. (Grafia do texto atualizada.).

gerado, no peito de vossos irmãos e vossos hóspedes, os impulsos que nos têm animado até hoje e que não de recrudescer no futuro, hauridos na comunidade histórica, firmados na tradição gloriosa dos nossos comuns antepassados, mantidos e avigorados na compreensão clara e nítida dos destinos futuros dos dois povos que falam a língua portuguesa sobre a larga superfície do globo, que ainda é, e há de continuar a ser, o seu patrimônio glorioso.

E tudo nesta modesta casa, destinada ao abrigo dos livros que têm sido nossos amigos e conselheiros, os bons e sinceros convivas de tanta hora boa ou má, consoante era próspera ou adversa a varia fortuna da nossa existência, tudo nesta estrutura recorda e relembra o passado e concita fervorosos esforços futuros. Desde os tempos remotos, em que a grande epopéia heróica das descobertas e das conquistas dos nossos antepassados encheu o mundo de assombro, até aos primeiros dias em que a mais preciosa jóia descoberta pelos portugueses passou ao domínio de filhos legitimamente emancipados por força dos seus progressos, das aptidões contraídas em sólidos estudos e sabia experiência; tudo aqui nos traduz nas largas páginas do passado, lição para grande e largo futuro. (...)

Não, brasileiros, não vos foi madrasta a pátria dos portugueses! Da sua herança tendes o quinhão grandioso da sua grande história, tendes o mais belo, o mais abençoado e mais rico e mais extenso traço de terra; tendes todas as maravilhas da natureza, (...); dos vossos maiores herdastes as grandes virtudes do vosso caráter: amais a vossa pátria, sois os magnos sacerdotes do culto da hospitalidade!

(...) Não vos é vedado este recinto; de hoje para sempre, vos fica aberta a porta por onde entrastes por onde entrastes. A nossa conspiração não é para o preparo dos explosivos com que se destrua a vossa prosperidade; somos os conspiradores da paz, da aliança fecunda e cordial que deve reunir dois povos, nunca separados no amor, tradicionalmente unidos na grande obra da sua história e da sua raça.

Irmãos pela origem, irmanados por todos os interesses morais, econômicos e sociais que podem constituir a união dos povos, brasileiros e portugueses continuarão a ser o que têm sido, na frase de um grande estadista nacional – portugueses nascidos no Brasil, brasileiros nascidos em Portugal.¹⁴⁶

Segundo o discurso, existe a permanência da construção fraterna entre as duas nações, brasileira e portuguesa, tendo como base seu passado em comum. O Gabinete Português seria a representação no Brasil da cultura trazida pela velha metrópole, através da herança deixada por Portugal. A lembrança do passado trazida pela estrutura do prédio não é tida de forma negativa, por se tratar de um período de colonização, mas sim pelos “filhos legitimamente emancipados” terem conseguido, com seu amadurecimento, a sua independência. O discurso do presidente do Gabinete reafirma para a associação o lugar de

¹⁴⁶ *Op. cit.* Pp. 10-11

representante da cultura portuguesa em terra hospitaleira, como o Brasil, e ressalta a ligação entre os dois países.

A idéia nacionalista do estilo arquitetônico *manuelino* em Portugal não tem o mesmo significado para a construção do prédio sede do Gabinete Português, apesar de ressaltados os símbolos do Império português colonizador. Embora o estilo *manuelino* represente de maneira contundente os feitos dos portugueses e o êxito de sua expansão colonial, a adoção deste estilo arquitetônico no contexto brasileiro amenizaria esse efeito simbólico. A biblioteca do Gabinete representaria a história da nação brasileira e da união entre Portugal e Brasil, e não um símbolo exclusivo do nacionalismo lusitano.

Após o término do discurso, o escritor e irmão do presidente do instituto discorrem sobre a colonização que os antepassados portugueses realizaram no Brasil. Grande polemista, Ramalho Ortigão aborda um assunto ainda delicado em um país escravocrata como o Brasil: a escravidão¹⁴⁷. Ainda que a colonização portuguesa tenha trazido a escravidão para as terras brasileiras, dois fatores são ressaltados: 1) a unificação da língua portuguesa trazidas pelos colonizadores; e 2) a cooperação dos imigrantes lusitanos do século XIX com a introdução da mão-de-obra livre no país. O colonizador português seria culpado pela introdução maléfica da mão-de-obra escrava, entretanto, o imigrante português ajudaria na redenção social com o fruto de seu trabalho livre, fato que possibilitaria o fim da escravidão. Grande parte dos trabalhadores lusitanos que aportava no Brasil buscava uma melhor situação social e muitas vezes trabalhavam em setores pouco valorizados na sociedade brasileira. Quanto à língua que os antepassados trouxeram, pôde o imigrante português residente no Brasil levantar a mais grandiosa biblioteca nunca antes construída por seus conterrâneos. O prédio erguido e que estava sendo inaugurado seria para as gerações futuras uma prova de que os

“(...)homens de trabalho, alheios às intrigas políticas e ao litígio de poder, ausentes de sua pátria, em um país remoto, previram na missão da sua raça o alcance da ciência e o alcance da arte, a qual, tendo por fim ressaltar os interesses da inteligência fazendo-os preponderar nos interesses na cobiça, da ambição e do egoísmo humano, é a origem da moral positiva assim como é a base do bom senso e o sustentáculo da moderação, qualidade que o

¹⁴⁷ Ramalho Ortigão foi muito combatido por suas idéias polêmicas publicadas na Revista *As Farpas*, com Eça de Queiroz. O regime de escravidão é criticado pelo autor por se repercutir na formação sócio-cultural da população brasileira.

americano Berget considera como a condição essencial da vida civilizada.”¹⁴⁸.

O edifício também mostraria que os imigrantes, mesmo ausentes de sua pátria, jamais esqueceriam o amor às letras e aos seus escritores portugueses, além do novo ar que os brasileiros deram à língua portuguesa. O não-envolvimento político desses “homens de trabalho” é significativo na construção identitária pela qual se pautava o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, ao longo de sua história ressaltada pelo orador da cerimônia, Ramalho Ortigão. O alcance da arte e da ciência seria preponderante para esses integrantes e representaria sua finalidade. O discurso do escritor é ovacionado no evento.

O livro que celebra o cinquentenário da instituição resalta ainda o ofício enviado pelo ministro de Portugal parabenizando o instituto pelo dia, em nome do El-Rei e da nação portuguesa. O Gabinete seria um exemplo para outras associações porque dissiparia as trevas e levaria à civilização através dos livros. No telegrama do ministro português enviado ao Gabinete, o estilo arquitetônico em que foi construído uniria o povo brasileiro pelo brasão do seu escudo de armas, símbolo da cruz da Ordem de Cristo, que era também a divisa do Rei que deu nome ao estilo, vale dizer, a representação simbólica do brasão do império brasileiro teria direta relação com o estilo *manuelino* do prédio, visto que também era o símbolo do Rei português D. Manuel. Para o ministro português, o povo brasileiro teria “direito a compartilhar da nossa antiga glória, porque descende como nós do grande povo de heróis (...)”. Há a transcrição também do telegrama enviado pelo rei de Portugal, D. Luiz I, felicitando o instituto. O evento de inauguração do prédio do Gabinete Português também teria tido em Portugal uma expressiva repercussão, como vimos com o envio do telegrama do ministro português e do próprio Rei de Portugal, D. Luiz I. Logo, há uma representação dos poderes imperiais, seja do Brasil, seja de Portugal, no principal evento do Gabinete Português após o terceiro centenário de Camões, promovido pelo instituto.

Um ano mais tarde, em 22 de dezembro de 1888, seria oficialmente inaugurado o prédio sede do Gabinete Português. Entre diversas personalidades ilustres, destacamos a presença de D. Pedro II, já com a saúde restabelecida, e de Joaquim Nabuco como orador. A descrição do evento é minuciosamente retratada no relatório do instituto com a intenção de

¹⁴⁸ Taborda, Humberto. *Op, cit.* p. 113

que, um dia, a construção deste “monumento português” torne-se um evento detalhadamente estudado.

Joaquim Nabuco relembra que fora também orador da festa em homenagem a Camões no instituto. Segundo Nabuco, o conflito gerado na distância entre os dois discursos fez com que Nabuco convertesse ora em investidas, ora em aclamações, o interesse despertado pela poesia e textos literários. A cisão existente entre alguns integrantes da colônia portuguesa com a escolha de Nabuco para orador oficial da festa de Camões aparece de forma subliminar nesta observação do autor. Nabuco afirma que voltar ao púlpito após os conflitos representa também o desprendimento de espírito e a continuidade de propósito que os portugueses levam também suas empresas. Seriam essas as raízes herdadas dos portugueses: desprendimento e continuidade. O Brasil é um país distinto de Portugal, porém não é um estrangeiro, não houve ruptura dos laços de irmandade. A emancipação do Brasil é tida como um movimento necessário, mas não antagônico a Portugal, ainda que a remodelação deste laço fosse necessária.

“(..) entre nós, houve um fato civil apenas – a nossa emancipação; não houve repúdio dos laços de família que nos prendiam. Também o vosso patriotismo adaptou-se ao nosso país sob essa firme persuasão.

O português, no Brasil, tem orgulho de ter sido a sua raça que fundou este colosso, o qual se destaca sob o Capricórnio e os pés sob o Cruzeiro do Sul. Sois em certo sentido incomodo, quando pensais no futuro de Portugal, colocado como uma tentação na mais bela parte dessa Península Ibérica, para onde as correntes vulcânicas da política continental hão de um dia mover-se. Vossa fé, porém, no futuro desimpedido do Brasil excede a nossa. Tendes mais confiança em nós do que nós mesmos. Ao vosso lado nós somos pessimistas. Sentis também que não deveis deixar morrer a vossa tradição na memória da nacionalidade que fundastes, e eu confesso que no vosso caso a tarefa é mais necessária do que no caso da Inglaterra ou da Espanha.

(...)

Entre Portugal e o Brasil a diferença é maior. O brasileiro nada sabe do vosso país; o que lê, é o que a França produz. Ele é pela inteligência e pelo espírito cidadão francês; nasceu parisiense, em um lugar de Paris, eu ignoro; vê tudo como pode ser um parisiense desterrado de Paris. Não há um brasileiro talvez, que tenha pensado meia hora seguida sobre as coisas portuguesas. Nós falamos a mesma língua, mas de que serve, se não lemos o português? Para dizer a verdade, estamo-nos tornando um povo poliglota. É uma condição séria. Eu a exponho com franqueza, como se este fosse já o primeiro conselho de guerra da nossa língua, sitiada e pronta a capitular. Mas quando à falta de interesse recíproco, não vos impressioneis com isso. Quer dizer

somente que estamos longe uns dos outros, e que o homem vive somente do que vê e do que ouve, exceto nos momentos em que a vida mesma fica suspensa por uma dessas emoções como temos tido, como a França sobretudo costuma causar-nos, e em que os olhos procuram ver, e os ouvidos ouvri, através do oceano. Não vamos a Portugal visitar como peregrinos os seus lugares históricos, nem vamos a Coimbra, mas fazemos talvez o melhor do que isso: formamos uma só família com o povo português, o que quer dizer que qualquer abalo mais forte da vossa pátria vibraria com força igual deste lado do Atlântico. Não vos limitastes a levantar um monumento que fale ao povo como uma só obra d'arte pode falar, sugerindo, inspirando, comovendo. O edifício está completo, a estrutura material está pronta, a alma, que há de animar. Que alma deve ser essa? Ela sai destas pedras, senhores. Deliberadamente, vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse gênero na América e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões é do infante dom Henrique. A alma deste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes Os Lusíadas. Elas deviam ser condecoradas com a ordem de Avis. Está aqui o espírito dos grandes reis que escreveram na espuma das ondas virgens a vossa odisséia.”¹⁴⁹

Os símbolos utilizados no prédio e o passado português são tidos por Nabuco como representativos também da cultura nacional brasileira. Há a defesa da cultura lusitana para a construção do nacional, ao invés da valorização excessiva da cultura francesa. Para Nabuco, o Gabinete Português e seu prédio sede seriam representantes dessa cultura lusitana que deveria ser valorizada. A escolha de Nabuco como orador oficial do evento corrobora a manutenção da valorização identitária que os integrantes do Gabinete pretendiam para seu instituto, além de também representar o respeito e até mesmo a incorporação de uma certa brasilidade.

Segundo seu discurso, o lusitano que aportava no Brasil, embora voltado para o trabalho árduo, cultivava algo da memória da grande nação ou império que fundaram, já os brasileiros, entretanto, valorizavam mais a cultura vinda de Paris. A festa promovida pelo Gabinete Português deverá servir como uma propaganda para o renascimento da valorização da língua portuguesa. O edifício que se erguera possuía quatro significados: era um monumento que lembrava a missão histórica dos portugueses; era um padrão de posse nacional, com o qual se clamava o domínio da língua portuguesa; era um culto a Camões; e por último, era símbolo da aliança intelectual luso-brasileira. O prédio do Gabinete

¹⁴⁹ Nabuco, Joaquim *Obras completas de Joaquim Nabuco. Escritos e discursos literário*”. São Paulo: Editora Nacional, 1939. Pp. 42-45 (grafia do texto atualizada)

Português serviria como um monumento para as duas nações, marcando sua união por intermédio da cultura e da língua.

“(..) os três traços desta criação: afirmação da pátria, reivindicação da língua portuguesa, centro da cultura camoneana. Há um quarto traço característico: a aliança intelectual luso-brasileira. Este monumento é um símbolo de fraternidade. Não se está vinculado irremediavelmente. Não se fazem benfeitorias tão importantes em casa alheia”¹⁵⁰.

Os dois eventos no final do século XIX reafirmam construções identitárias que estavam sendo delineadas ao longo da trajetória do instituto. Há permanentemente a ressalva nos discursos da idéia da relação de irmandade entre portugueses e brasileiros e a constante necessidade de se manter essa aliança pacificamente. O Gabinete manteria essa boa relação com o “país generoso” que acolhe os imigrantes portugueses, por não possuir finalidades políticas e ser composto de homens de trabalho alheios às disputas. Essa posição é reafirmada com o convite a Joaquim Nabuco para ser orador em 1888, além de demonstrar a permanência da influência nos poderes políticos do império brasileiro, que contou com a presença do imperador, da princesa Isabel e esposo. Há também uma ligação com o império português, marcado pelo ofício no ministro de Portugal e pelo telegrama do rei português, D. Luís I. Devemos lembrar que alguns dos integrantes do Gabinete Português recebem títulos distintivos do império lusitano.

A década de 80 foi marcada pelo crescimento do movimento abolicionista, contexto no qual se abordava também o fato de a colonização portuguesa ter introduzido a escravidão no Brasil. Em discurso quase defensivo, Ramalho Ortigão sobressai que os imigrantes portugueses que aqui chegaram estavam dando exemplos à raça branca a respeito do trabalho livre. Isto é, por mais que a escravidão negra tenha sido introduzida pela colonização portuguesa, a solução mediante trabalho livre estava sendo orquestrada pelos imigrantes portugueses que aqui aportavam ao longo de todo o século XIX.

O elo entre o passado colonial português e o Brasil estava manifesto na permanência da língua portuguesa na expressão da cultura de ambos os países. Diferentemente do que ocorrera em outros lugares, o Brasil não havia se tornado independente rompendo permanentemente com a antiga metrópole, mas sim atingido sua “maturidade” nacional. A

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 47

ligação entre o país e os imigrantes portugueses ocorria de forma mais completa do que com outros imigrantes, pois compartilhavam não apenas a língua, como também traços culturais comuns.

A idéia de uma escrita histórica para o Gabinete Português é constantemente trazida nos discursos do instituto. A homenagem constante aos idealizadores do Gabinete Português de Leitura e a partir daquele momento aos fundadores do prédio *manuelino* aparece constantemente nas assembléias e relatórios da instituição. O Gabinete Português seria representativo na história das associações portuguesas no Brasil pelas razões já citadas e frequentemente presentes nos discursos dos integrantes do Gabinete Português.

2.8 O Gabinete Português no período de acirramento do antilusitanismo

A sessão da diretoria de 26 de novembro de 1889 ocorre normalmente no instituto, sem nenhuma referência à proclamação da República. A primeira menção quanto às ações do novo governo ocorre em junho de 1890, quando na ata da diretoria ressalta-se que se não houvesse prorrogação do prazo da grande naturalização, a diretoria incorporada ao consulado português iria fazer a declaração. Esse tópico não reaparece nas sessões seguintes. Devemos lembrar que os consulados estrangeiros eram contrários à lei da grande naturalização imposta pelo governo republicano brasileiro porque a lei pressupunha que todo o estrangeiro que não se declarasse contrário à naturalização se tornaria automaticamente um “brasileiro”. O consulado português não era o mais combativo quanto à questão da naturalização, mas já deixara expressa a sua posição contrária à lei. Isto posto, a posição da diretoria do Gabinete Português era favorável à manutenção da nacionalidade portuguesa, ainda que aguardasse até o prazo máximo para fazer sua declaração. Entretanto, o Gabinete não participava das manifestações contrárias à promulgada lei.

Como visto, a reunião da assembléia deliberativa fica nove meses sem ocorrer, só voltando em 26 de junho de 1890. Curiosamente, nesta sessão, apenas assuntos internos são tratados, sem referência nenhuma à mudança da forma de governo brasileiro. Todavia, na reunião da diretoria de 19 de junho de 1890, o tesoureiro do instituto demonstra preocupação com as notícias referentes às colônias portuguesas na África e propõe que se deva sindicá-las o que há de verdade a este respeito. A demonstração é significativa, pois a diretoria estava ligada aos acontecimentos ao seu redor e as colônias portuguesas na África

estavam dentro de seu quadro de preocupação. Em 10 de julho do mesmo ano, a Sociedade Portuguesa de Beneficência envia um ofício convidando o Gabinete Português para participar da captação de recursos para a produção de um quadro “alegórico” para a assinatura da Constituição da república brasileira para ser oferecido ao primeiro Congresso republicano constituído. A diretoria do Gabinete resolve responder que em acordo com seu regulamento interno não era permitido o envolvimento em “negócios políticos”. Ainda assim, em agosto de 1890 o Gabinete confere a todos os ministros brasileiros o título de sócios honorários, conforme o artigo 51 do estatuto da instituição. No primeiro aniversário da proclamação da República, resolve que se proceda da mesma forma de outras festas nacionais, embandeirando e iluminando a frente do Gabinete Português durante três dias.

No relatório do Gabinete dos anos de 1889 a 1894 não há referência às mudanças políticas e nem a lei de grande naturalização. Nesse contexto de enormes transformações na sociedade brasileira, verifica-se no relatório a indicação do valor gasto no conserto da clarabóia do edifício ocorrido no período da Revolta da Armada¹⁵¹. Barros Martins escreve no Esboço Histórico do Gabinete Português¹⁵² que, enquanto a normalidade não era restabelecida, o Gabinete achou por bem encerrar suas atividades e guardar algumas obras raras do instituto no cofre pessoal do então presidente, Visconde de Carvalhais. Só após o fim do conflito é que se examinou a clarabóia e o telhado que haviam sido danificados. Contudo, no referido relatório, somente reafirma o elo entre as duas nações e a convivência pacífica no país. O prédio construído seria uma prova da solidariedade entre os portugueses e o Brasil, e os brasileiros seriam destacados doadores para a manutenção do Gabinete. Ainda que a cidade do Rio de Janeiro estivesse em conflito, a diretoria acreditava que isso não atingiria a instituição como vemos em um trecho do relatório: “podem rugir lá fora, no torvelinho das ruas, as tempestades, que o estrépito das suas violências não perturbará jamais a serenidade austera deste recinto sagrado”¹⁵³.

Parece não haver, portanto, envolvimento e repercussão para os integrantes do Gabinete quando a tensão antilusitana estava acirrada no Rio. Não há também um envolvimento

¹⁵¹ A Revolta da Armada foi promovida por unidades da marinha contrárias ao governo republicano de Marechal Floriano em setembro de 1893 e se estendeu até o Sul do país. Ainda que o prédio do Gabinete tenha sido atingido, não foi um movimento antilusitano. Sobre Revolta da Armada ver: Martins, Hélio Leôncio “A Revolta da Armada 1893-1894”. RJ: Biblex, 1997.

¹⁵² Martins, A. A. de Barros. *Esboço histórico*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal Commercio, 1913.

¹⁵³ Relatório do Gabinete Portuguez de Leitura 1889-1894. p.25.

destes de forma a protestar contra as agressões diretas aos imigrantes lusitanos. A reafirmação da irmandade entre os portugueses e os brasileiros no momento de tensão é a forma utilizada pelos integrantes do Gabinete para assegurar a manutenção da convivência pacífica entre as duas nações. O edifício *manuelino* é tido como um símbolo da presença lusitana na cidade e da contribuição trazidos por estes portugueses, assim como seu passado histórico. O Gabinete Português de Leitura, ainda que representativo para uma parcela da sociedade lusitana no Rio de Janeiro, não exercia dentro da comunidade portuguesa qualquer expressão de luta ou resistência política, permanecendo à margem da vida política. Como observamos, essa identidade pretendida e forjada ao longo do século XIX não exercia função de reivindicação, o que era típico de organizações políticas.

Procuraremos ao longo do terceiro capítulo trazer à luz o significado que essa instituição possui entre os brasileiros, ou seja, qual seria a “visão” do outro a respeito do Gabinete? Para tanto, nossa análise se fará mediante a seleção de periódicos de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro e de publicações voltadas para a comunidade portuguesa. Trata-se de entender em que medida a representação que o Gabinete constrói de si mesmo, como vimos no capítulo anterior, é a mesma que os brasileiros possuem do Gabinete e de seu papel na sociedade e nação brasileiras. Como as fricções entre as fronteiras luso e brasileira produzem, como resultado, modelos diversos de identidade num jogo de espelhos muitas vezes surpreendente, mesmo tratando de identidades “cultural e lingüisticamente irmanadas”. Tal constatação pode revelar muito sobre as formas de representação identitárias de comunidades imigrantes e o grau de tolerância ou intolerância observado na sociedade brasileira e nas interações entre brasileiros e imigrantes.

3.1 O Gabinete Português de Leitura visto de fora: uma instituição paradoxal

Vimos no capítulo anterior que o Gabinete Português de Leitura empreendeu enorme esforço no sentido de se auto-representar para a comunidade portuguesa e para a sociedade mais ampla como uma instituição representativa da grandeza cultural e política do Império português, com o objetivo de garantir uma imagem diferenciada daquelas elaboradas pela onda da lusofobia cultivada ao longo do século XIX, e especialmente no final do dito século. Vimos que o Gabinete não gozava, aos olhos da comunidade portuguesa, de grande simpatia, pois não cumpria propriamente uma função beneficente, tão relevante em uma comunidade estrangeira repleta de trabalhadores simples e de um modo geral iletrado. Essa instituição, como vimos, era muito mais um instrumento de reprodução da elite portuguesa, não necessariamente intelectual, e uma porta de entrada para o mundo da elite de corte.

No presente capítulo, buscaremos identificar como a imagem de si cuidadosamente elaborada pelo Gabinete Português, como representante da mais alta cultura portuguesa, uma espécie de instituição guardiã da glória e grandeza do império, foi efetivamente vista e reproduzida pela imprensa brasileira e pelo público letrado nacional. Para este fim, abordaremos neste capítulo a forma como os jornais de grande circulação do Rio de Janeiro representam o Gabinete Português de Leitura, tendo em vista quatro relevantes eventos realizados por essa instituição no final do século XIX: a fundação da pedra fundamental do prédio sede em 10 de junho de 1880; a homenagem póstuma ao Presidente do Gabinete Eduardo Lemos em 4 de outubro de 1885; a primeira inauguração do prédio em 10 de setembro de 1887; e a segunda inauguração do prédio em 22 de dezembro de 1888. Nestas datas, diversos periódicos voltados para a colônia portuguesa circularam na cidade e também abordaram os eventos ocorridos no Gabinete Português. Como era visto e reconhecido o Gabinete pelos periódicos na cidade do Rio de Janeiro?

O centenário de Camões teve como local principal de comemoração a cidade de Porto em Portugal. Diversas províncias de Portugal e de outros países também comemoraram este evento. O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro ao longo do mês de julho de 1880 descreve diversas comemorações que ocorreram em outros países, transcrevendo periódicos locais.

A comissão executiva de imprensa composta por João Carlos Rodrigues da Costa, Dr. Magalhães Lima, Jayme Batalha Reis, Luciano Cordeiro, M. Pinheiro Chagas, Eduardo

Coelho, Dr. Theophilo Braga, Ramalho Ortigão e Rodrigo Pinto Pequito, entre outros, foi acusada de manifestar tendências políticas no evento. Essa comissão publica, no *Jornal do Comércio* do Porto de 16 de junho de 1880, um manifesto agradecendo à população portuguesa pelas belas comemorações do centenário de Camões, afirmando que “longe das influências oficiais e até mesmo apesar delas, fizemos da homenagem a Camões a mais nobre¹⁵⁴”. O manifesto da comissão executiva gerou polêmica entre algumas folhas governistas e oposicionistas. Essa polêmica em torno do nome de Camões espelha a disputa por símbolos nacionais entre oposicionistas e governistas, presente na esfera política conturbada pela qual passava Portugal. Theóphilo Braga, republicano e principal organizador dos festejos a Camões em Portugal, propunha ser a celebração do tricentenário de Camões uma espécie de regeneração espiritual do país: “O centenário de Camões neste momento histórico, e nesta crise dos espíritos tem a significação de uma revivescência nacional”¹⁵⁵.

A comemoração ocorrida no Brasil e em especial a promovida pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro não teve propriamente esse viés político, apesar de ter sido presenciada pelos populares, como podemos observar com a descrição das ornamentações das ruas e casas, além dos anúncios comerciais que utilizavam o nome de Camões na promoção de seus produtos. Estudantes das Academias, principalmente a Politécnica e a de Medicina, reuniram-se na Rua do Teatro para uma marcha *aux flambeaux* que desfilou nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e teve presença da população do centro da cidade saudando os estudantes, o Brasil e Camões.

Em torno do evento das comemorações do terceiro centenário de Camões, diversas associações no Brasil promoveram seus festejos, dentre elas o Retiro Literário Portuguez, os Positivistas, organizadores da regata em Botafogo e o Gabinete Português de Leitura. Esses eventos tiveram lugar nos periódicos locais e nos periódicos voltados para a colônia portuguesa na cidade. O *Jornal do Comércio*, *A Gazeta de Notícias* e *A Estação* fizeram circular suplementos especiais dedicados ao poeta, com a colaboração de diversos

¹⁵⁴ *Jornal do Comércio* do Porto. 16 de junho de 1880. *apud* *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. 09 de julho de 1880, primeira página.

¹⁵⁵ CABRAL, A. *Notas oitocentistas* – I. Lisboa: Horizonte, 1980. pp. 59.

intelectuais da capital. O estabelecimento da pedra fundamental do edifício sede do Gabinete Português, no dia do terceiro centenário, também aparece nesses jornais.

D. Pedro II faz publicar na *Revista Brasileira*, no periódico *A Nação Portuguesa e na Tribuna do Comércio*, uma nota sua em homenagem a Camões:

“Representante da Nação Brasileira, e amigo das letras e de seus cultores, não hesito em anuir ao pedido de colocar o meu nome, entre os dos meus patrícios, que, na grinalda de versos consagrada a Camões, o maior gênio da língua falada por dois povos irmãos, cantor das maravilhas da navegação, a que devemos o nosso Brasil, conseguiram simbolizar os mais generosos sentimentos, imitando a exuberância viçosa e bela de um solo, cujas admiradas riquezas oferecemos cordialmente ao espírito industrioso de todas as outras nações. Estas palavras, escritas ao correr da pena, cingirão a formosa grinalda, ao menos, como laço de simpatia.
D. PEDRO II”¹⁵⁶

Há a justificativa “oficial” para as comemorações brasileiras do grande poeta português. A relação fraterna entre os dois povos, brasileiro e português, é dada através da língua portuguesa representada pela figura de Camões. A relação histórico-cultural entre as duas nações não só permitiria, mas também tornava o Brasil parte das comemorações do tricentenário camoniano. Entretanto as afinidades não se restringem somente ao passado em comum, e sim acenam com a abertura das “admiradas riquezas [que] oferecemos cordialmente ao espírito industrioso de todas as outras nações”. Neste particular, o imperador sublinha a presença no Brasil dos imigrantes portugueses como beneficiários de uma nação aberta aos povos industriais. É mais um aceno aos imigrantes do que propriamente à elite portuguesa.

O evento promovido pelo Gabinete Português no Teatro D. Pedro II em 10 de junho de 1880 teve seus ingressos disputados entre membros da elite carioca e integrantes do Gabinete Português, como analisado no segundo capítulo. Nas sessões de opinião muitas vezes observavam-se cartas assinadas por pseudônimos como, por exemplo, “*Muitos sócios que estão a ver navios*”, na *Gazeta de Notícias*, numa espécie de protesto dos que ficaram de fora das comemorações. Constatase, igualmente, a participação da intelectualidade

¹⁵⁶ *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, v. 4, p. 357, 1880; *A Nação Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typ. Imprensa Industrial, Ano II, 16 de junho de 1880 e *A Tribuna do Comércio* de 18 de junho de 1880, este último reproduz a nota publicada na *Revista Brasileira*.

carioca no evento, como a poetisa Adelina Amélia Lopes Vieira, o escritor Rozendo Moniz Barreto, o político e escritor Barão Homem de Mello, entre outros.

A *Revista Ilustrada*, de orientação político-satírica, publica uma seqüência de charges a esse respeito nos números 211 e 212 de 1880¹⁵⁷. A capa do nº211 da Revista Ilustrada traz um vulcão em erupção e de suas lavas saem símbolos constantemente remetidos ao evento do terceiro centenário, como, por exemplo, a pedra fundamental do Gabinete, a edição de Os Lusíadas, as bandeiras do Brasil e de Portugal, o busto de Camões, entre outros. A legenda do desenho anuncia o que virá a ser o grande evento a Camões, “uma verdadeira erupção de entusiasmos”. Nesta mesma edição, há uma referência direta e satírica ao fato da grande procura por ingressos para o terceiro centenário e eles não estarem mais à venda. Há a representação de um homem, caracterizado como pertencente à elite, antecipando-se na compra de um bilhete para o próximo centenário. A forma jocosa de representar a procura por ingressos do evento em homenagem a Camões e promovido pelo Gabinete Português de Leitura, demonstra o envolvimento da sociedade carioca no evento e a grande inserção do Gabinete Português nesta celebração.

O número seguinte da *Revista Ilustrada* destaca um desenhista debruçado em sua mesa, com diversos ajudantes menores ao seu redor, dois deles colocando uma inscrição afirmando que o desenhista irá reproduzir toda a festa do centenário e suas personalidades. Embaixo da figura tem uma legenda “metti me em camisa de 11 varas!¹⁵⁸”. Os festejos do terceiro centenário era um acontecimento da cidade e sua cobertura pela revista, apesar de trabalhosa, era anunciada e necessária para o público leitor. Nesta mesma edição da revista, o evento realizado na enseada de Botafogo é representado de forma grandiosa, ocupando duas páginas e trazendo a imagem de Camões junto a outras personagens, observando os festejos. Outra representação presente no desenho na forma de nuvem une a imagem de D. Pedro II ao do rei de Portugal, D. Luiz I, assim como bustos com características portuguesas. A legenda refere-se ao orgulho de Camões com o evento. A relação próxima entre os dois países, Brasil e Portugal, fica explícita neste desenho. A página 8 desta edição traz ainda a referência à exposição camoniana promovida pela Biblioteca Nacional. Ambos os eventos, em especial o realizado na enseada de Botafogo,

¹⁵⁷ As reproduções das charges dos números 211 e 212 estão em anexo à dissertação.

¹⁵⁸ Essa expressão significa “estar metido em um grande problema”.

tiveram ampla participação popular, o que fez com que tivessem um maior destaque na revista. Já o evento promovido pelo Gabinete é representado pelo seu significado, porém, contém uma crítica sutil aos que procuravam por ingressos, como visto na charge referente à compra de ingressos antecipados para o próximo centenário.

A promoção da festa do terceiro centenário de Camões realizada pelo Gabinete Português recebe o apoio da Sociedade União Commercial dos Varejistas de Seccos e Molhados¹⁵⁹. Como visto, grande parte dos integrantes da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro era composta de comerciantes locais que também integravam os quadros da instituição. Além da presença de portugueses no comércio, o terceiro centenário de Camões mobilizou a participação de lojas e restaurantes que divulgavam, por meio de seus produtos ou de enfeites decorativos, o nome do poeta português. Observa-se um grande envolvimento dos comerciantes com um evento do terceiro centenário de Camões, pois que beneficiava a própria imagem do português comerciante e proprietário junto à comunidade nacional.

A *Revista Illustrada* traz ainda a transcrição da participação do Senado no terceiro centenário de Camões. O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro apresenta um convite ao Senado para que este compareça à festa em homenagem ao poeta português. A revista ressalta que o posicionamento político quanto aos portugueses fica evidenciado pela questão do tricentenário: as homenagens aos “literatos” portugueses, em um país de língua portuguesa, não poderiam deixar de serem feitas. Oficialmente a homenagem a Camões no senado restringiu-se à suspensão da sessão do dia 10 de junho.

Mantendo a forma satírica, a *Revista Illustrada* do dia 19 de junho afirma quanto ao evento do terceiro centenário de Camões:

“Esta semana não teve história própria: foi consagrada ao ócio e ao descanso, e o pouco que viveu, viveu-o da vida festiva da outra, como verdadeira parasita que foi. Cada um achou-se cansado de tanta festa, e guardou o seu entusiasmo e a sua casaca, para ficar em casa e resmoer o centenário de Camões, a estirar-se, lendo os suplementos comemorativos das folhas diárias, bocejando e finalmente dormindo ...

Nós temos o fôlego mais curto do que o fôlego do Criador: Deus só descansou depois de uma semana de trabalho; nós espreguiçamo-nos, estremunhados, ao quarto dia de festejos e de entusiasmo. E, eu confesso, nunca vi tanta resistência, tanta

¹⁵⁹ Jornal do Commércio, 01 de junho de 1880, página 02.

atividade, nem tamanha sede de festas, no Rio de Janeiro, em homenagem a um homem que nem sequer nos pode agradecer. Os poetas debulharam-se em alexandrinos, o comércio em luzes, o povo em contentamento. Desde o dia 8, já não havia luvas nem rimas no mercado: oferecia-se um conto de réis por um camarote no Pedro II, e dez contos por uma rima para espírito... S. M. destinou algumas linhas à publicidade; os jornaes não se fizeram representar pelos reporteres, e o *Jornal do Commercio* provou que possuía casaca – ao todo: tres estreias de sucesso...”¹⁶⁰

Segundo a *Revista Illustrada*, a realização do evento de forma “esplendorosa” se deve ao Gabinete Português de Leitura. Ao instituto também está relacionada à fundação do novo edifício, à publicação de *Os Lusíadas*, o estudo de Ramalho Ortigão, a peça de Machado de Assis, as composições de Leopoldo Miguez, Arthur Napoleão e Carlos Gomes, assim como o discurso de Joaquim Nabuco. Seria, portanto, o Gabinete Português o grande responsável pela bela homenagem a Camões e pela grande mobilização ocorrida em torno do evento. A ligação entre a homenagem a Camões e o lançamento da pedra fundamental do prédio do Gabinete é inseparável na revista. Tal associação não ocorre de forma explícita nos outros periódicos. Ainda que a Biblioteca Nacional tenha organizado a Exposição Camoniana, é o evento promovido pelo Gabinete Português no Teatro D. Pedro II a referência constante quanto à mobilização da sociedade carioca. O edifício do Gabinete Português, a edição de *Os Lusíadas* e a manifestação positivista¹⁶¹ são:

“atestados duradouros de tão justa admiração por aquelle que até conseguiu apagar todo os preconceitos nacionaes, originados pelas luctas da independência, dando ao sentimento da continuidade historica uma viveza até então desconhecida”¹⁶².

A promoção do Gabinete Português unida à manifestação positivista possibilitaria que os antigos ruídos, preconceitos e desavenças dos brasileiros contrários aos portugueses fossem apagados. A significação da festa, por conseguinte, ultrapassaria a homenagem a Camões e exerceria um papel renovador da aliança entre os dois povos, e da continuidade histórica que marca a relação desses dois povos desde a colonização, segundo a revista.

¹⁶⁰ Revista Illustrada, Rio de Janeiro, n. 212, 19 de junho de 1880, página 2.

¹⁶¹ Raimundo Teixeira Mendes, Cipriano de Carvalho e José do Patrocínio organizam um evento em homenagem a Camões em 10 de junho de 1880, considerado pela Revista Illustrada como um evento brasileiro em homenagem ao poeta português. Mesmo ocorrendo no mesmo dia, a festa promovida pelo Gabinete Português e pelo grupo positivista não são concorrentes, havendo troca de homenagens de ambos nos dois eventos.

¹⁶² Revista Illustrada. *Ibid*, p. 02.

O *Jornal do Commércio* publica uma edição especial em homenagem ao poeta português no dia do terceiro centenário de Camões. Diversos políticos eminentes escreveram para o jornal neste dia. A participação brasileira no evento é ressaltada em diversos textos, tendo como destaque a primeira página:

“Se homens como Camões podem pertencer a uma única nação, não é elle mais Portuguez do que Brasileiro. Uma só origem, uma só pátria, uma só história teve o povo até que se dividiu em dous; não havia até então mais Portuguezes e Brasileiros do que ainda hoje há Alvargos e Transmontanos, Pernambuco e Rio-Grandenses. (...) Se como nosso queremos festejar Camões, legitimamente o fazemos; e, se mais pode elle ser de uns do que de outros, o será d’aquelles que melhor souberem preza-lo”¹⁶³.

Reinaldo Carlos Montoro e Manoel de Mello, membros do Gabinete Português de Leitura, ressaltam o papel da instituição nos festejos a Camões. Ainda assim, o estabelecimento da pedra fundamental do edificio sede do Gabinete e o evento promovido pela instituição no Teatro D. Pedro II, não são peças fundamentais na homenagem ao poeta português no suplemento especial do *Jornal do Commércio*. A homenagem ao poeta português é realçada em função da participação dos intelectuais brasileiros na edição especial.

O cerimonial do assentamento da pedra fundamental do edificio do Gabinete Português foi detalhadamente descrito na publicação do dia 11 e 12 de junho do *Jornal do Commércio*. O discurso proferido pelo primeiro secretário, Ramalho Ortigão, assim como o auto do assentamento proferido pelo presidente da instituição, Eduardo Lemos, foram transcritos na íntegra. O destaque dado pela presença do imperador do Brasil e por políticos influentes no império demonstra o prestígio da instituição que é ressaltada com viés importante pelo *Jornal do Commércio*.

Conforme visto no segundo capítulo, Ramalho Ortigão sublinha em seu discurso no dia 10 de junho questões históricas internas à instituição e à união entre os imigrantes lusitanos e os brasileiros no crescimento do Brasil. A valorização da presença lusitana, da sua importância na sociedade brasileira e de sua contribuição para o crescimento nacional está presente no *Jornal do Commércio* a respeito dos festejos a Camões.

¹⁶³ *Jornal do Commércio*, edição especial, 10 de junho de 1880, 1ª página.

O evento no teatro D. Pedro II, organizado pelo Gabinete Português, ganha destaque especial na publicação do dia 11 e 12 de junho. Após descrição geral dos presentes e de sua organização espacial, o periódico destaca as associações que se fizeram representar com estandartes e coroas de flores, e o reconhecimento do evento com o recebimento de telegramas de felicitações ao Gabinete e nas ornamentações das ruas.

A postura do *Jornal do Comércio* nos eventos ocorridos no dia 10 de junho varia entre a reivindicação também para os brasileiros do direito legítimo de homenagear Camões, até o relato com poucos adjetivos, mas com um tom de valorização, às homenagens a Camões, dentre elas o assentamento da pedra fundamental e o evento realizado no teatro D. Pedro II. Devemos lembrar que o destaque dado ao assentamento da pedra fundamental do Gabinete Português de Leitura não era muito comum para eventos desta natureza¹⁶⁴, fato que torna ainda maior a evidência de que essa instituição gozava de prestígio na sociedade de corte e que fora bem sucedida a estratégia de aliar o estabelecimento da pedra fundamental ao terceiro centenário de Camões.

A *Gazeta de Notícias* manteve uma abordagem igual à do *Jornal do Comércio* quanto à comemoração do tricentenário de Camões. As declarações e notas referentes às ornamentações das ruas e ao fechamento do comércio no dia 10 de junho estão presentes constantemente no início de junho no periódico. A programação dos eventos ocorridos no dia 10 também é publicada no jornal. Não devemos esquecer que o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias* eram jornais de grande circulação no período e exerciam função informativa para o público leitor. A *Gazeta de Notícias* possuía um viés antiabolicionista e positivista, tendo José do Patrocínio como um de seus colaboradores. Não sem motivo, a festa do “Theatro Gymnásio” promovida pelo grupo é descrita como a perfeita representação simbólica pretendida pelos organizadores, assim como a tradução do “pensamento de solidariedade e continuidade humana que dominará a festa¹⁶⁵.”

O estabelecimento da pedra fundamental e a publicação de *Os Lusíadas* pelo Gabinete Português de Leitura são mencionados de forma indireta no especial de 10 de junho, inseridos em notas a respeito de outros assuntos. A referência à pedra fundamental é feita,

¹⁶⁴ Neste mesmo ano o *Club Gymnástico Portuguez* estabeleceu a pedra fundamental de seu edifício, não tendo a mesma repercussão nos periódicos como a observada para o Gabinete Português de Leitura.

¹⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, 11 e 12 de junho de 1880, página 02.

por exemplo, em uma nota sobre a União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados e a inauguração de seu estandarte no evento do Gabinete.

A publicação da *Gazeta de Notícias* de 12 de junho aborda mais especificamente os eventos ocorridos no dia 10 e 11 de junho. Em nota intitulada “Terceiro Centenário de Camões”, a *Gazeta de Notícias* faz referência direta às comemorações em homenagem ao poeta português. A celebração ocorreu tanto para os portugueses como para os brasileiros, conforme relata o periódico. As principais ruas da cidade foram enfeitadas e continham versos do poeta. Os festejos tiveram início com o lançamento da pedra fundamental do edifício do Gabinete Português de Leitura, contando com a presença do imperador, além das corporações científicas e literárias. A descrição dos eventos ocorre de forma similar ao *Jornal do Comércio*, reproduzindo os mesmos discursos dos integrantes do Gabinete Português. Além deles, a *Gazeta de Notícias* transcreve o discurso inaugural da *Exposição Camoniana* do bibliotecário da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão, que versava sobre a importância de Camões para a formação da língua portuguesa e para a história da humanidade.

Quanto ao evento promovido no teatro Pedro II, o jornal descreve:

“Executado com a mais escrupulosa exatidão o programma, terminou assim a festa organizada pela directoria do Gabinete Portuguez de Leitura que deve n’este momento justamente ufanar-se por ver acompanhado em tão grandioso intuito por uma população inteira, que a ella aliou-se para commemorar uma grande data e dar um brilhante manifestação de que, a par das mais civilizadas, tambem sabe comprehendes tudo quanto é grande , nobre e generoso.”¹⁶⁶

Homenagear Camões da forma como foi feito pelo Gabinete Português representava se aproximar das nações mais civilizadas. Não somente o poeta português era merecedor dessas manifestações, como também, fazê-las com apoio popular era uma evidência de que o Brasil se assemelhava às grandes civilizações. A festa, portanto, não ficou restrita a um grupo de intelectuais. Expandiu-se também à população brasileira admirada com a grandeza dos eventos realizados pelo Gabinete Português de Leitura.

O periódico quinzenal *A Estação* publica uma edição especial em homenagem ao poeta português. Esta edição recebe a contribuição de inúmeras personalidades da literatura e política brasileira, como por exemplo: Machado de Assis; Joaquim Nabuco; Sílvio Romero;

¹⁶⁶ *Gazeta de Notícias*, 11 e 12 de junho de 1880, página 02.

Arthur Azevedo; Lopes Trovão; Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan; entre outros. A união e o passado em comum entre os dois países são temas recorrentes nos textos deste especial. Sílvio Romero aprofunda sua análise abordando a influência de Camões na formação da nação brasileira e sua importância para a produção intelectual nacional. O discurso de valorização da cultura lusitana não se distancia do proferido no Gabinete Português de Leitura, como visto no primeiro capítulo. Outros exemplos deste discurso de união entre os dois países neste aspecto podem ser identificados nos textos do conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan e de Guilherme Bellegarde. O primeiro escreve:

“Politicamente separados de Portugal, nem assim temos perdido as honrosas tradições da antiga metrópole, e a grata recordação do vale distinto que cantou suas glórias e os efeitos heróicos de nossos avós”¹⁶⁷.

O segundo autor ressalta a confraternização conjunta e a representação de Camões para a história mundial:

“No dia em que Portugal e Brazil confraternizaram na celebração do terceiro centenário da morte do maximo poeta da Europa no século XVI, vamos desenterrar o verdadeiro poema da aliança entre Ocidente e Oriente”¹⁶⁸.

A edição de 30 de junho de 1880 do periódico *A Estação* afirma terem sido deslumbrantes as festas a Camões. Fazendo descrição do assentamento da pedra fundamental do edifício do Gabinete, o periódico ressalta ter sido o dia escolhido simbolicamente em decorrência do terceiro centenário do poeta. Apesar de constantemente o assentamento da pedra fundamental do Gabinete ser citado pelos outros periódicos, a ligação simbólica entre a data do terceiro centenário e o evento de assentamento da pedra da instituição não é realçada. A intenção dos dirigentes do instituto com a escolha da data ocorre de forma “natural”, sem grande destaque para os demais periódicos. Essa construção simbólica além de pretendida pelos integrantes do Gabinete, reserva um lugar de destaque para o instituto como representante da “cultura lusitana”.

O periódico *A Tribuna do Comércio: órgão da colônia portuguesa no Brasil* homenageia especificamente os integrantes do Gabinete Português de Leitura pela promoção do terceiro centenário de Camões.

¹⁶⁷ *A Estação*. Edição Especial. 10 de junho de 1880

¹⁶⁸ *Ibid.* p.2.

“Se tantos não fossem já os títulos nobilitantes que recomendam a veneração da pátria e da colônia portuguesa residente neste país, os ilustres e denotados nomes dos conspícuos membros da atual diretoria do Gabinete Português de Leitura, o modo patriótico e entusiástico porque se revelaram na grande festa do tricentenário do imortal cantor das glórias portuguesas, Luiz de Camões, por si só bastaria para torná-los carecedores do seu eterno reconhecimento.

Os srs. Ramalho Ortigão, Eduardo de Lemos e comendador Boaventura Gonçalves Roque, os esplendentes ornamentos daquele importantíssimo grêmio, iniciador da grandiosa idéia dos festejos de comemoração, nesta corte, foram com efeito, os mais devotados se mostraram à realização desta idéia. E certamente deve-lhes assistir o consolo de que todos os seus afanosos esforços foram coroados do mais brilhante êxito, por isso que a festa esteve na altura do seu fim, sendo uma das esplendidas até então efetuadas, já por parte do mesmo Gabinete, já por parte do público, em geral, que mostrou deveras entusiasmo.

A Tribuna do Comércio, querendo significar o alto preito que rende a tão nobilíssimos cidadãos, como intérpretes dos sentimentos da Colônia Portuguesa, residente nesta corte, dirige-lhes daqui as suas sinceras felicitações e passa a dar detalhada resenha de todas as festas que tiveram lugar durante, os dias 10, 11, 12, e 13 do corrente, como grande regosijo de uma nacionalidade agradecida ao maior dos seus vultos pensadores.¹⁶⁹”

*A Tribuna do Comércio: órgão da colônia portuguesa no Brasil*¹⁷⁰ era um periódico voltado para a colônia portuguesa, como o próprio nome indica. O formato dos periódicos étnicos não era muito distinto do empregado em outros periódicos da cidade do Rio de Janeiro no período¹⁷¹. Segundo Carla Mary Oliveira¹⁷², as publicações produzidas para colônias de imigrante no final do século XIX, em especial a colônia portuguesa no Rio de Janeiro, eram voltadas para os trabalhadores rurais ou urbanos de baixa renda. Somente na primeira década do século XX é que surgiram publicações no formato de revista voltadas para a classe média. Entretanto, mesmo no formato de periódicos, a leitura de publicações voltadas para a colônia abrangia todos os setores sociais, visto que não havia muitas outras

¹⁶⁹ *Tribuna do Comércio*, 18 de junho de 1880.

¹⁷⁰ Há a modificação da epígrafe a partir de 8 de agosto de 1880 para “Órgão da Lavoura e Colônia Portuguesa”.

¹⁷¹ Oliveira, Carla Mary S. “Saudades de além-mar: considerações preliminares sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da Revista Lusitana (1920/1934)”. *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, n. 18, set. 2002, p. 33-53. Para um estudo específico a respeito da produção de periódicos e de revistas no final do século XIX e início do XX; ver: MARTINS, Ana Luíza. “Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República, São Paulo (1890-1922)”. São Paulo: Edusp/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

¹⁷² *Op. cit*

opções de informação diária. Até o início do século XX, a leitura de periódicos voltados para a comunidade étnica, não excluía a leitura de outros periódicos. É provável que a escolha feita pela elite da comunidade lusitana de um ou outro periódico ocorresse mais pelo conteúdo ou enfoque abordado e menos pela forma de apresentação. Por conseguinte, a descrição nominal dos integrantes do Gabinete Português, participantes da organização dos festejos a Camões, é uma forma de reconhecimento individual dentro da própria comunidade, apesar de estes já possuírem títulos distintivos, conforme o próprio periódico menciona. Ramalho Ortigão, Eduardo Lemos e Boaventura Gonçalves Roque teriam sido “intérpretes dos sentimentos da colônia portuguesa” e conseqüentemente a festa promovida pelo Gabinete Português corresponderia de forma uníssona à postura da colônia lusitana. A contestação quanto ao orador da festa, Joaquim Nabuco, não é mencionada pela *Tribuna do Comércio*, mesmo tendo partido de eminentes integrantes da colônia portuguesa no Rio de Janeiro.

A descrição do terceiro centenário de Camões inicia com a pedra fundamental do prédio do Gabinete, considerando-a também como um ato significativo para o enaltecimento do poeta português. A presença da população nos eventos do terceiro centenário é ressaltada pelo periódico como forma de afirmar o apoio e grande participação popular neste intento.

O periódico *A Nação Portuguesa: Deus, pátria, lei, ordem, progresso e liberdade. Órgão dedicado aos interesses portugueses na América do Sul*, que também era voltado para a colônia lusitana, publica, em 16 de junho de 1880, as comemorações do terceiro centenário de Camões. Especificamente quanto à comemoração no Brasil, o periódico ressalta o lado fraternal da relação dos dois povos e a possibilidade de alterar as barreiras políticas erguidas após a independência do Brasil. A união entre os lusitanos e brasileiros, simbolizada na comemoração do poeta português, seria uma forma de melhorar a relação dos dois países.

“O Terceiro centenário de Camões.

O tri-centenário de Camões veio pôr evidência um facto histórico que, hoje, já não pode ser contestado: a fraternização do povo portugueses e do povo brasileiro.

Dotados da mesma língua, crenes da mesma fé religiosa, quinhorados do mesmo character, das mesmas aspirações inspirados já eramos irmãos!

No entanto, o amor que os unificava no mesmo grupo humano, na mesma família social, não se havia ainda revelado na

fórmula luminosa e esplendida em que patenteou ante o vulto lendario da nossa litteraruta: Luiz de Camões.

Pois bem: diante do primeiro épico das cinco partes do universo em que se falla o idioma portuguez, o sentimento de solidariedade que estreita os dous povos no mesmo laço fraterno affirmou-se lucidamente na synthese concisa e eloquente de um axioma victorioso. É uma esperançosa promessa de que as barreiras politicas que se erguem como muralhas tenebrosas entre os dous povos hão de ruir por terra na planície já explorada do passado...

É essa a nossa convicção em presença do papel que o proprio *estado* desempenhou na festa camoniana.

Sim!... diga-se bem alto para honra dos dous povos irmãos: o governo do Brazil fez do dia em que Portugal celebrava o tricentenario do seu poeta eleito um dia de verdadeira festa nacional! fechando as suas repartições.

E teve razão de concorrer com nosco nesta grandiosa homenagem posthuma, para que o Brazil tem a historia do seu passado da historia de Portugal. ”¹⁷³

Uma característica presente no periódico *A Nação Portuguesa* era a abordagem majoritária de assuntos oriundos de Portugal, o que o distinguia da *Tribuna do Comércio*. No entanto, essas duas publicações aproximam suas análises quanto à representação significativa da união entre brasileiros e portugueses na comemoração do terceiro centenário de Camões. A legitimidade de se comemorar no Brasil o terceiro centenário é enfaticamente defendida nos dois periódicos. Como vimos, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados têm suas sessões do dia 10 de junho suspensas em homenagem ao poeta português, entretanto não é verdadeira a afirmação de que o Brasil tenha feito deste dia uma festa nacional. Ainda assim, o periódico *Tribuna do Comércio* destaca a suspensão das sessões dos poderes legislativos brasileiros.

O evento organizado pelo Gabinete Português de Leitura volta a ser noticiado, em 3 de fevereiro de 1881, na Gazetilha do *Jornal do Comércio*, em um retrospecto político do ano de 1880, o que ressalta ainda mais a importância do evento ocorrido no terceiro centenário de Camões e os atos de participação do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

¹⁷³ *A Nação portuguesa*. Rio de Janeiro: Typ. Imprensa Industrial. Ano II – 16 de junho de 1880, 1ª página. Apesar de constar na publicação que este periódico está em seu segundo ano, não há outros exemplares disponíveis nas bibliotecas pesquisadas. Ainda que este número não faça menção específica quanto à festa promovida pelo Gabinete Português, consideramos o discurso produzido a respeito do terceiro centenário significativo para a análise das formas de construção empregadas em torno deste evento. Neste número, dentre notícias provenientes de Portugal, há a menção à chegada do busto de Camões encomendado pelo Gabinete Português, o que demonstra o reconhecimento desta instituição dentro do quadro de instituições lusitanas no Brasil.

“Retrospecto político de 1880.

Brazil

(conclusão.)

(...)

Não só a cidade do Rio de Janeiro, mas muitos outros pontos do império, pagarão a Luiz de Camões, o épico, immortal da nossa língua, no memoravel dia 10 de junho de 1880, tricentenário da morte do poeta, o preito de admiração devido a um dos maiores gênios com que se illustrão os fastos da humanidade. Jamáis uma demonstração terá revelado melhor a vitalidade intellectual de um povo do que essa com que o Brasil se associou à antiga metrópole na sua expansão de justiça e de patriotismo em honra do grande pensador, que deixou nos *Lusíadas* uma das obras mais portentosas do engenho humano, e a um tempo a síntese mais elevada alma de uma nação.

(...) A honrosissima iniciativa do Gabinete Portuguez de Leitura produzio resultados que erão para esperar de intelligentes esforços, encaminhados com perseverança e com a mais nitida consciencia do alto valor moral da nobre homenagem.

A benemerita associação assignalou por diversos modos o dia 10 de junho de 1880. Lançou a pedra fundamental de um vasto edificio que se destina a opulenta bibliotheca; celebrou uma esplendida festa no Theatro Imperial; fez cunhar uma medalha comemorativa do tricentenario e deu à estampa uma luxuosa edição dos *Lusíadas*, verdadeiro monumento litterario, prefaciada pelo distincto escriptor portuguez, Sr. Ramalho Ortigão, e acompanhada de um *Glossario*, devido a eruditissima critica do Sr. Adolpho Coelho.

(...)

Com estas e numerosas outras demonstrações pagamos, brasileiros e portugueses, a imensa dívida de dois povos para com o homem que nos deu em uma língua polida um dos mais preciosos instrumentos da literatura moderna, e nos *Lusíadas* o poema por excelência dessa língua.”¹⁷⁴

Diferentemente de como ocorrera na descrição do evento pelo *Jornal do Commércio*, em 12 de junho de 1880, o assentamento da pedra fundamental do edificio do Gabinete Português e a publicação de Os Lusíadas são postos como atos em homenagem ao poeta lusitano. Coube também ao Brasil o pagamento da dívida com o poeta português, feito em parceria com a “antiga metrópole”. Logo, a ação do Gabinete Português quanto ao terceiro centenário possibilitou que houvesse um claro envolvimento dos brasileiros na comemoração e guardou um lugar de destaque para a instituição lusitana.

O relatório do Gabinete do ano de 1880 foi base de informação para diversos periódicos em maio de 1881. A matéria publicada no *Jornal do Commércio*, em 13 de maio do referido ano, enaltece a diretoria do instituto, reafirma o brilhantismo da festa em

¹⁷⁴ *Jornal do Commércio*, 3 de fevereiro de 1881, página 01.

homenagem a Camões e o orgulho de brasileiros e portugueses pelo ocorrido. Novamente o papel do Gabinete Português é realçado pelo periódico.

“Um sucesso capital illustrou a historia do *Gabinete Portuguez de Leitura* no ultimo anno, honrando altamente a instituição e a intelligente e prestante directoria a que coube a fortuna de a dirigir então. (...)

O dia 10 de junho de 1880 ficará inscripto nos (sic) do *Gabinete Portuguez de Leitura* como uma festa que elle pode lembrar com o mais legitimo orgulho de ter cumprido uma grande missão. O relatório (sic) modestamente desse facto, sem o amesquinhar nem (sic), mas como era natural, limita-se a relatar. A todos nós, Brasileiros e Portuguezes, testemunhas do zelo infatigável, da dedicação enexcedível e da iniciativa esclarecida com que a directoria planisou e levou a effeito, no meio do applauso geral e com o concurso de toda a população, a apothose do cantor dos *Luzíadas*, é que cabe fazer justiça aos sacrificios e prolongados trabalhos que essa glorificação custou a alguns homens de rija vontade, ardentemente compenetrados da responsabilidade que havião tomado aos hombros. Esta justiça, porém, está feita. Por consenso unanime a directoria do *Gabinete Portuguez de Leitura* tornou-se benemerita da gratidão pública; ella ligou immorredouramente o seu nome a um acontecimento litterario de eminentissimo vulto”¹⁷⁵.

O editorial da *Gazeta de Notícias*, em 13 de maio de 1881, inicia seu texto afirmando a modificação para melhor do Gabinete Português e a própria colônia portuguesa no Rio de Janeiro. A modificação trazida pelo Gabinete também influenciou os brasileiros de forma comprovada pela comemoração do centenário de Camões. Assim como a Gazetilha do *Jornal do Commércio*, o editorial da *Gazeta de Notícias* baseia-se no relatório de 1880 para fazer seu texto sobre o Gabinete, inclusive acrescentando os números de livros e freqüentadores do instituto.

O jornal *O Cruzeiro*¹⁷⁶ publicou um vasto boletim com o título Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro. Já no início do texto, o boletim procura definir as características da raça portuguesa em sua colonização. Por ter a raça portuguesa um alto grau de cosmopolitismo, adaptabilidade, associativismo e assimilacionismo com permanência das características étnicas, pôde difundir-se em todo o mundo. O boletim afirma ser o Gabinete Português a mais antiga, a mais útil e a mais honrosa instituição portuguesa no Brasil, apesar da ausência do apoio de muitos. Se as demais instituições portuguesas no Brasil

¹⁷⁵ Jornal do Commércio, 13 de maio de 1881

¹⁷⁶ Boletim do Cruzeiro, nº 131, de 13 de maio de 1881 *apud* Terceiro Centenário de Camões. Juízo da imprensa do Rio de Janeiro de 1880. Rio de Janeiro, Typ. Moreira, Maximiano & C. 1881. p 09-19.

possuíssem uma diretoria organizada e interessada como a do Gabinete Português, talvez pudessem formar uma confederação com possibilidade de ajudar o governo português, segundo o boletim. O autor do texto defende, inclusive, que deveria haver uma maior valorização das instituições culturais, pois elas, muitas vezes, não são consideradas proveitosas como auxílio aos imigrantes portugueses e pelo governo português. Por conta disso, uma pequena parte dos imigrantes se associa a essas instituições. Vale ressaltar que o boletim amplia a análise a respeito do Gabinete Português de Leitura e seu envolvimento nos festejos a Camões mediante uma avaliação benéfica da colonização lusitana. O Gabinete estaria inserido nesse anseio “natural” de associação do povo português. A federação dessas associações, mesmo distantes de Portugal, seria uma opção para a situação política desfavorável pela qual passava o país.

O boletim afirma ainda que a construção de um prédio para abrigar a biblioteca do Gabinete consiste em ato fundamental para preservar a segunda mais importante biblioteca do reino. Essa informação é dada com base em uma estatística semi-oficial extraída do *Império do Brasil na Expos* de 1876, a respeito das bibliotecas do Rio de Janeiro. O estilo do prédio também é considerado pelo boletim como um marco da cultura portuguesa e um símbolo de sua grandiosidade na cidade. O texto, apesar de ter como base o relatório de 1880, demonstra um profundo conhecimento da história da instituição colocando dados que ultrapassam as informações contidas no relatório e a festa do terceiro centenário de Camões.

As notícias publicadas nos três jornais brasileiros mediante relatório anual do Gabinete demonstram duas questões relevantes: 1) o Gabinete possuía uma forma de divulgação regular de suas ações, com o envio de seus relatórios para os jornais; 2) a instituição, mesmo nove meses após a promoção de um grande evento, permanece valorizada como notícia. A diretoria do Gabinete tinha a preocupação de divulgar suas ações, seja como forma de legitimar seu trabalho, seja para angariar novos sócios para a instituição, ou até mesmo para destacar seus integrantes. A publicação nesses periódicos, após nove meses, é significativa por demonstrar que o Gabinete, talvez mais do que seus próprios integrantes pensavam, estava inserido dentro do cotidiano da cidade e era valorizado por suas ações, corroborando com isso a identidade pretendida pelos integrantes do Gabinete.

3.2 Falecimento e homenagem ao presidente do Gabinete, Eduardo Lemos

O falecimento de Eduardo Lemos não teve grande repercussão nos periódicos da cidade. Contudo, a homenagem feita a ele no Gabinete Português de Leitura obteve destaque nas principais publicações da cidade¹⁷⁷. O *Jornal do Comércio*¹⁷⁸ publica, em 5 de outubro de 1885, um texto com o nome “Gabinete Português de Leitura”, no qual transcreve parte da carta dos doadores do busto, informa que alguns integrantes do evento discursaram em homenagem a Eduardo Lemos, com destaque ao ministro de Portugal e ao Conde de São Salvador de Mattosinhos. A participação de Eduardo Lemos no auxílio às vítimas de inundações em Portugal, posta pelo Conde de São Salvador de Mattosinhos, é citada na matéria. Em relação ao discurso de Ramalho Ortigão, o *Jornal do Comércio* afirma que ele agradeceu às pessoas presentes, especialmente os brasileiros e o ministro de Portugal, assim como afirma que o ministro português ao findar a sessão agradeceu nominalmente aos brasileiros presentes.

A matéria que saiu no *Diário de Notícias*¹⁷⁹ sobre o evento no Gabinete foi mais rica em descrições e deu maior ênfase à inauguração do busto de Eduardo Lemos. O jornal transcreve um trecho do discurso de Antônio Joaquim Coelho da Silveira, renomado comerciante português, e os nomes dos doadores do busto, além de fazer comentários adjetivados a respeito dos discursos de Ramalho Ortigão e do Conde São Salvador de Mattosinhos. Quanto ao discurso do ministro de Portugal, o *Diário de Notícias* assinala que ele não se achava ali somente por estima pessoal, mas também para cumprir instruções de seu governo em manifestar apreço às associações que distantes da pátria acrescentam valor ao nome português. A rede de relações que os membros do Gabinete Português integravam pode ser aquilatada nas páginas dessas publicações, com a descrição da presença de inúmeras personalidades da sociedade carioca e da comunidade lusitana.

A *Gazeta de Notícias*¹⁸⁰ narra o evento de forma mais concisa e voltada para a inauguração do busto de Eduardo Lemos. Ao tratar o discurso do Conde de Mattosinho, o periódico afirma que este proferiu um discurso no qual recordava os serviços prestados por

¹⁷⁷ Os periódicos voltados para a colônia portuguesa, *Gazeta Lusitana* e *Campeão Lusitano* também ressaltam a homenagem a Eduardo Lemos ocorrida no Gabinete Português, por se tratar de uma personalidade importante dentro da comunidade.

¹⁷⁸ *Jornal do Comércio*, 5 de outubro de 1885.

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, 5 de outubro de 1885

¹⁸⁰ *Gazeta de notícias*, 5 de outubro de 1885

Eduardo Lemos, “quer ao Brasil, quer a Portugal, países onde por muito seu nome há de ser lembrado com verdadeira saudade¹⁸¹”.

Não era comum aos periódicos do Rio de Janeiro noticiar os eventos administrativos das associações existentes na cidade, mas, quando tratavam de acontecimentos especiais, não era improvável que fossem divulgados. O *Diário de Notícias* dá maior ênfase à inauguração do busto de Eduardo Lemos, ainda assim não deixa de apontar a eleição do conselho deliberativo do instituto e eleição da comissão de contas. A matéria publicada neste periódico ocupou um destacado espaço no jornal. Já a *Gazeta de Notícias* faz um apanhado mais geral do evento, ressaltando que Eduardo Lemos não foi somente importante aos portugueses por seus atos, mas também aos brasileiros.

As publicações referentes à homenagem a Eduardo Lemos ressaltam o papel que teve este integrante na sociedade comercial da cidade e sua importância dentro da sociedade como um todo. Embora também tenha exercido um papel destacado em instituições comerciais e em outras associações beneficentes portuguesas, coube ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro perpetuar sua memória. O pronunciamento em homenagem a Eduardo Lemos do redator da *Gazeta de Notícias*¹⁸² demonstra também a aproximação do periódico com os integrantes do Gabinete Português.

Eduardo Lemos era uma personalidade importante dentro da sociedade carioca, porém, somente com o evento em sua homenagem é que os periódicos ressaltam sua memória. Ser integrante do Gabinete Português poderia ser uma forma de destaque dentro da comunidade portuguesa e quiçá carioca. Nesse sentido, a homenagem a Eduardo Lemos é exemplar na compreensão do destaque dado na imprensa para nomes que integravam a diretoria do Gabinete. Muitos dos sócios do Gabinete eram conceituados na sociedade carioca, no entanto a ligação com o instituto potencializava essa importância e os ligava a um seguimento cultural do qual, de modo geral, não faziam parte.

¹⁸¹ *Ibid* Gazeta de Notícias.

¹⁸² Esse pronunciamento é citado pelo jornal O Paiz, mas infelizmente não há a transcrição de seu texto.

3.3 Representações nas inaugurações do prédio sede do Gabinete Português de Leitura

Tanto a inauguração do prédio ocorrida em 10 de setembro de 1887, quanto a ocorrida no dia 22 de dezembro de 1888 são eventos específicos do Gabinete Português. As matérias referentes a essas duas datas abordam diretamente a imagem da instituição na imprensa. Como visto no segundo capítulo, a escolha do estilo *manuelino* para o prédio, a antiguidade da instituição, os discursos proferidos nas inaugurações e a presença de personalidades importantes, em especial da família real, são importantes para a identidade pretendida.

Todos os periódicos e revista analisados relataram pelo menos uma inauguração¹⁸³. Houve, todavia, relativa alteração no destaque da matéria e/ou no que era ressaltado dos eventos. A presença da princesa regente e seu esposo na primeira inauguração em 1887 e a presença do imperador D. Pedro II, na segunda inauguração, são destaques constantes nas publicações.

A *Gazeta Lusitana* acompanhou também a construção do prédio. Em 17 de fevereiro de 1884, o periódico ressalta a apresentação do prédio e seu significado.

“Já está a descoberto a fachada, ainda não concluída, deste sumptuoso edifício levantado em terra estrangeira por portuguezes dignos dos maiores encômios. Não levará muito tempo a ficar concluído esse marco millionário que deve rememorar no futuro o patriotismo de seus fundadores e d’aquelles que, devotados á santa causa da instrucção, concorreram com donativos para ser levado a effeito esse monumento erguido em honra da civilização moderna.”¹⁸⁴

O prédio seria sinônimo da civilização moderna e de honra para os imigrantes lusitanos. Ainda assim, o estilo arquitetônico do prédio não fica evidenciado pelo periódico voltado para a comunidade lusitana. Perpetuar o nome dos fundadores e dos integrantes da diretoria do Gabinete, que conseguiu levar o projeto adiante, é uma constante nos periódicos. O prédio construído com grande parte do material trazido de Portugal seria o símbolo físico da presença lusitana em terra estrangeira. Seria um marco para a colônia portuguesa no Rio de Janeiro, ligando, inclusive, seu nome à instrução e à civilização. A visão pejorativa do imigrante português analfabeto e sem qualificação, que permeou a identidade lusitana ao

¹⁸³ Foram analisados os seguintes periódicos para este período: Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Gazeta da Tarde, Gazeta Lusitana, A Estação, Revista Illustrada e O Paiz.

¹⁸⁴ Gazeta Lusitana, 17 de fevereiro de 1884, página 01.

longo do século XIX, como analisado no primeiro capítulo, seria ressignificada por este “monumento”.

Outros periódicos também relataram suas visitas à construção do prédio do Gabinete Português por convite da diretoria do instituto, assim como personalidades lusitanas importantes. O convite da diretoria visava à divulgação de suas ações para as sociedades carioca e portuguesa, estabelecendo também uma aprovação por parte delas.

A primeira inauguração do prédio do Gabinete foi escolhida por ser uma data significativa para a história interna da instituição – o cinquentenário do seu primeiro relatório. As notas publicadas pela diretoria do Gabinete realçavam a significação deste evento, assim como a presença da princesa regente e seu esposo. A intenção inicial era fazer a inauguração no aniversário de morte de Camões, 10 de junho. Entretanto, com o atraso das obras, optou-se pela escolha de uma outra data significativa. Devemos ressaltar que o cinquentenário da fundação do Gabinete Português, em 14 de maio de 1887, ocorreu sem grande alarde na mídia. A comemoração do cinquentenário do relatório foi explorada para dar um significado maior à inauguração do prédio.

Tanto o *Jornal do Comércio* como a *Gazeta de Notícias* relataram a solenidade com riqueza de detalhes em 11 de setembro de 1887, incluindo a formação da mesa, os telegramas recebidos, entre outros. Além da presença da Princesa Regente, os periódicos destacaram também a presença da elite da comunidade fluminense e da comunidade lusitana na cerimônia. A inauguração e cinquentenário do Gabinete Português foi um evento com presença significativa da sociedade. Além disso, o *Jornal do Comércio* afirma ser o prédio um símbolo do amor dos imigrantes lusitanos pelo Brasil, “levantar um monumento, atestado eloqüente do adiantamento da arte em Portugal e do amor que lhe consagrão os seus filhos no Brasil¹⁸⁵”. A identidade construída pelo Gabinete Português de Leitura ao longo do século XIX a respeito da construção de um prédio próprio é autenticada pela afirmação do *Jornal do Comércio*.

A *Gazeta Lusitana* comemorou a inauguração do prédio como uma conquista de toda a colônia portuguesa na cidade, além de dedicar a capa do dia 10 de setembro com a representação da fachada do Gabinete e vários artigos a respeito da instituição¹⁸⁶. A colônia

¹⁸⁵ *Jornal do Comércio*, 11 de setembro de 1887, primeira página.

¹⁸⁶ A reprodução da capa do periódico *Gazeta Lusitana* está em anexo.

portuguesa, representada pelo jornal, estava “orgulhosa” pela inauguração. Aproveitando o momento de exposição da instituição, a *Gazeta Lusitana* cobra pela contratação de lusitanos, ao invés de brasileiros, para os quadros do Gabinete.

“Muitos compatriotas nossos que uma educação mais esmerada tornou incompatíveis para certos trabalhos materiaes, vivem, ou antes vegetam, quasi à mingua de recursos, d’esses conhecemos um, cujo nome nos abtemos de citar, que ha dois anno pede um lugar no Gabinete. E ha dois annos que o sr. Commendador Ortigão, apedido delle e de pessoas de certa posição social, que conhecendo o seu amor às letras e os serviços que prestou como empregado do Gabinete Portuguez de Leitura, de Pernambuco, por elle se tem interessado, inclusive o proprio filho do sr. Ortigão, lhe prometeu emprego no Gabinete. Por esse motivo parece-nos impossivel que o Sr. Commendador Ortigão falta à palavra para com a pessoas a que nos referimos.

Nem tal idéa nos passa pela mente, apezar de nos constar terem sido ultimamente admittidos novos empregados; menos ainda podemos acreditar, o que tambem nos disseram, serem esses empregados brasileiros!¹⁸⁷”

Não era rara a contratação de portugueses para exercerem funções, especialmente no comércio. O editor do periódico cobra da diretoria do instituto, em especial de seu presidente Ramalho Ortigão, esta prática corrente. Devemos ter em mente que a contratação de patrícios era uma prática e não uma regra. Entretanto, a *Gazeta Lusitana* compreende que seria uma obrigação do Gabinete contratar um patrício qualificado, em vez de um brasileiro. Tal cobrança ocorre logo após uma matéria sobre a inauguração do prédio, quando o instituto estava sob os “holofotes” da imprensa. Esses eventos posicionavam o Gabinete como instituição representante da fraternidade entre os portugueses e brasileiros. A cobrança feita pela *Gazeta Lusitana* ia ao encontro desta construção que sublinhava a fraternidade, além de reafirmar a prática de proteção aos imigrantes lusitanos em detrimento dos brasileiros. A relação com os brasileiros evidenciada pelo Gabinete Português deveria, segundo o periódico, permanecer no discurso e não na escolha por funcionários. Percebe-se com isso que o impeditivo existente nos estatutos do Gabinete para o ingresso de não-lusitanos em seus quadros diretivos não ocorria para a contratação de pessoal. Portanto, ainda que significativa para a composição da diretoria e da assembléia deliberativa do Gabinete, o quadro funcional do Gabinete não abrigava aquela exclusão.

¹⁸⁷ *Gazeta Lusitana*, 21 de agosto de 1887.

O estilo *manuelino* aparece no novo prédio do gabinete ligado ao nacionalismo português em alguns periódicos, porém sem demonstrar preocupação por este lado simbólico. A *Gazeta da Tarde*, fazendo uma leitura do estilo, afirma que ele seria o primeiro monumento nacional do Brasil. A arquitetura do prédio, as esculturas dos grandes nomes portugueses, o rendilhado das pedras e outras características do prédio são exaltados por compor esse “templo de instrução”.

“Seja-me, pois, licito delinear este ligeiro esboço analytico do soberbo edificio manuelino, o nosso primeiro monumento nacional, de accordo com a grande lei da Evolução, em cuja defeza fiz a minha aprendizagem na imprensa fluminense¹⁸⁸”.

A inauguração de 22 de dezembro de 1888 manteve-se nos moldes da primeira nos periódicos analisados, com exceção da referência à homenagem feita a Eduardo Lemos e do oferecimento de uma medalha a Dom Pedro II.

Os discursos proferidos pelo presidente do Gabinete Português, Ramalho Ortigão, e por Joaquim Nabuco são citados. Somente o periódico *O Paiz* transcreve na íntegra o discurso de Joaquim Nabuco em sua publicação do dia 25 de dezembro de 1888.

A forma como os periódicos noticiaram a segunda inauguração do prédio do Gabinete reafirma seu apoio à imagem que se desejava reproduzir dessa instituição na sociedade brasileira. As mudanças sociais que estavam ocorrendo no país não repercutiram ao menos na representação do prédio como “monumento” construído pelos imigrantes portugueses em solo brasileiro e como perpetuador dos nomes dos diretores do instituto para as gerações futuras. O *Jornal do Commércio* resume exemplarmente esta construção simbólica:

“Se medonho cataclysmo destruisse os archivos portuguezes e brasileiros, não deixando memoria escripta do amor fraternal dos dous povos, aquelle esplendido monumento erguido por portuguezes no Brazil diria às gerações futuras que, unidos como estão alli o solo e a obra d’arte, viverão sob o mesmo céu brasileiros e portuguezes considerando patrimonio commum a memoria dos grandes homens cujas estatuas e bustos adornarão exterior e interiormente o edificio do *Gabinete Portuguez de Leitura*.¹⁸⁹”

Conforme analisado, as quatro principais datas do Gabinete Português de Leitura no final do século XIX ressaltam aspectos da identidade portuguesa pretendida para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a antiguidade da

¹⁸⁸ *Gazeta da Tarde*, 12 de setembro de 1887.

¹⁸⁹ *Gazetilha do Jornal do Commércio*, 23 de dezembro de 1888, primeira página.

instituição, a valorização individual de seus integrantes, a representação de Portugal em terras “estrangeiras”, a união entre brasileiros e portugueses e o enaltecimento do passado português estão presentes nos periódicos analisados. A visão do Gabinete Português pelo “outro” trazida pelos periódicos reafirmam essa identidade pretendida pelos integrantes da instituição. Mesmo estando o Gabinete Português enredado no paradoxo de representação do imigrante português, a instituição consegue trazer para si, por meio de suas datas comemorativas e homenagens, o reconhecimento de parte representativa da sociedade carioca e da comunidade portuguesa na cidade. Ainda que essa identidade pretendida não corresponda a todas as identidades lusitanas em jogo, sobretudo às do imigrante português pobre e analfabeto, há um enaltecimento pelos periódicos da cidade desta identidade de “elite” construída pelos integrantes do Gabinete. Essa identidade mais “cultura” do imigrante português e sua relação com a nação brasileira, que estão presentes na identidade construída pelo Gabinete Português, é legitimada pelos periódicos analisados.

É possível, portanto, afirmar que as publicações na cidade do Rio de Janeiro, sejam aquelas voltadas para o grande público, sejam aquelas voltadas para a comunidade lusitana, corroboram a identidade que estava sendo forjada pelos integrantes do Gabinete, ainda que variem em maior ou menor grau quanto à importância do instituto. A inserção do Gabinete Português na corte é trazida também por essas notícias e, conseqüentemente, reafirmam sua posição no cenário carioca.

Conclusão

A estrutura organizacional do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, firmou-se sobre bases seletivas para o ingresso em seu quadro diretivo, vale dizer, restringiu o quadro de sócios aos integrantes da comunidade portuguesa. Apesar do discurso de valorização da união entre portugueses e brasileiros, tendo em vista o passado comum, a participação efetiva dos nacionais, de outros estrangeiros e de mulheres era limitada. O discurso de integração representava mais um gesto simbólico dos integrantes do Gabinete do que propriamente uma abertura para a participação política dentro do instituto.

Como demonstrado, grande parte dos integrantes da diretoria do Gabinete compunha a elite, sobretudo comercial, da “comunidade lusitana” no Rio de Janeiro. A participação em uma sociedade cultural, como o Gabinete, garantia um verniz intelectual aos seus integrantes, ampliando sua inserção em outros meios sociais, culturais e intelectuais da Corte que, de outro modo, muito dificilmente ingressariam. Em contrapartida, a rede de relações dos integrantes do instituto possibilitava ainda mais a consolidação do espaço do Gabinete Português dentro da cidade do Rio de Janeiro e quiçá também em Portugal.

A identidade pretendida pelos integrantes do Gabinete procurava consolidar para o instituto uma representação mais valorizada desse imigrante. É certo, entretanto, que a identidade construída pelo Gabinete Português não era a única cultivada no contexto do século XIX. Havia outras formas de identidade, talvez mais informadas pela realidade dos trabalhadores portugueses e por suas preocupações intracomunitárias. Não havia, por conseguinte, uma coesão desta comunidade, conforme analisamos no caso exemplar do terceiro centenário de Camões. Ainda assim, os periódicos pesquisados demonstram que a representação elaborada pelo Gabinete era a que, do ponto de vista cultural, melhor correspondia ao que se compreendia como afinidades identitárias entre portugueses e brasileiros. Paradoxalmente, como vimos no primeiro capítulo, a imagem do trabalhador português não gozava de simpatia; ao contrário, representava a face decadente de um povo cujo passado era heróico e grandioso. Essa resposta do “outro”, ou seja, especialmente da imprensa nacional, demonstra o reconhecimento das estratégias bem sucedidas de representação veiculadas pelos integrantes do Gabinete Português.

A opção pela construção do prédio sede do instituto em estilo manuelino representou um mecanismo estratégico de reafirmação simbólica e física da presença da comunidade

portuguesa, com destaque para o Gabinete. O passado português exaltado na estrutura e nos símbolos utilizados era uma forma de reviver a glória pretérita e atualizá-la por intermédio do Gabinete e de seus integrantes. A construção do prédio com essas características, a presença de ilustres personalidades da sociedade carioca, dentre as quais a família real e políticos importantes eram mecanismos de representação “para fora” que promoviam benefícios também para a comunidade lusitana como um todo, embora a maioria de sua população não fizesse parte da rede de associados, tampouco de leitores-freqüentadores do Gabinete. Entretanto, a opção pelo estilo manuelino não é feita como representação nacionalista, como ocorre em muitas províncias de Portugal. Os traços valorizados diziam respeito ao reconhecimento do grande “monumento” e à valorização de simbologias do grande Império do qual o Brasil era também “herdeiro”. As publicações a respeito da inauguração do prédio mantêm um tom constante quanto à beleza do monumento e à representação da presença lusitana no seio carioca. A união entre os dois povos é uma marca freqüente nos textos das publicações.

Ao longo do século XIX, cinco pontos são constantemente reafirmados nos discursos produzidos pelo Gabinete: 1) ser a instituição lusitana mais antiga do Brasil independente; 2) ter sido berço para inúmeras outras instituições portuguesas; 3) possuir caráter cultural e não político; 4) ser a instituição que melhor representa a fraternidade entre brasileiros e portugueses; 5) possuir a necessidade de criação de meios de instrução da classe de trabalhadores da cidade, especialmente os portugueses. A importância do instituto era realçada por seu passado histórico, por possibilitar a fundação de outras associações e por manter em alto grau a relação fraternal entre as duas nações. A negação do caráter político da instituição que, em tese, garantiria uma posição neutra perante a sociedade, não significava que seus integrantes não tivessem dividendos políticos justo por fazerem parte de uma instituição que gozava de prestígio. Os membros do Gabinete compunham a elite econômica e comercial da cidade e, portando as credencias de uma instituição cultural e intelectualmente reconhecida, acabavam por legitimar seus interesses em face da elite nacional. Vale ressaltar que, nos períodos de maior antilusitanismo no Rio de Janeiro, essa elite de integrantes do Gabinete se viu pouco atingida ou discriminada.

Ainda que o desenvolvimento de meios de instrução seja um objetivo realçado sistematicamente nos discursos do Gabinete, não há o efetivo implemento de políticas

voltadas ao cumprimento deste objetivo. Conforme visto, a composição do acervo do Gabinete sofre modificações ao longo do século XIX; entretanto, não de uma perspectiva pedagógica. A valorização do acervo se dá em direção aos clássicos e às leituras mais amenas. A diretoria do Gabinete procura, na década de 1870, diminuir a leitura mais “amena” de seus associados, contudo a mudança na aquisição de livros para o acervo não acompanha tal anseio.

Muitos dos integrantes do Gabinete Português participavam de outras associações lusitanas e/ou mobilizações para auxiliar as necessidades emergenciais de sua pátria. Porém não havia uma representação única dessas associações ao longo do século XIX. A comunidade exibia uma pluralidade institucional que não permitia, sem alguma tensão, tentativas de centralização ou de formação de uma confederação. Os integrantes do Gabinete consideravam, todavia, que o Gabinete ocupava uma posição central na comunidade portuguesa pelo fato também de ser a instituição lusitana mais antiga no Rio de Janeiro. A relação entre outras associações ocorria no âmbito “diplomático”, fazendo-se representar nos eventos comemorativos de cada instituição.

O estudo dos grupos imigrantes e étnicos no Brasil mediante abordagens que privilegiem a construção de identidades como algo não essencial e sim dinâmico, rico em potencialidades, merece ainda maiores investidas por parte da historiografia brasileira. O nosso objetivo ao escolher o tema das comunidades imigrantes, em particular a portuguesa por meio de uma instituição importante dentro dela – o Gabinete Português de Leitura – era também o de contribuir timidamente para o debate do tema na historiografia. Esperamos ter alcançado esse objetivo ao menos em algumas das dimensões tratadas ao longo da dissertação.

Obras consultadas:

2º Suplemento ao Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura. RJ: Typ. Carlos Haring, 1846;

3º Suplemento ao Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura. RJ: Typ. Commercial de Soares e Cia, 1848.

Almanak Laemmert administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro. Inclusive a cidade de Santos, da província de São Paulo para o anno de 1880. RJ: Em Casados editores proprietários Eduardo & Henrique Laemmert, 1880

Arquivo do Retiro Literário (1870)

Atas da Assembléa Geral 1870 – 1900.

Atas da Directoria 1837 – 1899.

Atas do Conselho Deliberativo 1870 – 1893.

Camões, Luiz de. *Os Lusíadas*. Edição consagrada a commemorar o terceiro centenário do poeta da nacionalidade portugueza pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Revisão do texto do poema e observações philológicas por Adolpho Coelho. Prefácio crítico, de Ramalho Ortigão; notícias históricas do Gabinete Portuguez de Leitura, de Reinaldo Carlos Montoro. Anno MDCCCLXXX. Lisboa, na officina de Castro Irmão impressor. 1880.

Catálogo dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura. RJ: Typ. Commercial de F. de O. Q. Regadas, 1858.

Catálogo Supplemtar dos Livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. RJ: Typ. Perseverança, 1868.

Descrição da festa commemorativa do tricentenário de Camões. Celebrada no dia 11 de junho de 1880 pelo Retiro Literário Portuguêz no Rio de Janeiro (associação fundada em 30 de junho de 1859). Rio de Janeiro, typ. De J. D. de Oliveira, 1880.

Estatutos do Gabinete Portuguêz de Leitura do Rio de Janeiro 1864 – 1964.

Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro: Discursos proferidos pelo presidente da Directoria. RJ: Typ e Lith. Moreira Maximino & C., 1881.

Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro: Discursos proferidos pelo presidente da Directoria. RJ: [s.n.], 1879.

- Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro: homenagem a Eduardo Lemos. RJ: [s.n.], 1885.
- Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro: sessão de posse do Conselho deliberativo – 1891. RJ: Companhia Typographica Italiana, 1891.
- Galvão, Benjamim Franklin Ramiz. *Catalogo do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. RJ: Typ. do Jornal do Commércio, 1906.
- Macedo, Francisco Ferraz de “Desabafo Patriótico e o tricentenário de Camões no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, typ. Acadêmica, 1880.
- Magalhães, Figueiredo (Dr.) “Camões e os portuguezes no Brasil. Reparos críticos pelo Dr. Figueiredo Magalhães. Primeira parte”. Rio de Janeiro, Typ da Gazeta de Notícias, 1880.
- Martins, A. A. de Barros. *Esboço Histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. RJ: Typ. do Jornal do Commércio, 1901.
- Nabuco, Joaquim “Camões. Discurso pronunciado a 10 de junho de 1880 por parte do Gabinete Portuguez de Leitura”. Rio de Janeiro, impresso por G. Leuzinger & filhos, Ouvidor 31. 1880.
- Ortigão, J. C. Ramalho. *Discursos proferidos na sessão commemorativa do 50º aniversario do Gabinete Portuguez de Leitura*. RJ: Typ Itália, Curvello DÁvila e C, 1888.
- Relatório apresentado a assembléia geral do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco pela directoria do mesmo em 10 de outubro de 1880. Pernambuco, typ. De Manoel Figueroa de Faria e filhos, 1880.
- Relatórios do Gabinete Português de Leitura 1860 – 1900

Periódicos

A Estação (1880 / 1887 / 1888)

A Nação Portuguesa (1880)

Campeão Lusitano(1882 – 1884)

Diário de Notícias (1887 – 1888)

Diário Portuguez (1884 – 1885)

Gabinete de Leitura: serões das famílias brasileiras: Jornal para todas as classes, sexos e idades. (1837)

Galleada: folha reacionária. (1883 – 1886)

Gazeta da Tarde (1887 – 1888)

Gazeta de Notícias (1837 / 1880 / 1887 / 1888)

Gazeta Luzitana (1883 – 1889)

Jornal do Commércio (1837 / 1880 / 1887 / 1888)

O Paiz (1887 – 1888)

Os Gallegos no Brasil: jornal regenerador. (1886)

Os Portuguezes no Brasil. Rio de Janeiro (1886)

Revista Brasileira (1880)

Revista do Grêmio Literário (1888)

Revista Illustrada (1880 / 1887 / 1888)

Tribuna do Commércio: órgão da colônia portugueza no Brazil (1880 – 1881)

Bibliografia:

- ALENCASTRO, Luis Felipe de “Proletário e escravos. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872” . Novos estudos nº 21 – julho de 1988.
- ANACLETO, Regina “A arquitetura neomanuelina e a sua repercussão no Brasil” Separata del livro “Relaciones Artísticas entre la Peneínsula Ibérica y Amércia” Actas del V Simposio Hispano-Portugués de Historia del arte (11 – 13 Mayo 1989), Valladolid, 1990.
- _____. *O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. SP: Dezembro Editorial, 2004.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de “Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX”. RJ, Paz e Terra, 1989.
- AZEVEDO, Thales "Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonizacao italiana no Rio Grande do Sul" Rio de Janeiro: Brasilia : Catedra 1982.
- BESSONE, Tânia Maria. Palácios de destinos cruzados : bibliotecas homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- _____. “As relações culturais ao longo do século XIX” IN: Amado, Luiz Cervo e José Calvet Guimarães “Depois das caravelas. As relações entre Brasil e Portugal 1809 - 2000.”. Brasília : Ed. UnB : IBRI, 2000.
- _____. “Imagens das relações Brasil Portugal: os registros impressos”. Trabalho apresentado no Núcleo de Produção Editorial, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 2003
- BIANCO, Bela Feldman- "Saudade, Imigração e a Construção de uma Nação (Portuguesa) Desterritorializada", IN: Revista Brasileira de Estudos de População, v.9, no.1 Jan/Jul. 1992, pp.35-49
- BORIS, Fausto *et al.* “Imigração e política em São Paulo”. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995.
- _____. “Negócio e ócios: história da imigração”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. (org) “Fazer a América:a imigração em massa para a América Latina” São Paulo: EDUSP, 2000.
- BORNEMAN, Barry. "Holding your reading theories lightly." 1992
- BOURDIEU, Pierre “O poder simbólico”. Lisboa; Difel, 1989.
- _____. “Razões práticas: sobre a teoria da ação” trad. Mariza Correa. Campinas. SP: Papyrus, 1996.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1987.
- CABRAL, A. *Notas oitocentistas – I*. Lisboa: Horizonte, 1980.

- CAPINHA, Graça “A poesia dos emigrantes portugueses no Brasil: ficções críveis no campo das identidades” IN: Identidades (org) CAPINHA, Graça e BIANCO, Bela Feldman- . Ed. HUCITEC, São Paulo, 2000. p. 107 – 149
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Identidade, etnia e estrutura social”. SP: Ed. Pioneira, 1976
- CARVALHO, José Murilo “*Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. “Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na corte imperial”. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. “Trabalho, Lar e botequim”. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. “Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte)”. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, R. “A história cultural: entre práticas e representações”. Lisboa: Difel, 1990.
- COSTA, Afonso “Estudos de Economia Nacional – I O problema da emigração”. S. ed. 1911.s
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930”
- CUNHA, Manuela Carneiro da “Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível” IN: Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.97-108.
- CURY , Maria Zilda Ferreira. "Navio de imigrantes, identidades negociadas". São Paulo : Fundação Memorial da América. 2002.
- DIAS, Vanessa Tavares “Memórias da casa, um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro". RJ: UFRJ/Departamento de Antropologia, 1998.
- EISENBERG, Peter L. "Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX". Campinas, Ed. da Unicamp, 1989.
- ELIAS, Norbert. "A *sociedade de corte*". Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1987.
- FREYRE, Gilberto “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira” Recife: Oficina do Diário da Manhã, 1940
- GOMES, Artur Nunes “Sob o signo da Ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro”. UNICAMP, 1998, mimeo
- GOMES, Ângela de Castro *et alli* “A República no Brasil”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 2002.
- _____. (org) “Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado “A questão do Estado nacional. O intelectual no poder”. RJ, dat, s.d

- _____. "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". IN: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 1, 1988.
- HALL, Michael M. "Immigration and the Early São Paulo working class. The origins of mass immigration in Brazil 1878-1914. PHD Thesis Faculty of Political Science, Columbia University, 1965, university Microfilm, Xerox Education Company.
- HOBBSAWM, Eric J. "Nações e nacionalismo desde 1780" (tradução: Maria Celia Paoli, Anna Quirino), RJ: Paz e Terra, 1990.
- _____. A questão do nacionalismo: nações e nacionalismo desde 1780. Lisboa, Terramar, 1998.
- JENKINS, Richard. Sage "Repensando a Etnicidade: argumentos e explorações" London, 1997
- LARA, Sílvia Hunold "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil" In Projeto História. São Paulo, PUC, n. 16, Fevereiro, 1998.
- LESSER, Jeffrey "A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil". São Paulo: EDUSP, 2001.
- LIMA, Maria Helena Beozzo de. "A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português"
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer "Imigração portuguesa no Brasil" São Paulo: Hucitec, 2001 – (Estudos Históricos; 43)
- _____. e STOTZ, Eduardo Novarro "Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário 1880-1930". Revista Rio de Janeiro 01, nº 01, Set / Dez, 1985.
- _____. "Imigração portuguesa no Brasil". São Paulo: Hucitec, 2001
- LOURENÇO, Eduardo "Emigração e identidade, Educação e tecnologia", Revista do Instituto Politécnico da Guarda 2, 1988
- _____. "O Labirinto da Saudade". Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- MARAN, Sheldon "Anarquistas, imigrantes e o movimento operário, 1890-1920" Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979
- MARTINS, A.A. de Barros "Esboço Histórico do gabinete português de Leitura", Rio de Janeiro, Typ. Do "Jornal do Comércio" de Rodrigues & C, 1901
- MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura na província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990. Mimeo.
- MARTINS, Ana Luiza. "Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempo de República, São Paulo (1890-1922)". São Paulo: Edusp/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MARTINS, Hélio Leôncio "A Revolta da Armada 1893-1894". RJ: Biblex, 1997

- MATTOSO, José “História de Portugal”. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1993, vol. 5.
- MENEZES, Wagner Chagas de “Costurando retalhos: configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da cidade do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, Tese de doutorado UFF, 1998.
- NABUCO, Joaquim “A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893”. Edições do Senado Federal. Vol. 21, 2003.
- _____. “Obras completas de Joaquim Nabuco. Escritos e discursos literários”. São Paulo: Editora Nacional, 1939.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. “Saudades de além-mar: considerações preliminares sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da Revista Lusitana (1920/1934)”. Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, n. 18, set. 2002
- PAIVA, Jose Rodrigues de "Literatura e emigração : da diáspora da aventura a diáspora da cultura" / Recife : Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano. 1989.
- PAIVA, José Rodrigues de "Literatura e emigração" " / Recife : Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano. 2001
- PAULO, Heloísa “O emigrante e a leitura: a colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações”, *Revista de História das Idéias 20 — O Livro e a Leitura*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/IHTI, Coimbra 1999
- PEREIRA, Miriam Halpern “A política portuguesa de emigração (1850-1930)” revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru, SP: EDUSC; Portugal, PO: Instituto Camões, 2002.
- _____. “Diversidade e crescimento industrial”. IN: História de Portugal. Tengarrinha, José (org). Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000. pp. 217-240.
- PINTO, Maria Dina Nogueira “Atrás dos espaços, em busca do tempo: um estudo de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro”. Mimeo, 1993.
- POUTIGNAT, Philippe e Jecelyne Streiff-Fenart "Teorias da etnicidade : seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth" tradução Elcio Fernandes. - Título original: Théories de l'ethnité. Português Edição: 2. reimpr. - Imprenta: São Paulo : Ed. UNESP. 1998.
- RAMOS, Carlos Vieira “Legislação portuguesa sobre Emigração e passaportes” (Cordenação e anotações Carlos Vieira Ramos), 1913.
- RENAULT, Delso. “O dia-a-dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais, 1870-1889”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, F. G. Cassola “Emigração portuguesa” Regulamentação emigratória: do liberalismo ao fim da 2ª Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo. 1987
- RIBEIRO, Gladys Sabina “Cabras e ‘pés de chumbo’: rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)”. Dissertação de mestrado em História,

- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.
- _____. “A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusianos no Primeiro Reinado” Rio de Janeiro: Relume – Dumará: FAPERJ, 2002.
- _____. "À bala e à faca: os rolos entre 'galegos' e 'cabras' na República Velha" IN: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Hebe de Castro; João Fragoso. (Org.). Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yeda Leite Linhares. 1 ed. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. “Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha”. Niterói: Análise Social, vol XXIX (127), 1994.
- RODRIGUES, Nina “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 3ª ed., 1939 [1894];
- ROMERO, Sílvio “Elemento português no Brasil. Conferência”. Lisboa: Typ. Da Companhia Nacional Editora, 1902. [1890].
- SANCHEZ, Edney Christina Thomas. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX”. Campinas, SP: [s.n.], 2003 (dissertação de mestrado)
- SANDMANN, Marcelo Corrêa “As comemorações do Tricentenário de Camões no Brasil” IN: Revista Letras. Curitiba: Editora UFPR n. 59, jan./jun. 2003, p. 197-205.
- SANTOS, Boaventura de Souza. “Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade”. Porto: Ed. Afrontamento, 1994
- SCHWARCZ, Lilia K. M. *Espetáculo das raças*. 6a. edição. 6a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERRÃO, Joel “Emigração” IN: Dicionário de História de Portugal. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965.
- _____. “A Emigração Portuguesa: sondagem histórica”, Horizonte, Lisboa 1982
- _____. “Conspecto histórico da emigração portuguesa”, *Análise social* 32 (8), 1970,
- SEYFERTH, Giralda “Raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização” IN: Raça, ciência e sociedade. Ed. FIOCRUZ
- _____. "Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí"/ Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura .1982.
- _____. "Imigração e cultura no Brasil"/ Brasília : Ed. UnB 1990.
- _____. "Os paradoxos da miscigenação". In: Estudos Afro-Asiáticos, 20, 1991.

- _____. "Etnicidade" IN: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2 ed. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- _____. "Grupo étnico" IN: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2 ed. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- _____. "Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado Brasileiro" IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n°. 26 ano 9, 1994.
- SILVA, Eduardo Caetano da "Visões da diáspora portuguesa. Dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre portugueses e luso-descendente de São Paulo". Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz da Nizza. *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. RJ: [s.n.], 1990.
- _____. *Documentos para a Historia da imigração portuguesa no Brasil: 1850-1938*. RJ: Nórdica, 1997.
- SILVA, Maria Manoela "Ambição e horror à farda" ou a saga de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, segundo a Gazeta Luzitana (1883-1889). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1991.
- _____. "Imagens do cotidiano dos imigrantes portugueses no Brasil (1880-1890). Rio de Janeiro: mimeo, 1994
- SILVA, Maximiano de Carvalho e "Estudo prévio" IN: "Joaquim Nabuco e as comemorações camonianas de 1880". Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1980.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) "Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais". Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SOUZA, Flávia Miguel "Tradição, civilização e cultura. A reconstrução da imagem do imigrante português no Brasil através de um estudo da revista *Convergência Lusitana* 1979-1998". Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, IFCS, 2002. mimeo.
- TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (Primeiro centenário) 1837 – 1887*. RJ: S/ ed, 1937.
- TAVARES, Antônio Rodrigues "Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Português de Leitura. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação". Rio de Janeiro, Publicação do Real Gabinete português de Leitura do Rio de Janeiro, 1977.
- THOMAZ, Omar Ribeiro "Ecos do Atlântico Sul". Rio de Janeiro: editora UFRJ. Fapesp, 2002
- THOMPSON, Edward Palmer. "Formação da classe operária inglesa". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1-3.
- _____. "Costumes em comum". São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de "*O Antigo Regime e a Revolução*". Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987.

VASCONCELOS, Francisco “A Nobreza do século XIX em Portugal”. Porto: Centro de Estudos de genealogia, heráldica e história da família da universidade Moderna do Porto, 2003.

Anexo I

Tabela Base para os dados percentuais da movimentação dos livros do Gabinete Português de Leitura

1861

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	371	1	-	-	-	372
Corte	66	173	6	4	4	253
Ofertas	37	1	3	-	-	41
Encadernador	-	-	-	-	-	-
Total	474	175	9	4	4	666

1862

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	248	2	-	11	-	261
Corte	69	177	-	-	5	251
Ofertas	72	7	2	-	-	81
Encadernador	-	59	-	-	-	59
Total	389	245	2	11	5	652

1863

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	307	1	-	4	-	312
Corte	54	185	2	5	-	246
Ofertas	37	4	4	-	-	45
Encadernador	-	-	-	-	-	-
Total	398	190	6	9	-	603

1864

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	238	-	-	-	-	238
Corte	20	6	-	-	2	28
Ofertas	36	17	1	-	-	54
Encadernador	-	-	-	-	-	-
Total	294	23	1	-	2	320

1865

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	194	-	-	1	-	195
Corte	78	19	-	-	-	97
Ofertas	11	2	-	-	1	14
Encadernador	6		-	-	-	6
Total	289	21	-	1	1	312

1867

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	425	1	1	1	-	428
Corte	18	233	-	-	-	251
Ofertas	32	33	-	-	2	67
Encadernador	3	-	-	-	2	5
Total	478	267	1	1	4	751

1868

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	202	-	-	-	1	203
Corte	123	329	1	2	-	455
Ofertas	89	11	-	-	-	100
Encadernador	4	-	-	-	-	4
Total	418	340	1	2	1	762

1869

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	177	1	-	-	-	178
Corte	71	639	49	-	1	760
Ofertas	97	13	7	1	-	118
Encadernador	50	60	2	-	-	112
Total	395	713	58	1	1	1168

1870

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	290	3	-	-	-	293
Corte	41	62	-	1		104
Ofertas	69	11	7	-	5	92
Encadernador	-	-	-	-	-	-
Total	400	76	7	1	5	489

1871

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	253	-	-	2	-	255
Corte	50	2	-	-	-	52
Ofertas	80	6	-	4	3	93
Encadernador	2	-	-	-	-	2
Total	385	8	-	6	3	402

1872

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	409	2	24	6	1	442
Corte	79	36	1	-	-	116
Ofertas	73	3	3	2	7	88
Encadernador	55	1	-	-	-	56
Total	616	42	28	8	8	702

1873

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	250	1	-	-	-	251
Corte	15	5	-	-	-	20
Ofertas	117	10	5	1	16	149
Encadernador	25	-	-	-	-	25
Total	407	16	5	1	16	445

1874

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	229	-	-	-	-	229
Corte	53	47	-	-	1	101
Ofertas	96	11	3	4	6	120
Encadernador	30	-	-	-	-	30
Total	408	58	3	4	7	480

1875

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	292	-	-	-	-	292
Corte	30	76	-	-	1	107
Ofertas	111	14	3	1	1	130
Encadernador	2	-	-	-	-	2
Total	435	90	3	1	2	531

1876

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	232	-	-	-	-	232
Corte	49	33	-	-	1	83
Ofertas	69	20	-	-	2	91
Encadernador	1	-	-	-	-	1
Total	351	53	-	-	3	407

1877

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	277	2	-	-	-	279
Corte	39	19	-	1	-	59
Ofertas	59	1	1	2	1	64
Encadernador	1	-	-	-	-	1
Total	376	22	1	3	1	403

1878

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	182	2	2	-	-	186
Corte	23	21	1	-	-	45
Ofertas	47	44	2	3	-	96
Encadernador	2	-	-	1	-	3
Total	254	67	5	4	-	330

1879

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	304	7	-	-	-	311
Corte	14	34	-	-	1	49
Ofertas	97	50	-	3	1	151
Encadernador	1	-	-	-	-	1
Total	416	91	-	3	2	512

1880

	Português	Francês	Inglês	Espanhol	Outros	Total
Lisboa	138	12	-	4	-	154
Corte	84	60	-	-	-	144
Ofertas	163	31	3	1	2	200
Encadernador	14	10	2	1	-	27
Total	399	113	5	6	2	525

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)